

MÓDULO 21

Expansão territorial dos Estados Unidos e Guerra de Secessão

1. EXPANSÃO TERRITORIAL

A primeira metade do século XIX na história dos EUA foi marcada pela conquista de territórios em direção ao Oceano Pacífico, conhecida como “a marcha para o Oeste”. No final do século XVIII, a população norte-americana alcançava quatro milhões de habitantes, que estavam concentrados na costa do Atlântico, sendo uma sociedade essencialmente agrária, formada por granjas no Nordeste e grandes latifúndios exportadores no Sudeste. A grande questão é: como um país, em apenas 80 anos, conseguiu aumentar substancialmente seu território? Quais meios foram utilizados? Quais os motivos do grande crescimento populacional durante esse período? Quem ocupava as terras a oeste?

Vários fatores podem explicar essa expansão. Vejamos a seguir.

❑ Fatores da expansão

A imigração, nesse período, foi muito intensa, principalmente de pessoas vindas da Alemanha, Irlanda e Inglaterra. Os motivos para esse deslocamento estavam ligados às dificuldades financeiras pelas quais a população europeia passava, à expulsão dos camponeses da terra em virtude da concentração **fundária** e do desemprego de artesãos decorrente da mecanização industrial nas cidades.

No início do século XIX, a população norte-americana passava a contar cerca de sete milhões de habitantes. Esse crescimento demográfico e a pequena área do país contribuíram para que se pretendesse ocupar terras a oeste, em razão da necessidade de aumentar a produção agrícola e a área destinada aos

rebanhos. Na segunda metade do século XIX, a pecuária chegou a ocupar um quarto do território americano, estendendo-se do Texas ao Canadá.

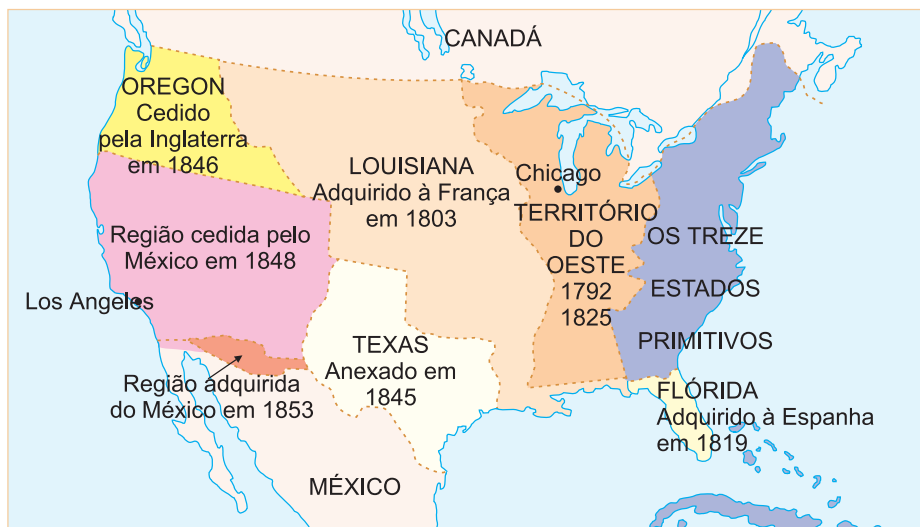
A descoberta de ouro na Califórnia, em 1848, estimulou uma corrida em busca de “riqueza fácil”, incentivando o deslocamento populacional. Além disso, a construção de ferrovias, iniciada em 1829, barateava o transporte. Em fins do século XIX, a quantidade de quilômetros de linhas férreas nos Estados Unidos era maior que a soma de todos os países europeus. Em 1890, uma ferrovia ligava a costa do Atlântico ao Pacífico.

A expansão para o Oeste foi justificada pela doutrina do “Destino Manifesto”, que pregava serem os norte-americanos destinados por Deus a conquistar e ocupar os territórios situados entre o Atlântico e o Pacífico. Em 1820, a expansão norte-americana ganhou um conteúdo politizado com a Doutrina Monroe, que, inicialmente, colocou-se como defensora das recém-independentes nações latino-americanas ao pronunciar “a América para os americanos”, mas, conforme

os interesses territoriais dos Estados Unidos foram se ampliando em direção a oeste e Sul, a doutrina seria mais bem definida pela frase “a América para os norte-americanos”.

❑ Leis sobre terras

Antes mesmo da independência, os colonos americanos já cobiçavam terras a oeste. Um dos motivos que causaram o início da luta contra os ingleses foi a **Lei de Québec** (parte das **Leis Intoleráveis**, 1774), que proibia a ocupação de terras entre os Apalaches e o Mississippi pelos colonos. Após a independência, foi elaborada, pela **Convenção da Filadélfia**, a **Lei Noroeste** (1787), que estabeleceu as bases para a ocupação das terras a oeste e a integração dos novos territórios surgidos na União, ao definir que, quando a população atingisse 5 mil habitantes do sexo masculino em idade de votar, poderia organizar um Legislativo bicameral e passaria a ter o direito de um representante no Congresso, sem direito a voto; ao atingir uma população livre de 60 mil habitantes, o território seria incorporado à União como Estado.



A expansão norte-americana para o Oeste.

As grandes companhias loteadoras incorporaram essas terras e passaram a comercializá-las com os pioneiros por um preço bem reduzido (aproximadamente dois dólares por hectare). Esses pioneiros eram grandes caçadores ou grandes latifundiários sulistas que estavam interessados em expandir a cultura algodoeira ou seu rebanho. O governo norte-americano também incentivou a ocupação; em 1862, Lincoln concedeu terras gratuitamente por meio do *Homestead Act* – 160 acres a todos aqueles que cultivassem a terra durante cinco anos.

❑ Mecanismos de conquista

Compra de territórios

Pelo Tratado de Versalhes, de 1783, firmado com a Inglaterra, o território dos Estados Unidos abrangia da costa do Atlântico até o Mississippi.

No século XIX, essa realidade se alterou consideravelmente. Em direção ao Oeste apareceu o território da Louisiana, colônia francesa que Napoleão Bonaparte, em razão das guerras na Europa e Antilhas (Haiti), negociou com os norte-americanos por 15 milhões de dólares (1803). A Flórida foi comprada dos espanhóis, em 1819, por cinco milhões de dólares. A Rússia vendeu o Alasca aos Estados Unidos, em 1867, por sete milhões de dólares.

Diplomacia

O Oregon (Noroeste), colônia inglesa que despertou pouco interesse até 1841, foi cedido aos americanos em 1846.

Guerra

O sudoeste americano pertencia ao México; a conquista desse território ocorreu com a guerra. Em 1821, os americanos passaram a colonizar essa região com autorização do governo mexicano, que exigiu lealdade e adoção da religião católica por parte dos pioneiros.

A dificuldade encontrada pelo México na consolidação do Estado Nacional refletiu-se em conflitos inter-

nos e no estabelecimento de ditaduras como a de López de Sant'Anna. Esses fatos impediam um efetivo controle sobre a região que fora concedida. Dessa maneira, o Texas estava fadado a compor os Estados Unidos, o que ocorreu em 1845, quando os colonos norte-americanos ali estabelecidos declararam a independência do território em relação ao México e a sua incorporação aos Estados Unidos. A guerra estendeu-se até 1848, quando foi assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, que estabelecia o Rio Grande como fronteira entre o México e o Texas, além da cessão da Califórnia, Arizona, Novo México, Nevada, Utah e parte do Colorado aos Estados Unidos por 15 milhões de dólares. Em 1853, foi completada a anexação de territórios do México com a incorporação de Gadsden. Metade do território mexicano havia sido perdido para os Estados Unidos. Lázaro Cárdenas, presidente mexicano (1934-1940), em relação ao imperialismo norte-americano, comentou: “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.”

Os indígenas

As maiores vítimas da Marcha para o Oeste foram os indígenas. Estes se encontravam em estágios de pouco desenvolvimento, se comparados aos astecas, maias e incas; daí sua dificuldade para resistir ao domínio e à força dos brancos europeus.

Os norte-americanos acreditavam que, além de serem os predestinados por Deus a ocuparem todo o território, deveriam cumprir a missão de civilizar outros povos. Nesse sentido, contribuíram decisivamente para o aniquilamento dos indígenas e de sua cultura.

As tribos do sul, mais desenvolvidas, ofereceram uma resistência maior à ocupação do homem branco. No entanto, o caminho das tribos indígenas foi a ocupação de terras inférteis em direção ao Pacífico, até o seu extermínio. De acordo com o americano, o general Armstrong Custer, considerado o “grande matador de índios”: “O único índio bom é o índio morto.”

❑ A política no processo de expansão

Em 1789, foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, que governou o país durante dois quadriênios. Nesse período, dois grupos políticos disputavam o poder: o Partido Federalista e o Partido Republicano Democrático, liderados respectivamente por Alexander Hamilton e Thomas Jefferson, secretários do Tesouro e do Estado, ligados ao governo de George Washington.

❑ Os partidos políticos

O Partido Federalista defendia um governo com poder centralizado, representando os interesses dos grandes comerciantes, manufatureiros e financistas.

Já o Partido Republicano Democrático defendia um governo descentralizado, ou seja, uma maior autonomia para os Estados, e também uma maior participação popular nas eleições (eram simpáticos aos ideais da Revolução Francesa e representavam os interesses dos pequenos proprietários.).

❑ A era Jackson

O governo de Andrew Jackson (1829-1837) foi marcado pela mudança de orientação política. Ligado ao recém-criado Partido Democrata, defendia os interesses dos grandes fazendeiros do Oeste e operários do Norte. Durante sua gestão, foram realizados expurgos de elementos que pertenciam a governos anteriores, processo que ficou conhecido como “sistema de despojos” (*Spoil System*).

❑ Consequências da expansão

A conquista de um vasto território criou condições para o grande desenvolvimento da economia norte-americana. Em 1912, concluiu-se o processo de formação da União, com a incorporação do Arizona como Estado.

O crescimento da agricultura, indústria, comércio, mineração e pecuária foi acentuado. A população atingiu cerca de trinta milhões de pessoas em 1860.

Formaram-se sociedades diferenciadas dentro do país. A norte e leste, surgiu uma poderosa burguesia industrial e comercial, juntamente com um operariado fabril; ao sul, predominavam os grandes aristocratas vinculados ao latifúndio, à monocultura, à exportação e à escravidão; nas Regiões Centro e Oeste, nasceu uma sociedade organizada pelos pioneiros e baseada na agricultura e pecuária. No entanto, aumentou a rivalidade entre os interesses conflitantes dos Estados do Norte e do Sul, o que culminou, mais tarde, em uma guerra civil.

2. A GUERRA DE SECESSÃO

A primeira metade do século XIX marcou o início do processo de industrialização norte-americana, que ocorreu no Norte, sobretudo na região da **Nova Inglaterra**, com base ainda em características do período colonial.

Em meados do século, o Norte, ou mais precisamente o Nordeste, era o polo econômico vital da economia. Esse desenvolvimento foi favorecido por ocasião das guerras napoleônicas e pela Segunda Guerra de Independência (1812-14), já que as importações diminuíram e o mercado interno passou a consumir as manufaturas locais.

Essa incipiente indústria, por volta de 1810, beneficiou-se também de grande disponibilidade de ferro, carvão e energia hidráulica da Região Norte. O mesmo processo não atingiu a Região Sudeste, que permanecia com uma economia marcadamente colonial, cuja produção ainda se fazia no interior da grande propriedade monocultora, voltada para o mercado externo e baseada na exploração do trabalho escravo.

Enquanto no Norte-Nordeste se formava uma sociedade tipicamente industrial, dominada por uma forte burguesia, no Sul-Sudeste a sociedade permanecia quase inalterada desde o período colonial.

Os Estados Unidos, na realidade, abrigavam duas nações distintas (o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste) e o

antagonismo de interesses entre essas duas regiões levaria o país a uma guerra civil, a **Guerra de Secessão**.

❑ Fatores da guerra

O protecionismo alfandegário foi, certamente, fundamental para a eclosão da Guerra Civil americana. Os Estados do Norte, em processo de industrialização, reivindicavam altas tarifas de importação como mecanismo de manutenção de seu desenvolvimento, pois não conseguiam competir com os preços dos produtos ingleses.

O Sul, por outro lado, dependia economicamente do Norte, exportando para lá parte de sua produção algodoeira e importando manufaturados. Para sua sobrevivência, defendia a liberdade de comércio, preferindo importar os manufaturados ingleses, de melhor qualidade e mais baratos do que os produzidos pelos Estados do Norte. Além desse fato, os industriais ingleses poderiam deixar de comprar sua produção, caso os Estados do Sul optassem por dar apoio às propostas protecionistas dos industriais do Norte.

O problema da manutenção do escravismo encontrou seu campo de discussão, no âmbito político, no Congresso, que, ao sintetizar as disputas políticas pela salvaguarda de interesses econômicos dos Estados do Norte e do Sul, dividiu-se em abolicionistas e escravistas. Com o processo de expansão para o Oeste e a

incorporação de novos Estados à União, as disputas acirraram-se em torno da questão abolicionista. Ao Sul interessava que fosse livre a adoção do escravismo, pois, assim, o preço do escravo manter-se-ia elevado. O Norte defendia o abolicionismo, por ter interesse no crescimento do mercado consumidor e, ao mesmo tempo, em obter mão de obra barata.

Em 1820, o Missouri solicitou sua integração à União, gerando uma série de conflitos, pois a balança política passou a pender a favor dos Estados do Sul. Esses atritos levaram a se firmar o Compromisso do Mississippi-Missouri, no mesmo ano, que arbitrou a questão, estabelecendo a incorporação do Missouri (Estado escravista) e do Maine (Estado com mão de obra livre). O ponto de referência seria o paralelo 36°30', separando o trabalho livre (Norte) e o trabalho escravo (Sul).

A incorporação da Califórnia, em 1849, como Estado livre, mesmo estando abaixo do paralelo 36°30', contribuiu para acirrar a polêmica, pois, pelo Compromisso do Mississippi-Missouri, a Califórnia deveria ser escravista. Um novo acordo foi firmado em 1850, o Compromisso Clay, definindo que caberia a cada Estado decidir sobre a continuidade ou não do escravismo.

Em 1860, o Norte lançou a candidatura de Abraham Lincoln para a Presidência. Lincoln, em relação ao escravismo, tinha posições moderadas. Considerava que manter a União era mais importante do que a questão social dos negros. Depois de eleito, chegou a pronunciar-se sobre a questão nos seguintes termos: “Se pudesse salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o faria. Se pudesse salvar a União libertando os escravos, eu o faria.”



A questão do escravismo foi responsável pelo aumento da tensão entre o Norte e o Sul.

❑ A política

Desde a Independência dos Estados Unidos, os grandes proprietários rurais do Sul e a burguesia do Norte, por meio do Partido Democrata, controlavam a vida política nacional.

Em 1854, foi criado, no Norte, o Partido Republicano. Os principais tópicos de seu programa eram a luta em favor do abolicionismo e a manutenção da União, propostas que atraíram muitos políticos do Partido Democrata.

As eleições presidenciais de 1860, extremamente tensas, encontraram o Partido Democrata dividido em torno de dois candidatos: John Breckinridge e Stephen Douglas. O Partido Republicano uniu-se em torno da candidatura de Lincoln. O Partido da União Constitucional lançou um quarto candidato, John Bell. Lincoln venceu o pleito, e esse fato desencadeou a Secessão.

❑ A guerra

Logo após a eleição de Lincoln, o Estado da Carolina do Sul, não esperando a posse do presidente, resolveu separar-se da União e, a ela, aderiram mais seis Estados. Estes formaram os Estados Confederados da América, em 8 de fevereiro de 1861, com capital em Richmond, Virgínia, e sob a Presidência de Jefferson Davis.

As hostilidades começaram com o ataque da artilharia confederada ao Forte Sumter, uma guarnição federal, em 12 de abril de 1861. Inicialmente, os sulistas foram vitoriosos. Porém, a correlação de forças foi tornando-se extremamente desigual, à medida que se desenrolavam as batalhas. O Norte era formado por 25 Estados, uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, uma economia industrial diversificada e uma marinha de guerra. Já o Sul se constituía de 11 Es-

tados, uma população de 9 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões eram escravos, e uma economia de base agrária, o que o tornou dependente de recursos exteriores para o desenvolvimento da guerra.

Durante os confrontos, Lincoln, para fortalecer os Estados do Norte, extinguiu a escravidão e promulgou o *Homestead Act* (1862), garantindo o apoio por parte dos granjeiros e pioneiros interessados nas terras a oeste. Ex-escravos, colonos e operários se incorporaram ao Exército da União, revertendo a guerra em favor do Norte, que interrompeu o comércio entre a Europa e o Sul com um bloqueio naval. Em 6 de abril de 1865, o general Lee, comandante das tropas sulistas, pediu os termos de rendição.

❑ As consequências da guerra

A vitória do Norte sobre o Sul decidiu definitivamente a questão da unidade nacional, fortalecendo a União. A sociedade urbana e industrial do Norte prevaleceu, arrasando a sociedade agrária e aristocrática do Sul. A grande propriedade cedeu lugar às pequenas e médias.

O escravismo foi abolido, mas não se criou uma solução para a “questão negra”; apesar do direito ao voto, os negros continuaram marginalizados. Intensificaram-se as atitudes racistas com o surgimento de grupos como a Ku-Klux-Klan, nascida em 1867.

Outra consequência da guerra foi a morte de 600.000 pessoas. Em 14 de abril de 1865, Lincoln foi assassinado por John Wilkes Booth, um fanático do Sul.

Os Estados Unidos começavam a despontar como potência mundial.

3. CRONOLOGIA

1803 – Aquisição da Louisiana, comprada da França.

1812-1814 – Segunda Guerra de Independência.

1815 – Suspensão do tráfico de escravos.

1820 – Acordo do Missouri.

1845 – União do Texas aos Estados Unidos.

1847 – Fundação da Libéria, na África.

1845-1847 – Guerra contra o México.

1848 – Anexação da Califórnia, Novo México, Nevada, Utah e Arizona.

1848-1849 – Corrida do Ouro na Califórnia.

1850 – Compromisso Clay.

1852 – Publicação do romance *A Cabana do Pai Tomás*.

1860 – Fim do contrabando de escravos.

1860 – Vitória de Lincoln, pelo Partido Republicano, nas eleições presidenciais.

1861 – Início da Guerra de Secessão.

1862 – Aprovação (pelo Congresso da União) da abolição da escravidão nos territórios controlados pelos sulistas.

1865 – Fim da Guerra de Secessão; abolição total da escravatura nos Estados Unidos.

1865 – Assassinato de Lincoln, em Washington.

MÓDULO 22

Crise do Sistema Colonial e Tentativas de Emancipação

1. INTRODUÇÃO

O processo de desintegração do antigo sistema colonial, culminando com a independência do continente americano, está estreitamente relacionado à crise mais geral do Antigo

Regime. Como explicá-la? No plano ideológico, o Antigo Regime foi condenado pelo pensamento iluminista, cujos filósofos e economistas rejeitavam as tradições e procuravam uma explicação racional para tudo. Atacavam a injustiça, a intolerância religio-

sa, os privilégios, defendendo a liberdade, a igualdade e a felicidade para os homens. Suas ideias influenciaram as revoluções burguesas do século XVIII, particularmente a Revolução Industrial, a Revolução Americana e a Revolução Francesa.



Reunião de iluministas franceses, quadro de Lemonnier.

2. AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

A Revolução Industrial começou na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII (por volta de 1760), e completou a longa transição do feudalismo para o capitalismo, após a derrubada do absolutismo britânico pelas Revoluções Puritana e Gloriosa do século XVII. Com a mecanização da produção industrial, a Inglaterra precisava ampliar seus mercados fornecedores de matéria-prima e de consumidores de produtos industrializados. Por isso, o escocês Adam Smith, discípulo dos fisiocratas franceses defensores do *laissez-faire*, *laissez-passer* (deixe fazer, deixe passar), escreveu *A Riqueza das Nações* (1776), que defende o trabalho livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza: são as “leis naturais” da economia, como a lei da oferta e da procura.

A Revolução Americana da década de 1770 foi responsável pela independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte. Após uma longa guerra de independência, os colonos ingleses, das colônias de povoamento e das colônias de exploração, aprovaram a declaração de independência de 4 de julho de 1776. Nascia, assim, a primeira nação livre da América.

A Revolução Francesa de 1789, como parte integrante do movimento revolucionário global, atlântico ou ocidental, além de conduzir a burguesia francesa ao poder, eliminou o

Antigo Regime e irradiou-se pela Europa e América Latina, contribuindo decisivamente para a desintegração do antigo sistema colonial.

3. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

O antigo sistema colonial, sustentado pelo capitalismo comercial, pela política mercantilista monopolista, intervencionista e protecionista e pela escravidão, foi questionado na segunda metade do século XVIII, quando o Antigo Regime entrou em crise. Os industriais desejavam a liberdade das colônias, isto é, o fim dos pactos coloniais, para que elas consumissem os seus produtos industrializados e fornecessem matérias-primas baratas. Além do mais, os anos de dominação colonial exigiram dos colonizadores investimentos nas colônias, o que provocou um certo grau de desenvolvimento interno, que aos poucos se foi tornando antagônico aos objetivos mercantilistas de exploração. O grande dilema ou a principal contradição interna do antigo colonialismo resumia-se no seguinte: para explorar as colônias, era necessário desenvolvê-las, e este desenvolvimento trouxe o ideal da emancipação. Seguindo o exemplo das Treze Colônias inglesas, tornaram-se independentes as colônias espanholas da América e o Brasil, caindo por terra o antigo sistema colonial. Restava aos industriais europeus a abertura do vasto mundo colonial

ainda não explorado da África e da Ásia, o que seria feito durante o século XIX pelo neocolonialismo.

Evidentemente, o processo de emancipação colonial não pode ser explicado apenas com base nas Revoluções Industrial, Americana e Francesa. Também se faz necessário considerar a atuação dos fatores políticos, no caso, especificamente, a ruptura do equilíbrio político europeu ocorrida na época da formação do império napoleônico. Até então, o equilíbrio europeu descansava sobre as grandes potências – França, Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – e sobre o jogo de forças entre a França e a Inglaterra, que mantinham sob sua tutela os países possuidores de imensos impérios coloniais – no caso, Portugal, que se ligou à Inglaterra, e Espanha, que buscou a proteção da França.

No Brasil, a repulsa ao fiscalismo e ao regime de monopólios, ameaçando o Pacto Colonial luso, levou a Coroa, particularmente no reinado de D. Maria I e na regência do Príncipe D. João de Bragança, a empreender “reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista”. No reinado da “viradeira” (D. Maria I), as Companhias privilegiadas de Comércio criadas por Pombal foram extintas. “Abandono da política de companhias de comércio colonial, abolição de estancos e aberturas para o comércio intercolonial configuram a linha típica da política comercial do mercantilismo ilustrado: tratava-se de reduzir o exclusivo colonial à sua expressão mínima nas fronteiras do sistema; era assumir uma posição intermediária entre o mercantilismo tradicional e as novas teorias econômicas.”

(Fernando Novais)

4. MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS

❑ Caracterização geral

Os movimentos emancipacionistas receberam reflexos da decomposição do Antigo Regime, da propagação do iluminismo, que lhes forneceu a base filosófica revolucionária, e da necessidade de se descartarem os intermediários parasitas entre a Inglaterra e as colônias da América (este

era o caso de Portugal e Espanha.). Outros fatos, mais tarde, contribuiriam para a crise do sistema colonial: na própria América, o início do rompimento do domínio europeu, a partir da periferia do sistema, na medida em que, em 1776, os Estados Unidos conseguem a sua independência; na Europa, a eclosão da Revolução Francesa (1789), dando início a um longo processo que indiretamente favoreceu a quebra do sistema colonial.

No Brasil, no século XVIII, em razão do endurecimento da política colonial lusitana durante a fase de maior exploração aurífera, acentuava-se a dissociação entre os interesses metropolitanos e coloniais. Os colonos de determinadas regiões conscientizavam-se cada vez mais da crescente espoliação praticada pela Metrópole. Um dos fatos que contribuíram para agravar tal situação foi a decretação do Alvará de Proibição das Manufaturas Brasileiras, em 1785, e o início do processo de cobrança da derrama do ouro.

❑ Principais movimentos

Entre os principais movimentos emancipacionistas, que já possuem um caráter questionador do sistema colonial, o de maior importância foi a Inconfidência ou Conjuração Mineira, em 1789. Nessa rebelião, encontramos diversos antecedentes, como o crescente abuso do fiscalismo português na região aurífera, acompanhado pelo acirramento da dominação político-militar lusa. As influências das ideias liberais (do Movimento das Luzes) e da independência dos Estados Unidos são nítidas nas manifestações dos

participantes. Estes eram, em sua maioria, letrados: alguns estudantes brasileiros na Europa, tais como José Joaquim da Maia, que tentou o apoio de Thomas Jefferson; os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga; os doutores José Álvares Maciel, Domingos Vital Barbosa e Salvador Amaral Gurgel; os padres Manuel Rodrigues da Costa, José de Oliveira Rolim e Carlos Toledo Piza; alguns militares, como o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Nos planos dos conjurados – grandemente idealistas, mas caracterizados pelo despreparo militar e por uma certa inconsistência ideológica –, evidenciavam-se, no entanto, alguns princípios teóricos, tais como o ideal emancipacionista vinculado a uma forma republicana de governo. Este teria como sede a cidade de São João del Rey. Quanto à abolição da escravidão, porém, não chegaram a um acordo.

A rebelião conspirada tinha como pretexto a cobrança da derrama (596 arrobas). Em maio de 1789, porém, a conjura foi denunciada pelos portugueses Joaquim Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona. Foi iniciada uma enorme devassa dirigida pelo próprio governador, Visconde de Barbacena, que se prolongou até 1792; finalmente, após decreto de D. Maria I comutando a pena de morte dos inconfidentes, foi executado Tiradentes, o único para o qual a sentença foi mantida.

Apesar de seu caráter idealista e

intelectualizado, esse movimento foi a primeira contestação mais consequente ao sistema colonial português.

Em 1794, ocorreu a Conjuração do Rio de Janeiro, que não ultrapassou o nível de meras reuniões de intelectuais, principalmente da sociedade literária, liderados pelo Dr.

Mariano Pereira da Fonseca e influenciados pelos “abomináveis princípios franceses”.

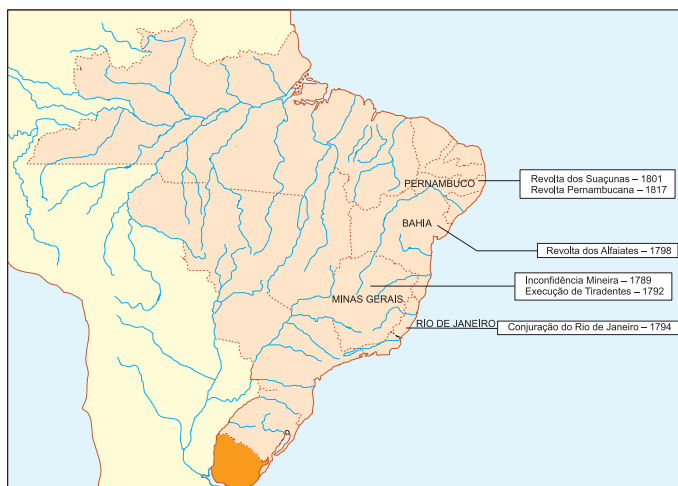
Outro importante movimento emancipacionista ocorreu em 1798: a Conjuração Baiana ou dos Alfaiates, em que a influência da Loja Maçônica “Cavaleiros da Luz” fornecia o sentido intelectualizado do movimento. Seus líderes – Cipriano Barata, Francisco Muniz Barreto, Pe. Agostinho Gomes e tenente Hermógenes de Aguiar – contavam, no entanto, com uma boa participação de elementos provenientes das camadas populares, como os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira ou os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens. Havia um fator que diferenciava esse movimento dos demais: o seu caráter social mais popular, propugnando a igualdade racial e contando com uma grande participação de mulatos e negros. Em 1799, no entanto, após devassa, os principais representantes das camadas mais simples foram enforcados, tendo sido os intelectuais absolvidos.

Outro movimento emancipacionista foi a Conspiração dos Suaçunas, em Pernambuco (1801), em que a presença de intelectuais e padres ficava mais uma vez patenteada. Seus líderes, padres Manuel Arruda Câmara (da sociedade Areópago de Itambé), João Ribeiro e Miguelinho (ambos do Seminário de Olinda), eram influenciados pelos ideais liberais da época. O movimento permaneceu, porém, no plano das ideias, tendo sido abafado pela ação das autoridades portuguesas. Seus participantes – entre os quais se destacavam os irmãos Francisco de Paula Cavalcanti, do Engenho Suaçuna, membros da elite local – foram presos, mas pouco depois foram libertados.

5. CRONOLOGIA

1760 – Início da Revolução Industrial na Inglaterra.

1762 – Publicação de *O Contrato Social*, de Rousseau.



1765 – Publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

1776 – Declaração de Independência dos Estados Unidos.

1789 – Inconfidência Mineira; queda da Bastilha e início da Revolução

Francesa.

1792 – Execução de Tiradentes.

1792-1794 – Fase popular da Revolução Francesa.

1794 – Conjuração do Rio de Janeiro.

1798 – Conspiração dos Alfaiates.

1799 – Início da Era Napoleônica.

1801 – Conspiração dos Suaçunas (PE).

1817 – Revolução Pernambucana.

MÓDULO 23

O Período Joanino e a Independência do Brasil

1. A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

Na segunda metade do século XVIII, em decorrência das profundas modificações que assinalaram a passagem do capitalismo comercial para o industrial, o sistema colonial mercantilista passou a ser questionado. Na periferia do sistema (área colonial), a crise foi provocada pelo desenvolvimento das colônias e pela tomada de consciência da população colonial. Com efeito, as conjurações de 1789, em Minas Gerais, e de 1798, na Bahia, constituíram manifestações de repúdio ao Pacto Colonial. Quanto ao centro dinâmico do sistema (área metropolitana), contribuíram para a crise a Revolução Industrial, a filosofia da ilustração (iluminismo), a teoria econômica do liberalismo e a ascensão da burguesia a partir da Revolução Francesa (1789).

2. TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

No início do século XIX, a situação econômica de Portugal era de total dependência em relação à Inglaterra. Por isso, D. João, príncipe-regente do pequeno reino ibérico, não pôde aderir efetivamente ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão em novembro de 1806. No ano seguinte, a França assinou com a Espanha o Tratado de Fontainebleau, dividindo o território português e declarando extinta a Dinastia de Bragança. Em seguida, deu-se a invasão de Portugal pelas tropas francesas, comandadas pelo general Junot. Foi

nessa conjuntura político-militar que D. João cedeu à pressão de lorde Strangford (embaixador britânico em Lisboa), transferindo-se, com toda a família real, para sua colônia sul-americana.

Após desembarcar na Bahia, D. João assinou uma carta régia abrindo os portos brasileiros ao comércio com “todas as nações amigas”. Esse decreto fazia parte dos compromissos assumidos pela Coroa portuguesa junto ao governo inglês. Assim, os produtos ingleses começaram a entrar no Brasil sem os empecilhos impostos pelo Pacto Colonial. Evidentemente, muito lucrou a classe dominante da colônia, que atuou com D. João por intermédio de José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu). Ainda em 1808, o Alvará de Liberdade Industrial revogou uma proibição de 1785 sobre a instalação de manufaturas do Brasil. Porém, em 1810, um plenipotenciário português assinou em Londres dois tratados que consolidaram o domínio econômico inglês sobre o Brasil. Por força do Tratado de Comércio e Navegação, as mercadorias importadas da Inglaterra, ao entrar no Brasil, sofreriam uma taxa de 15% sobre seu valor, os produtos portugueses seriam tributados em 16% e os dos demais países, em 24%; outrossim, criava-se o direito de extraterritorialidade judicial para os súditos ingleses (criação dos juízes conservadores) e declarava-se franco o porto de Santa Catarina.

O Tratado de Aliança e Amizade determinava a redução do tráfico negreiro para o Brasil, bem como o compromisso de D. João de não permitir o estabelecimento do Santo Ofício (Inquisição) no Brasil.



Campanhas Militares de D. João.

Em fevereiro de 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. A sugestão partiu do representante francês, no Congresso de Viena, Talleyrand, interessado em prejudicar a influência britânica sobre o governo português.

Embora D. João tenha tomado inúmeras medidas para transformar o Brasil na legítima sede da monarquia lusitana (instalação do aparelho burocrático português, criação do Banco do Brasil, fundação de escolas médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro, da Academia de Belas Artes, da Imprensa Régia e contratação de uma Missão Artística Francesa), a situação socioeconômica do País não se modificou. Em 1817, os pernambucanos conduziram uma revolução com a adesão da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, mas o

movimento, que possuía um forte caráter republicano, malogrou.

3. POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO

Como represália a Napoleão, D. João ordenou a invasão e conquista da Guiana Francesa em 1809. Mais tarde, em 1817, Portugal devolveu essa colônia à França.

Concretizando um velho sonho português, D. João também estendeu os domínios portugueses até o Rio da Prata, anexando a Banda Oriental (atual Uruguai) ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina.

4. CONTEXTO HISTÓRICO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A administração joanina no Brasil complicou a situação econômica de Portugal, já cronicamente deteriorada por sua dependência em relação à Grã-Bretanha. A abertura dos portos (1808), suprimindo a exclusividade dos portugueses, retirou-lhes última fonte de renda segura. Por outro lado, a transferência da sede do governo real para o Rio de Janeiro, com as conseqüentes medidas modernizadoras de D. João no Brasil, provocou a chamada inversão brasileira, em que a antiga Metrópole passava a segundo plano nos campos político, econômico e administrativo. Finalmente, os portugueses sentiam-se humilhados porque, após a expulsão dos invasores franceses, Portugal passara a ser administrado pelo general inglês Beresford.

Esses fatores provocaram a Revolução Liberal do Porto (24 de agosto de 1820), cujos articuladores pretendiam, por meio da eliminação do absolutismo, forçar o retorno do governo português para Lisboa e anular a inversão brasileira, promovendo a recolonização do Brasil. Vitorioso o movimento, em dezembro de 1820, foram eleitos os deputados às Cortes de Lisboa (Assembleia Constituinte), que passaram a atuar como órgão governativo do Reino Unido; provisoriamente, adotou-se a Constituição que a Espanha recém elaborara.

INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES LATINOS-AMERICANOS



No Brasil, a aristocracia rural (acreditando nos propósitos liberais das Cortes) uniu-se aos comerciantes de origem portuguesa para mobilizar o povo e exigir de D. João VI e do príncipe-herdeiro D. Pedro o juramento prévio da Constituição e o acatamento às decisões das Cortes.

As províncias passaram a ser administradas por Juntas Governativas Provisórias, geralmente com predomínio de elementos brasileiros.

Em 25 de abril de 1821, cedendo à pressão da Assembleia Constituinte portuguesa, D. João regressou a Lisboa, levando consigo o Tesouro português. D. Pedro permaneceu no Brasil como regente do Reino do Brasil, o que constituía um empecilho à recolonização.

□ O processo da independência

A péssima acolhida proporcionada aos deputados brasileiros enviados às Cortes, bem como a adoção de medidas abertamente recolonizadoras (exigência do regresso

imediatamente de D. Pedro para Portugal e supressão de tribunais e repartições instalados no Brasil), levou a aristocracia rural brasileira a optar pelo caminho da emancipação, tendo como elemento articulador a Maçonaria, como divulgador, a imprensa (órgão principal: Revêrbero Constitucional Fluminense, de Gonçalves Ledo) e como instrumento, o próprio regente D. Pedro.

Em 9 de janeiro de 1822, depois de receber um abaixo-assinado com cerca de 8.000 assinaturas, D. Pedro rompeu com as Cortes, confirmando sua intenção de permanecer no Brasil (Dia do Fico). A Divisão Auxiliadora (unidade militar portuguesa aquartelada no Rio de Janeiro) foi obrigada a se retirar para Niterói, e dali para a Europa. Em seguida, D. Pedro organizou um ministério constituído predominantemente por brasileiros, tendo José Bonifácio na estratégica pasta do Reino e Estran-

geiros. Aconselhado pelo patriarca da independência (que se inclinava a uma solução monárquica para a crise política, mediante a implantação de um governo central forte), o príncipe-regente adotaria medidas que iriam rapidamente pôr fim ao Reino Unido (proclamado em 1815) – em 16 de fevereiro de 1822: a criação do Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, com atribuições legislativas; em 4 de maio: o decreto do “Cumpra-se”, subordinando a execução das decisões das Cortes à aprovação do regente; em 13 de maio: a aceitação por D. Pedro do título de Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido pela Maçonaria; em 3 de junho: a convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira; em 1.º de agosto: a proibição do desembarque de tropas portuguesas no Brasil.

5. CRONOLOGIA

1792 – Início da regência de D. João, em razão da “loucura” de D. Maria I.

1799 – Instauração do regime do Consulado por Napoleão Bonaparte.

1804 – Coroação de Napoleão como imperador dos franceses.

1805 – Derrota da esquadra franco-espanhola em Trafalgar.

1806 – Decretação do Bloqueio Continental por Napoleão.

1807 – Tratado de Fontainebleau, assinado por França e Itália; invasão de Portugal pelos franceses e transmigração da Família Real para o Brasil.

1808 – Abertura dos portos brasileiros.

1815 – Elevação do Brasil à condição de Reino Unido.

1820 – Revolução Liberal do Porto.

1821 – Regresso da Família Real a Lisboa, com exceção do príncipe-herdeiro D. Pedro.

1822:

9 de janeiro – Dia do Fico.

4 de maio – Decreto do “Cumpra-se”.

3 de junho – Convocação de uma Assembleia Constituinte.

7 de setembro – Proclamação da Independência.

12 de outubro – Aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil.

MÓDULO 24

Independência Política da América Latina

1. ANTECEDENTES EUROPEUS

Durante o século XVIII, a Espanha, sob os Bourbons (Filipe V e Carlos III), passou por um processo de modernização econômica e pela aproximação com a França e a Inglaterra, com nítidos reflexos sobre suas colônias americanas.

A mudança da política colonial espanhola ocorreu em virtude do envolvimento da Espanha nas guerras europeias, da decadência da mineração, que não chegava a custear o sistema de frotas anuais enviadas à América, e, finalmente, das próprias dificuldades que o governo encontrava para abastecer o mercado colonial.

Após a aliança feita com os franceses para deter o expansionismo inglês – que tinha Portugal por aliado –, a França passou a ter acesso às colônias espanholas, por intermédio de suas companhias de comércio presentes no porto de Cádiz.

Com o Tratado de Utrecht (1713), assinado após a derrota perante a Inglaterra – Guerra de Sucessão Espanhola –, os ingleses passaram a deter

os direitos sobre o *asiento* (fornecimento de escravos para as colônias) e o *permiso* (comércio direto de manufaturas com as colônias).



Carlos III (1776-1778).

Além desses fatos, cabe ressaltar que em 1740 a Espanha aboliu o sistema de frotas; em 1765, foi liberado o comércio intercolonial; em 1778, acabou o sistema de porto único; finalmente, os *criollos* passaram a ter o direito de comercializar diretamente com a Espanha. Essa nova fase de abertura do comércio colonial vivenciada pela Espanha contrastava com as reformas realizadas na administração, que se tornou mais rígida e centralizadora.

Esses fatos revelam a quebra do pacto colonial espanhol – que se manteve rígido até o início do século XVIII – e o início do enfraquecimento do Império Colonial Espanhol.

O reinado de Carlos III (1757 a 1788) pode ser considerado não apenas o apogeu do domínio colonial espanhol sobre a América, mas também o momento em que as colônias começaram a manifestar seu descontentamento em relação ao secular domínio exercido pela Metrópole.

O início do século XIX foi marcado pela ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, na França, e por uma profunda alteração no cenário político europeu.



Reunião da Corte de Cádiz, 1811.

Dentro desse novo contexto, a Espanha optou por aliar-se a Napoleão Bonaparte. Em 1807, assinou o Tratado de Fontainebleau, que estabelecia a invasão de Portugal e a posterior divisão dos domínios portugueses – na Europa e América – entre as duas nações.

Na realidade, a Espanha acabou sendo vítima da hábil diplomacia francesa, que, com o Tratado, neutralizava as forças espanholas por algum tempo, até que, após a invasão de Portugal, pudesse invadir a própria Espanha.

Em 1807, após a invasão de Portugal – fato que levou à transferência da Corte portuguesa para o Brasil –, a Espanha é dominada pelos franceses. No ano seguinte, foi tirada do trono espanhol a Dinastia de Bourbon. Carlos IV abdica ao trono em favor de seu filho, Fernando VII. Este, por sua vez, renuncia ao trono em favor de José Bonaparte – irmão de Napoleão.

A ocupação francesa levou à resistência popular e à formação de Juntas Governativas na Espanha – Juntas de Sevilha, Cádiz e a Junta Central – que acabaram perdendo de vista seus objetivos políticos em razão das rivalidades comerciais. Mas, mesmo assim, o governo de José Bonaparte encontrou resistência. Enquanto este governava com sede em Madri, os espanhóis impunham resistência por meio da Junta de Cádiz.

2. A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

Não podemos atribuir apenas à invasão napoleônica na Espanha o desencadeamento das independências na América. Este fato deve ser visto como resultado de todo um movimento histórico que, num determinado momento, encontrou condições favoráveis para se efetivar.

Convém lembrar que as conjunturas europeia e americana se haviam alterado consideravelmente na passagem do século XVIII para o século XIX, e os novos fatos foram decisivos para o início do rompimento entre colônias americanas e metrópoles europeias. Não se pode esquecer da Independência dos Estados Unidos, da Revolução Industrial Inglesa, do iluminismo, da Revolução Francesa e da expansão napoleônica.

Precisamos ter claro que esses episódios influenciavam a vida dos colonos espanhóis – os *criollos*, que constituíam a classe economicamente dominante nas áreas coloniais –, que, descontentes com a Metrópole, precisavam apenas de uma justificativa para declarar a independência.

No momento em que José Bonaparte assumiu o governo da Espanha, na América também houve reação. Os antigos *cabildos* foram transformados nas primeiras Juntas Governativas – Alto Peru, Caracas e Buenos Aires –, que depois proliferaram por todo território colonial entre 1808 e 1810.

A liderança das Juntas Governativas na América coube à elite *criolla*, que se dividiu em três tendências políticas em relação ao caráter da formação das Juntas.

A primeira tendência política defendia a fidelidade total a Fernando VII, considerado o legítimo rei da Espanha; a segunda defendia Fernando VII, mas reivindicava autonomia em relação à Junta de Cádiz; a terceira propunha a independência definitiva em relação à Espanha – quer fosse dominada por um francês quer por um espanhol.

Entre 1808 (ascensão de José Bonaparte) e 1814 (derrota de Napoleão e Congresso de Viena), as três tendências acabaram por se unificar em torno do projeto separatista em relação à Espanha.

A vitória da terceira tendência ocorreu em razão de o Congresso de Viena ter sido marcado pela restauração do absolutismo na Europa e, portanto, pela volta do Mercantilismo e do Pacto Colonial na América, contrariando os interesses econômicos das elites coloniais.

Dessa forma, podemos dividir o processo de independência da América espanhola em duas etapas. A primeira, entre 1808 e 1814/15, caracterizada pelas primeiras lutas emancipatórias, seguidas da repressão por parte da Espanha; a segunda fase, entre 1816 e 1824, marcada pela vitória dos movimentos de independência, que contaram com o apoio da Inglaterra – interessada em manter livre o comércio com a América.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o da fragmentação da América espanhola após as lutas pela independência. Podemos afirmar que a diversidade econômica, política e social somada às dificuldades de comunicação, às divisões tribais e linguísticas distribuídas em um amplo e diversificado território foram fatores responsáveis por tal fragmentação.

Além desses aspectos, devemos também ressaltar especialmente os interesses ingleses em criar nações fracas e debilitadas, o que facilitaria o exercício de sua hegemonia comercial – em nações nas quais o ca-

pitalismo não era um modo de produção consolidado a ponto de, com a unificação de mercados, levar à unidade territorial e política.

Muito diferente da elite brasileira – que podia ser considerada homogênea em seus interesses, na medida em que era essencialmente rural –, a elite colonial espanhola estava dividida em termos econômicos. Parte da elite *criolla* realizava o comércio; portanto, era mercantil. Outra parcela estava ligada às atividades agrícolas; portanto era rural. Seus interesses econômicos chegavam a ser contraditórios no que dizia respeito ao comércio internacional.



Simón Bolívar, líder da Independência da América Espanhola.

Em termos políticos, a elite também divergia. Simón Bolívar e Francisco de Miranda lideraram os republicanos, enquanto José de San Martín reuniu os monarquistas constitucionais.

E mais: em algumas localidades, os colonos contaram com o apoio dos indígenas; em outras, os indígenas apoiaram os espanhóis. A independência da América Espanhola não foi realizada por uma única liderança com caráter nacional, mas pela soma das lutas regionais, com o domínio de políticos locais. As lutas resultaram na fragmentação da

América espanhola, visto que foram realizadas em consonância com os interesses locais.

3. A INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O processo de emancipação do Haiti, embora inserido no contexto da descolonização americana, foi singular porque o movimento teve um profundo conteúdo social antiescravista. Já no final do século XVIII (1791), ocorreu uma revolta dos negros e mulatos contra os brancos, senhores de engenho e de escravos. O caráter político da independência de São Domingos ganha força quando Napoleão Bonaparte restabeleceu a escravidão negra, que havia sido abolida no Haiti durante a fase popular da Revolução Francesa.

Toussaint Louverture, ex-escravo negro, foi o grande líder do movimento anticolonial apoiado por comerciantes da ilha, os quais esperavam que a independência lhes trouxesse uma renovação das grandes vantagens comerciais.

Em 1801, uma Assembleia Constituinte promulgou uma Constituição que nomeava Toussaint governador-geral vitalício. Nesse mesmo ano, as tropas francesas invadiram o Haiti e, no ano seguinte, Toussaint foi preso e enviado à França, morrendo na prisão. A guerra pela independência foi continuada por outro negro, Jean-Jacques Dessalines, que, auxiliado por ingleses e norte-americanos, expulsou os franceses. Em 1804, foi proclamada a independência da metade ocidental da ilha, que tomou o nome de Haiti (terra de montanhas), enquanto a parte oriental continuava ocupada pelas tropas francesas e espanholas.

Dessalines foi proclamado imperador, inspirando-se em Napoleão Bonaparte, que fizera de tudo para sufocar a rebelião haitiana. Durante o seu breve governo (1804-1806), defendeu a unidade do Haiti, dificultada pelo antagonismo entre negros e mulatos. “A produção açucareira foi estimulada, mediante o trabalho obrigatório nas plantações, e foram distribuídas terras aos camponeses.”

(Aquino)

Após a morte de Dessalines, rebeliões vitoriosas implantaram no Oeste e no Sul um governo republicano separatista que distribuiu entre os camponeses lotes de terras, expropriadas aos latifundiários.

“A República que emergiu da escravidão nasceu entre as ruínas coloniais. A guerra de 1802-1804 havia deixado o país no caos; as plantações e demais instalações agrícolas estavam destruídas; todos os hábitos de trabalho haviam desaparecido; milhares de homens haviam morrido.”

(MICHEL, E. C. *La Revolución Haitiana y Santo Domingo*. Editora Nacional, 1968.)

4. CRONOLOGIA

1791 – Revolta de Escravos Negros no Haiti.

1804 – Independência do Haiti.

1810 – Início dos movimentos de independência na América Latina.

– Formação da Junta de Governo na Argentina.

1811 – Independência do Paraguai

1813 – Tentativa de independência da Venezuela por Bolívar.

1814-1815 – Congresso de Viena.

1815 – Criação da Santa Aliança.

1816 – Independência da Venezuela, Congresso de Tucumán (Argentina) e Invasão do Uruguai pelo Brasil.

1818 – Libertação do Chile por O'Higgins e San Martín.

1818 – Congresso de Aix-La-Chapelle.

1819 – Libertação da Colômbia por Bolívar.

1821 – Proclamação da independência do Peru por San Martín.

1822 – Libertação do Equador por Sucre.

1823 – Intervenção da Santa Aliança na Espanha.

1825 – Independência da Bolívia.

1828 – Independência do Uruguai.

1. FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS LATINO-AMERICANOS

O processo de formação dos Estados Nacionais, nas dezesseis nações resultantes dos movimentos de independência da América espanhola, começou a se definir mais claramente a partir de meados do século XIX e não deve ser visto como um movimento isolado em relação à conjuntura internacional.

O século XIX foi marcado pela Segunda Revolução Industrial – a expansão do capitalismo na Europa Continental, Estados Unidos e Japão –, que provocou a divisão internacional do trabalho. Dentro dessa nova realidade internacional, às antigas colônias da América foi imposta a condição de fornecedoras de matérias-primas para as nações industrializadas e de consumidoras de produtos manufaturados.

Para que ocorresse a integração das antigas colônias a essa nova conjuntura internacional, havia um requisito político básico: consolidar no poder os grupos vinculados à agroexportação. Assim, a formação dos Estados Nacionais ocorreu ao mesmo tempo em que as novas nações se inseriram dentro da nova ordem capitalista.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTADOS NACIONAIS

Entendida a formação dos Estados Nacionais como parte integrante das necessidades do capitalismo no século XIX, esses Estados terão muitos pontos em comum.

A economia prendia-se ao setor primário-exportador. Assim, países como México, Venezuela, Colômbia, Equador, Brasil e os da América Central eram exportadores de produtos tropicais; ainda o México e outros,

como Peru, Bolívia e Chile, eram exportadores de minérios e petróleo. Argentina e Uruguai eram fornecedores de produtos primários similares aos dos países industrializados, como, por exemplo, carne e trigo.

Como podemos ver, não foram promovidas grandes transformações em relação ao período de colônia, pois as economias mantiveram-se em consonância com as necessidades do mercado externo, e o mercado interno não foi estimulado. No Brasil e em Cuba, por exemplo, mesmo após a independência, manteve-se o trabalho escravo.

As transformações que ocorreram nesses países também estiveram ligadas às necessidades de desenvolvimento e expansão desse tipo de economia. A construção de ferrovias tinha a finalidade de escoar a produção, e a introdução de tecnologia, de favorecer a extração mineral – como, por exemplo, no caso do petróleo –, além do que, via de regra, nessa atividade prevaleciam empresas estrangeiras.



Apesar de constituírem maioria, os indígenas continuaram marginalizados socialmente.

A sociedade pouco se alterou. Com o predomínio do latifúndio e da propriedade privada da terra após as independências, manteve-se a concentração de riquezas. O reflexo social foi a manutenção das desigualdades e da estratificação, mesmo com a introdução do trabalho assalariado – mal remunerado.

Os indígenas e os negros escravos foram mantidos à margem do processo, dentro de uma perspectiva de suposta inferioridade desses grupos étnicos, em razão de, no período de colônia, terem realizado o trabalho braçal. A própria integração desses segmentos sociais à economia foi resultado de pressões do capitalismo inglês, interessado em ampliar os mercados consumidores internos.

A questão política manteve-se dividida, como uma continuidade das lutas do processo de independência. Os antagonismos que se evidenciaram na formação das novas nações ocorreram justamente entre os defensores do unitarismo – que propunha a formação de governos fortes e centralizados – e do federalismo – que propunha manter a unidade nacional, porém concedendo autonomia relativa às províncias.

No Brasil e no México, prevaleceu o unitarismo, com a adoção da monarquia como regime de governo. Nas demais nações prevaleceu o federalismo, com a adoção de regimes republicanos. O Chile e o Paraguai constituíram casos à parte, pois, mesmo não adotando a monarquia como regime de governo, tiveram uma forte centralização político-administrativa. As disputas pelo poder ficaram por conta de liberais e conservadores. Em todas as novas nações era comum a existência de um Partido Liberal e um Partido Conservador.

Os liberais pretendiam a formação de Estados leigos, relativa participação política da sociedade e comumente defendiam o federalismo, pois este preservava os interesses econômicos e o poder político local.

Os conservadores defendiam a formação de Estados centralizados, com o Executivo forte e participação política da sociedade de forma bem restrita, sendo, em geral, defensores do unitarismo.

Liberais ou conservadores, os políticos que se colocaram no poder eram todos membros das elites nacionais, não sendo rígidas as distinções e as posições ocupadas.

Os Estados que se formaram estiveram à mercê dos interesses de elites nacionais agroexportadoras, constituindo Estados oligárquicos que, apesar da aparência liberal, eram profundamente conservadores no trato das questões sociais e nacionais.

3. DUAS VISÕES DO PAN-AMERICANISMO

O pan-americanismo representou o ideal de solidariedade e unidade entre as nações americanas – que surgiu ainda no período de colônia, tendo como precursores o Padre Alexandre de Gusmão (Brasil-Portugal), Pablo Olavide (Peru), Bernardo O’Higgins (Chile) e Francisco de Miranda (Venezuela).

Esse ideal se fortaleceu no momento das independências e se desenvolveu sob duas modalidades distintas e antagônicas: o bolivarianismo e o monroísmo.

O bolivarianismo, concebido por Simón Bolívar (1783 - 1830), defendia a necessidade de união das nações após a independência, em razão da contraofensiva espanhola apoiada pela Santa Aliança. Apesar dos esforços do “Libertador”, as tentativas foram infrutíferas, pois houve uma grande resistência às suas propostas, uma vez que as oligarquias formadas não aceitavam a ideia de perder o seu poder local. Além disso, à Inglaterra não interessava a união da América em um único corpo, porque poderia prejudicar o exercício de sua influência nas débeis nações surgidas – tanto que, por pressões inglesas, países como Brasil não participaram do Congresso do Panamá em 1822. Mesmo não tendo saldos políticos positivos, as ideias de inspiração bolivariana persistiram na América e no século XX foram retomadas por intelectuais como Pablo Neruda e Violeta Parra.



A industrialização europeia condicionou a divisão internacional do trabalho.

O monroísmo expressa a visão norte-americana de solidariedade e baseia-se no predomínio dos Estados Unidos sobre os demais países americanos. Trata-se do início de uma política preocupada com a expansão territorial e a segurança dos Estados Unidos, dissimulada na famosa frase “A América para os americanos”.

Em 1890, realizou-se a Primeira Conferência Internacional Americana, marco do início da expansão econômica dos Estados Unidos – industrializado – sobre as nações latino-americanas, exportadoras de gêneros primários.

Da Doutrina Monroe, os norte-americanos caminharam lenta, mas firmemente, para o “Big Stick”, que trouxe aos Estados Unidos a hegemonia sobre o continente.

4. HEGEMONIA BRITÂNICA NA AMÉRICA LATINA

Capitalismo concorrencial

Pioneira da Revolução Industrial, a Grã-Bretanha procurou expandir seus mercados, defendendo o livre-cambismo, condenando os pactos coloniais mercantilistas e a escravidão. Por essa razão, os ingleses participaram militarmente do processo de independência das colônias ibero-americanas. No ano de 1820, Canning, ministro das Relações Públicas Exteriores da Inglaterra, dedicou especial atenção à América Latina, afirmando:

“A coisa está feita. A América espanhola é livre; e, se nós não desgovernarmos tristemente nossos assuntos, ela será inglesa”. E assim, as antigas colônias passaram para o domínio do capitalismo britânico, como fornecedoras de guano e nitrato (Peru), cobre (Chile), açúcar (Cuba), café (Brasil), couros (Argentina, Uruguai e Paraguai), e como consumidoras dos maquinofaturados. Em nome do liberalismo econômico, os ingleses obtiveram privilégios e isenções alfandegárias das jovens nações; fizeram pressões para eliminar o tráfico negreiro e a própria escravidão negra, e intervieram militarmente quando seus interesses foram prejudicados. A queda do caudilho Rosas, da Argentina, e a Guerra do Paraguai são exemplos dessa política imperialista.



Os países latino-americanos, a despeito das lutas políticas, mantiveram a mesma estrutura socioeconômica, produzindo para o mercado externo a partir da exploração das comunidades indígenas.

Dependência econômica

A inserção da América Latina na nova divisão internacional do trabalho abortou todas as tentativas de desenvolvimento industrial, até porque o livre-cambismo beneficiava, exclusivamente, o industrialismo britânico, inviabilizando as manufaturas locais. Era impossível concorrer com os produtos ingleses, mais baratos e produzidos em larga escala. No Brasil, o “alvará de liberdade industrial”, de 1.º de abril, tornou-se letra morta após a assinatura dos tratados

de comércio e navegação de 1810; as manufaturas de ferro do Chile e as indústrias artesanais do México, Bolívia, Peru e Argentina foram esmagadas pela concorrência desleal dos maquinofaturados ingleses.

5. CAUDILHISMO

Ao final das lutas de independência das antigas colônias da América espanhola, praticamente assistimos à sua total fragmentação territorial.

Os fatores explicativos para tal acontecimento são de várias naturezas.

As teses tradicionais limitam-se a explicar tal fato a partir da adoção de regimes republicanos pelas nações recém-emancipadas.

Atualmente, consideramos que a fragmentação da antiga América espanhola em repúblicas resultou da conjugação de uma série de fatores – geográficos, econômicos, políticos e sociais – e que a adoção de regimes republicanos foi antes uma consequência do que uma causa.

6. OS FATORES DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação do espaço físico da América durante a colonização esteve estreitamente ligada aos interesses econômicos mercantilistas da Era Moderna, concentrando-se em áreas onde o Estado Absolutista pudesse extrair o máximo possível de riquezas.

Essas riquezas naturais e o comércio distribuíam-se de forma irregular pelo continente. Dessa forma, as áreas de maior concentração demográfica estavam, necessariamente, vinculadas às áreas pecuaristas, extrativistas – como os minérios e produtos agrícolas –, ou então próximas às cidades portuárias, responsáveis pelo escoamento da produção e importação de manufaturas. A divisão administrativa da América espanhola em quatro vice-reinos e quatro capitânias-gerais e a subordinação dessas áreas ao Pacto Colonial contribuíram para que entre esses polos econômicos não houvesse a integração de mercados.

Nesse contexto, formaram-se os grupos sociais básicos da colônia:

os *criollos* – elite econômica local, representada nos *Cabildos*, com interesses políticos presos a esses polos econômicos – e a imensa maioria da população, subordinada à condição de ignorância e dominação, além da diversidade étnica.

Esses dois grupos durante a fase de colonização foram mantidos à margem do poder político e emergiram no movimento de independência. Os *criollos* lideraram o processo, e a população se converteu em verdadeira massa de manobra em nome dos interesses desses grupos locais.

O fato de haver a hegemonia dos *criollos* nos movimentos de independência não nos pode levar a crer que houvesse uma unidade dentro da oligarquia, pois a emancipação política da América resultou da ação de diversos líderes vinculados a determinados interesses locais, com posições políticas diferenciadas ou até mesmo antagônicas – por exemplo, San Martín e Bolívar. Além desses fatores internos, temos de considerar a participação e os interesses da Inglaterra no processo de emancipação – que geralmente são citados como principal causa da fragmentação das colônias hispânicas –, na medida em que a América dividida seria mais facilmente subordinada aos interesses do capitalismo inglês. Portanto não podemos ter uma visão parcial sobre esse processo. Devemos considerar que a fragmentação territorial da América espanhola resultou da conjugação de todos esses fatores em um determinado momento histórico, não sendo um fator mais relevante do que outro.

7. O NASCIMENTO DO PODER DOS CAUDILHOS

Em termos econômicos, as emancipações políticas não levaram a alterações profundas. Ao contrário, as economias mantiveram-se presas à grande propriedade e dependentes das necessidades do mercado externo.

A sociedade pouco ou nada se alterou, pois a concentração de riquezas foi mantida como no período

de colônia. As camadas populares nada lucraram com as independências, mantendo-se submissas à elite.

A vida política das recém-independentes nações foi marcada por uma série de disputas entre o centralismo e o federalismo, refletindo a diversidade de interesses e a falta de coesão das elites oligárquicas no processo de constituição dos Estados Nacionais.

Esses fatos, aliados à falta de organização político-institucional, ou seja, a organização do Estado, favoreceram a ação de líderes locais ligados ao latifúndio exportador, que defendiam seus interesses com base no militarismo. É neste contexto que nasce a figura do caudilho.

Os chefes políticos locais eram avessos ao liberalismo – que propunha a formação de um Estado centralizado – e defendiam o federalismo como forma de manter intactos seus interesses regionais. Sua atuação política assentava-se sobretudo na autoridade pessoal forte e paternalista perante as camadas populares.

A utilização de exércitos pessoais era comum na repressão às camadas populares rebeldes e nas disputas intestinas da oligarquia. Assim, o poder militar colocava-se acima das leis para decidir as questões sociais e políticas.

Dessa forma, o caudilhismo constituiu uma solução imediata para os problemas surgidos com a existência de Estados embrionários e, ao mesmo tempo, foi um entrave à formação dos Estados Nacionais.

Mesmo com base no militarismo, os caudilhos tinham grande popularidade entre as camadas populares, podendo ser considerados o produto de sociedades cujo poder político ainda não se havia definido e fortalecido, a ponto de evitar essa expressão de mandonismo local.

Exemplos de caudilhos foram os libertadores da América espanhola, como Bolívar e Sucre. No México destacaram-se Sant'Anna, Benito Juárez e Porfirio Díaz; na Argentina, Juan Manuel Rosas; no Uruguai, José Artigas; e no Paraguai, Francisco Solano López.

8. CRONOLOGIA

1760 – Início da Revolução Industrial inglesa.

1808 – Vinda da Família Real para o Brasil e abertura dos portos.

1810 – Início dos movimentos de independência na América Latina.

1823 – Deposição de Iturbide por López de Sant'Anna, no México.

1835-52 – Governo de Rosas, na Argentina.

1837 – Começo da Era Vitoriana.

1840-62 – Governo de Carlos Antonio López, no Paraguai.

1852 – Queda do ditador Manuel Rosas, da Argentina.

1855 – Deposição de López de Sant'Anna por Juárez, no México.

1862-70 – Governo de Solano López, no Paraguai.

1873 – Primeira grande depressão do capitalismo industrial.

MÓDULO 26

Política Interna do Primeiro Reinado

1. POLÍTICA INTERNA

❑ A Guerra da Independência

As tropas portuguesas que ainda ocupavam a capital da Bahia e as províncias do Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina não quiseram aceitar a autoridade do novo governo de D. Pedro.

A Bahia constituiu o principal foco da resistência, com o brigadeiro Madeira de Melo no comando das forças portuguesas. Antes mesmo do 7 de Setembro, os elementos favoráveis à independência vinham sendo hostilizados. O Convento da Lapa, por exemplo, fora assaltado e a superiora, Joana Angélica, assassinada.

Em auxílio aos baianos, D. Pedro enviou tropas, comandadas pelo general Labatut, que sitiou Salvador. Madeira tentou romper o cerco em Pirajá, mas foi derrotado pelo estrategema providencial do corneteiro Luís Lopes. Além disso, o bloqueio marítimo efetuado por Lorde Cochrane acabou determinando a derrota e embarque das forças portuguesas para a Europa no dia 2 de julho de 1823.

No Piauí o governador Cunha Fidié rendeu-se incondicionalmente. O mesmo fez a Junta Governativa do Maranhão diante da intimação de Cochrane. No Pará o comandante Grenfell obteve o mesmo resultado, dando a impressão de que seu navio era apenas a vanguarda de uma poderosa esquadra.

Na Cisplatina, enfim, o general Lecor derrotou D. Álvaro da Costa, que estava contra a independência.

2. O MINISTÉRIO DE BONIFÁCIO



José Bonifácio.

Após a Independência, José Bonifácio configurava-se na principal figura política do País. Havia estudado e lecionado na Europa. No Brasil tornara-se um dos principais articuladores da Independência. Foi escolhido para ocupar a pasta do Reino e dos Estrangeiros. Embora fosse embuído de ideias liberais, logo divergiu dos brasileiros que também promoveram a Independência. Eram discordâncias quanto à "prática" que efetivaria o Estado Nacional.

Bonifácio desconfiava dos republicanos, pois achava que estes poderiam convulsionar o País e possivelmente ameaçar a integridade e a estrutura brasileira. Era um exagero, pois se tratava de grupos em disputa de projeção política, que agiam dentro de uma igual linha ideológica: essencialmente conservadores. Mesmo assim, Bonifácio não se esqui-

vava de seus objetivos, era partidário de um poder altamente centralizado e forte. Na verdade, ao querer o regime monárquico rígido, pretendia, na figura de ministro, participar do poder decisivamente.

No fundo, tanto a "ala democrática" da maçonaria quanto o Apostolado (sociedade secreta fundada por Bonifácio que concentrava a facção mais conservadora da aristocracia rural) desejavam influenciar D. Pedro I. Os desentendimentos entre o ministro e o grupo de Ledo acabaram com a vitória momentânea do primeiro, graças às suas ações políticas que envolveram o imperador, fazendo com que este se desvinculasse da maçonaria e repudiasse seus membros. "Em outubro (1822) José Bonifácio obtém uma vitória completa sobre seus adversários. Com pretexto de uma conspiração contra o então já imperador para o estabelecimento da República (acusação que parece infundada, e que os tribunais assim considerariam mais tarde), consegue o ministro de D. Pedro a dissolução da maçonaria e a prisão ou exílio dos principais chefes da democracia. O Apostolado e seu partido ficarão livres em campo e organizarão o projeto de Constituição a ser submetido à Assembleia já convocada e que se reuniria em abril de 1823. O projeto revela, aliás, o caráter e as tendências reacionárias de seus autores. Fará dele uma crítica acerba e violenta um dos mais combativos representantes da democracia brasileira: Cipriano José Barata de Almeida então em Pernambuco e escrevendo no seu periódico, a *Sentinela da Liberdade*."

(Caio Prado Jr.,
Evolução Política do Brasil)

A aclamação de D. Pedro I a imperador, em 12 de outubro de 1822, e sua coroação, em 1.º de dezembro do mesmo ano, apontavam a trajetória de poder dos Andradas, coroada de êxito após o banimento de líderes constitucionalistas como José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo.

❑ A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1824

A Assembleia Constituinte, convocada em 3 de junho de 1822, instalou-se em 3 de maio do ano seguinte. Desde o início, os deputados constituintes chocaram-se com as tendências autoritárias de D. Pedro I.

Na composição da Assembleia predominavam altos dignitários da Igreja, proprietários e juristas. Destacaram-se os irmãos Andrada que, entrando em conflito com D. Pedro I, saíram do ministério e passaram para a oposição.

Os jornais *O Tamoio* e *A Sentinela da Liberdade* atacavam asperamente o governo imperial, que se cercava de elementos portugueses, e acusavam-no de tramar a volta do Brasil ao domínio de Portugal.

Inspirado na Constituição Portuguesa, o anteprojeto da Constituição limitava os poderes do imperador, assumia um caráter nitidamente classista e demonstrava uma xenofobia extremada: era a **Constituição da Mandioca**.

Esse anteprojeto, que fora elaborado por Antônio Carlos de Andrada,

SISTEMA ELEITORAL PREVISTO PELO PROJETO DE 1823, DE ANTÔNIO CARLOS	
renda de 100 alqueires de farinha de mandioca	⇔ eleitor de paróquia ↓ elege
renda de 200 alqueires de farinha de mandioca	⇔ eleitor de província ↓ elege
renda de 400 alqueires de farinha de mandioca	⇔ Deputado
renda de 800 alqueires de farinha de mandioca	⇔ Senador

estava sendo discutido quando D. Pedro I ordenou o cerco ao prédio da Assembleia, reunida em sessão permanente ("Noite da Agonia"), e determinou a dissolução da Constituinte, em 12/11/1823. Em seguida, o imperador nomeou um Conselho de Estado, incumbindo-o de redigir uma Constituição para o País. Essa Carta, outorgada em 15/03/1824, era unitária, centralizadora e criava quatro poderes de governo: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. As eleições seriam censitárias e indiretas, e a Igreja ficaria subordinada ao Estado.

Essa Constituição, que vigorou até 1889, na realidade consagrava as aspirações da aristocracia rural, pois o Império ficava estruturado à sua imagem: liberal na forma, mas conservador na prática.

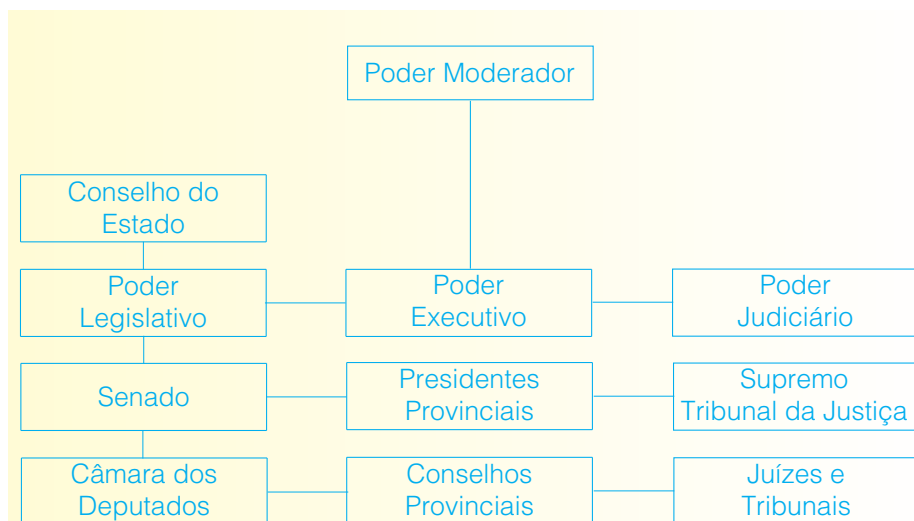
❑ A Confederação do Equador

A dissolução da Constituinte teve repercussão desfavorável no País, pois evidenciou o arbítrio e as tendências absolutistas do imperador. Em Pernambuco, principalmente, onde havia uma longa tradição de luta e de aversão aos portugueses, os ânimos se exasperaram. Em 1824 uma Junta Governativa assumiu o poder, encabeçada pelo ex-deputado Paes de Andrade. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba solidarizaram-se com Pernambuco, constituindo uma República independente com o nome de Confederação do Equador. Provisoriamente adotou-se a Constituição da Colômbia.



Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, fuzilado pela repressão ordenada por D. Pedro I, já se havia envolvido na Revolução Pernambucana de 1817, tendo sido indultado por D. João VI.

Mas os rebeldes, mal-armados e sem organização eficiente, sucumbiram à enérgica repressão. Alguns líderes foram executados, dentre os quais Frei Caneca.



Organograma do Estado brasileiro, com destaque para o quarto poder, o Moderador.

3. CRONOLOGIA

1822 – Tropas lusas insurgem-se contra o “Grito do Ipiranga” na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina.

1823 – Thomas Cochrane é nomeado primeiro-almirante da armada do Brasil.

– O brigadeiro Madeira de Melo é expulso da Bahia.

– Instala-se a Assembleia Constituinte, dissolvida por D. Pedro em novembro seguinte.

1824 – D. Pedro I outorga a primeira Constituição Brasileira.

– Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos.

– Eclode a Confederação do Equador no Nordeste.

1825 – Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca é executado em Recife.

1826 – Assinado o acordo entre Inglaterra e Brasil que fixa um prazo para extensão do tráfico negreiro.

– Os tratados de 1810 com a Inglaterra são renovados por 15 anos.

– Falência do Banco do Brasil.

– Reconhecimento da Independência do Uruguai após a Guerra da Cisplatina.

1828 – Fechamento do Banco do Brasil.

1829 – D. Pedro casa-se com D. Amélia.

MÓDULO 27

Política Externa do Primeiro Reinado e Abdicação

1. O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Os interesses econômicos de várias nações, sobretudo da Inglaterra, influíram preponderantemente no reconhecimento da nossa independência.

O primeiro país a reconhecê-la foram os Estados Unidos, em 1824, em virtude da Doutrina Monroe.

Sob pressão inglesa, Portugal concordou com essa emancipação completa em 1825, recebendo dois milhões de libras esterlinas e a concessão do título honorífico de imperador do Brasil a D. João VI.

A Inglaterra reconheceu a independência do País em 1826, mediante a renovação, por 15 anos, dos tratados assinados em 1810 com Portugal.

2. A GUERRA DA CISPLATINA

Em 1825 alguns líderes separatistas da Cisplatina, comandados por Juan Lavalleja e cientes da adesão de Frutuoso Rivera, proclamaram a independência da província em relação ao Brasil e solicitaram sua anexação à Argentina. A concordância desta última fez com que o Brasil lhe declarasse guerra. Em 1828, diante da intervenção diplomática da Inglaterra, Brasil e Argentina desistiram da Cisplatina, que passou a constituir um Estado independente: a República Oriental do Uruguai.

3. A QUESTÃO SUCESSÓRIA PORTUGUESA

Ao falecer D. João VI em março de 1826, fora proclamado seu sucessor D. Pedro I. Tal acontecimento e suas implicações contribuíram para indispor ainda mais o imperador e os brasileiros. A união do Brasil a Portugal se revestiria em uma série ameaça. As condições de uma possível recolonização voltaram a pairar.

Todavia, D. Pedro renunciou à Coroa portuguesa, transferindo-a para sua filha D. Maria da Glória, estabelecendo que esta seria legítima, após o casamento com seu tio D. Miguel, que ocuparia o cargo de regente até a realização de tal casamento, pois a princesa era menor.

Porém, D. Miguel resolveu não esperar. Conseguiu em 1828 ser aclamado rei, apoiado pela Santa Aliança, afastando sua sobrinha.

D. Pedro resolveu combater os Miguelistas. Para tanto, custeou portugueses foragidos na Inglaterra e ainda sustentou os que vieram para o Brasil perseguidos pelo seu irmão. Essa questão política não era concernente ao Brasil e portanto indignava os brasileiros que aproveitavam-se do fato para aumentar a campanha contra o imperador.



O mapa indica os combates da Guerra da Cisplatina, levada avante por D. Pedro I como mais um de seus atos pessoais. Os gastos com a guerra com prometeram ainda mais a péssima situação financeira do Império.

4. ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

Luta pelo poder

Todo o Primeiro Reinado caracterizou-se pelo antagonismo entre a aristocracia rural, que conduziu o processo de independência, e D. Pedro I. Na disputa pelo poder entre a elite agrária e o imperador, o episódio da dissolução da Assembleia Constituinte representou uma ruptura profunda. Por isso, o imperador governou até 1826 sem parlamento, uma vez que a maioria dos deputados, do chamado Partido Brasileiro, não concordava com o seu autoritarismo.

Apoiando-se em elementos reacionários, em tropas mercenárias e na

burguesia lusa, que se identificava com os interesses recolonizadores de Portugal, D. Pedro I reinou como monarca quase absoluto, nomeando e demitindo livremente seus ministros.

❑ Conjuntura europeia

Os anos de 1820 foram marcados pela atuação repressiva, intervencionista e reacionária das forças militares da Santa Aliança. No entanto, em 1830 eclodiu uma nova vaga revolucionária liberal-burguesa contra a restauração do Antigo Regime. Na França, os Bourbons foram definitivamente eliminados após a queda de Carlos X em julho. “A Revolução de 1830 na França repercutiu sobre toda a Europa. A Bélgica, com o apoio da Inglaterra, libertou-se da dominação holandesa, à qual estava submetida desde o Congresso de Viena. Na Polônia uma revolta nacionalista foi abafada pelos russos; na Itália verificaram-se agitações liberais promovidas pela sociedade secreta chamada Carbonária, resultando na imposição de uma Constituição ao rei das Duas Sicílias.”

❑ Desgaste político do imperador

O agravamento da crise econômico-financeira, provocada pela decadência da agricultura tradicional; os

choques entre o Partido Brasileiro e o Partido Português, decorrentes do envolvimento de D. Pedro na questão sucessória lusa e da perda da Província Cisplatina em 1828, desgastaram, profundamente, a imagem do imperador. Na imprensa, jornais como *O Republicano*, de Borges da Fonseca; *O Sentinela*, do revolucionário Cipriano Barata, e *O Observador Constitucional*, de Líbero Badaró, contribuíram para agravar as relações entre o governo e a sociedade. A reação por parte do Estado foi fulminante. Em novembro de 1830, o jornalista Líbero Badaró foi assassinado por elementos ligados a D. Pedro.

Em 1831, com a volta do imperador ao Rio de Janeiro, depois de uma desastrosa viagem a Minas Gerais, verificou-se a “Noite das Garrafadas”, conflito de rua entre brasileiros e portugueses, em meados de março. Porém, com o intuito de recuperar sua popularidade, o imperador nomeou um ministério liberal composto por brasileiros. Entretanto, os motins e a agitação prosseguiram. D. Pedro, então, demitiu aquele ministério e formou um novo gabinete com amigos pessoais: o “ministério dos marqueses”. Com isso, o imperador ficou completamente isolado e, até mesmo elementos fiéis ao trono, como o militar Francisco de Lima e Silva, passaram para a oposição.



Dona Leopoldina de Habsburgo, mulher de D. Pedro I, e seus filhos (D. Pedro II no colo e à esquerda D. Maria da Glória), de Domenico Failutti.

❑ 7 de abril de 1831

Com a adesão das tropas à insurreição popular, liderada pela aristocracia rural, D. Pedro viu-se forçado a abdicar em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, um menino de apenas cinco anos de idade. Esse episódio foi batizado por Teófilo Otoni como a “Jornada dos Logrados”, uma vez que o povo e a tropa, meros instrumentos da aristocracia rural, não tiveram suas reivindicações atendidas.

5. CRONOLOGIA

1824 – Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos.

1825 – Portugal reconhece a Independência do Brasil e começa a Guerra da Cisplatina.

1826 – A Inglaterra reconhece a Independência do Brasil.

1828 – Fim da Guerra da Cisplatina.

1830 – Revoluções liberais na Europa e queda de Carlos X.

– É assassinado, em São Paulo, o jornalista Líbero Badaró.

1831 – “Noite das Garrafadas”, no Rio de Janeiro.

– Nomeação do “ministério dos marqueses”.

– Amotinamento da tropa do Rio de Janeiro.

– Abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril.

MÓDULO 28

Os Governos Regenciais

1. INTRODUÇÃO

O divórcio entre o imperador e a aristocracia rural resultou na abdicação do primeiro. As classes afastadas, servindo-se das camadas populares, empolgaram o poder, pondo a nu seu verdadeiro caráter: um conservadorismo extremado.

Esse período desenrolou-se em meio a movimentos armados, chocando-se frontalmente dois princípios básicos: o do **centralismo** e o do **federalismo**, sem, entretanto, se estribarem em programas doutrinários definidos.

Três correntes políticas digladiaram-se na primeira fase regencial: os moderados, os exaltados e os restauradores.

2. ORGANIZAÇÃO DAS REGÊNCIAS

No momento da abdicação, estando os deputados em férias, formou-se a Regência Trina Provisória, que deveria governar até 17 de junho de 1831.

Na composição da Regência Provisória assinalou-se, sobretudo,

uma tentativa de equilíbrio político. Os seus componentes eram Campos Vergueiro, representante das tendências liberais; Carneiro de Campos, representante do conservadorismo e Francisco de Lima e Silva, representante da força militar no equilíbrio das tendências.

Essa regência manteve a Constituição de 1824, concedeu anistia aos presos políticos, reintegrou o ministério demitido por D. Pedro e promulgou a Lei Regencial de abril de 1831, que limitava os poderes dos regentes.

Em junho elegeu-se a Regência Trina Permanente, composta por Bráulio Muniz, Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva, e tendo na pasta da Justiça o padre Feijó.

Entre os decretos da Regência Trina Permanente, destacam-se a criação da Guarda Nacional (1831), composta de proprietários, e a promulgação do Código de Processo Criminal (1832), que descentralizou a justiça nas mãos dos juizes de paz eletivos.

No Rio de Janeiro verificaram-se motins e revoltas. Em 1831, levantes do Batalhão da Infantaria e da Polícia; em 1832, revolta dos exaltados comandados pelo major Miguel de Frias e a tentativa de golpe dos res-

tauradores, na qual José Bonifácio foi acusado de estar envolvido. Esses movimentos, circunscritos ao Rio de Janeiro, foram debelados pela Guarda Nacional.



Padre Diogo Antônio Feijó.

Por força do Ato Adicional de agosto de 1834, a Regência Trina Permanente foi substituída pela Regência Una.

Nas eleições de 1835, para Regente Uno, saiu-se vitorioso o ex-ministro da Justiça (demissionário em 1832, após uma tentativa frustrada de golpe), o padre Feijó, por maioria simples.

As dificuldades da administração, aliadas aos movimentos rebeldes eclodidos, **Cabanagem e Farroupilha**, forçaram Feijó a entregar o poder ao ministro do Império, Araújo Lima, em 1837.

Pedro de Araújo Lima chamou para o gabinete Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder da oposição a Feijó, formando o ministério das Capacidades e estabelecendo o princípio da solidariedade ministerial. Depois de uma regência provisória, Araújo Lima saiu-se vitorioso nas eleições de abril de 1838.

O ministério de Bernardo Pereira de Vasconcelos criou o Imperial Colégio D. Pedro II e fundou o Instituto Histórico e Geográfico. Em 23 de julho de 1840, o Golpe da Maioridade pôs um ponto final no período regencial.

3. ATO ADICIONAL DE 1834

Essa reforma da Constituição de 1824 apresentava os principais pontos a seguir: supressão do Conselho de Estado; criação de Assembleias Legislativas Provinciais; transformação da Regência Trina em Una e criação do município neutro do Rio de Janeiro.

Essa reforma é tradicionalmente entendida como descentralizadora, em virtude da autonomia concedida às Assembleias Provinciais.

Porém, com a subida dos conservadores ao poder, a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em vigor a partir de 12/05/1840, restringiu a autonomia das províncias: começava o regresso conservador, isto é, a volta à centralização do poder. O próprio Conselho de Estado foi restabelecido (1841).

4. CRONOLOGIA

1831 – “Noite das Garrafadas”, no Rio de Janeiro.

- Ministério brasileiro.
- Ministério dos marqueses.
- Abdicação de D. Pedro I.
- Formação da Regência

Trina Provisória.

- Formação da Regência Trina Permanente.

- Criação da Guarda Nacional.

1832 – Promulgação do Código de Processo Criminal.

1833 – José Bonifácio perde a tutela de D. Pedro de Alcântara.

1834 – Ato Adicional e Feijó é eleito regente único.

1835 – Posse de Feijó.

1837 – Feijó renuncia à regência.

- Criação do Colégio Pedro II.
- Criação do Partido Liberal e do Partido Conservador.

1838 – Pedro de Araújo torna-se regente.

- Criação do Instituto Histórico e Geográfico.

1840 – Lei de Interpretação do Ato Adicional.

- Golpe da Maioridade.
- Eleições do cacete.



O primeiro número de A Aurora Fluminense tinha como redatores José Apolinário de Moraes, Francisco Valdetaro e José Francisco Sigaud. Só mais tarde, Evaristo da Veiga passou a participar do jornal, tornando-se seu principal redator.

1. FATORES

A abdicação de D. Pedro I eliminou, definitivamente, o “fantasma” da recolonização, mas transformou o Período Regencial num dos mais conturbados da nossa história. Afinal, os vários segmentos sociais que se haviam unido contra o autoritarismo imperial procuraram defender seus interesses e revelaram suas contradições.

Duas linhas de revolta salientaram-se, ora integradas, ora superpostas, ora caminhando paralelamente: localismo em contraposição à orientação centralista, reivindicações sociais do negro e do mestiço contra o branco, do pobre contra o rico, do escravo contra o senhor, do homem do campo contra o da cidade, tecendo uma teia complexa e intrincada.

De um modo geral, os exaltados aliaram-se às camadas populares no intuito de tomar o poder, traíndo-as e mancomunando-se com os inimigos de antes, no momento em que isso lhes proporcionou participação no governo.

2. PRINCIPAIS REBELIÕES

Os grandes levantes desse período foram a Revolta dos Malês na Bahia, em 1835; a Cabanagem no Pará, de 1835 a 1840; a Sabinada na Bahia, de 1837 a 1838; a Balaiada no Maranhão, de 1838 a 1841; e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845.

REBELIÕES NO PERÍODO REGENCIAL



A Cabanagem e a Balaiada tiveram caráter eminentemente popular, enquanto a Sabinada tentou congrega as camadas urbanas. Quanto à Farroupilha – a mais longa revolução brasileira –, constituiu um movimento de caráter separatista, elitista e republicano, reunindo os estancieiros do Rio Grande do Sul, rebeldes contra a política fiscal do Império.

3. REPERCUSSÕES

Com exceção da Revolta dos Malês, que tentou pôr em xeque os fundamentos do escravismo, todas

as rebeliões tiveram uma característica comum: as elites agrárias e as camadas “médias urbanas”, nelas engajadas, retraíram-se à medida que o movimento conquistava a adesão popular e apresentava reivindicações mais avançadas; o resultado foi que a repressão recaiu praticamente apenas sobre os segmentos sociais dominados. Outro traço marcante dessas revoltas foi a aceitação das “regras do jogo”, da existência do Império e da unidade política e territorial, em nome da qual se fez a Independência.



1. INTRODUÇÃO

Após a renúncia de Feijó e a ascensão de grupos conservadores, iniciou-se o processo de efetivação do regressismo. O ex-ministro da Justiça já não possuía forças para impor a paz no País. A Cabanagem e a Farroupilha continuavam. Era necessário coibir as agitações imbuídas de um acentuado republicanismo.

O regressismo se traduziu na elaboração de leis que fortalecessem o poder central e abafassem a demasiada liberdade de que gozavam as províncias. Era urgente a revisão do Ato Adicional que começava a ser intitulado: "a carta da anarquia". Este remanejamento institucional foi possível graças à vitória de Araújo Lima e a sua harmonização com a Assembleia.

A ação de neutralizar a autonomia provincial e assegurar a unidade nacional configurou-se na Lei Interpretativa de 1840. Munido dela, o presidente da província escolhido pelo poder central teria direito de veto sobre as disposições da Assembleia Provincial. Os trabalhos de elaboração dessa lei e sua definição dividiram mais nitidamente os grupos políticos. Os favoráveis à emenda passaram a receber o nome de conservadores ou Partido da Ordem; os opositores da interpretação intitularam-se Partido Liberal.

Apesar de esboçar-se claramente uma direção reacionária e preservadora da ordem, a regência de Araújo Lima não conseguiu de todo afastar o clima de insatisfação. Juridicamente ou em termos de política oficial, esforçava-se pela reafirmação nacional, na prática, porém, as tendências fracionadoras continuavam.

Os proprietários rurais desejavam estabilidade política. Para a consolidação de seu poder, seria necessário recorrer a uma fórmula que trouxesse a verdadeira tranquilidade ao País. Para tanto, a nação já contava com condições de articular um aparelho de Estado provido de meios coerciti-

vos. A economia cafeeira vertia seus primeiros frutos e favorecia condições para uma real centralização.

O caminho encontrado foi a velha fórmula salvadora: a Monarquia. Sob a égide do regime imperial, afastariam-se as lutas e discussões estérteis. A figura de prestígio do imperador seria projetada em escala nacional, superpondo-se aos interesses particulares, fazendo prevalecer a vitória da ordem escravista nacional. "Tivesse o país um imperador e a ordem se implantaria providencialmente. Havia, é certo, quem fosse mais positivo e visse numa ditadura legal a salvação. Dessa ditadura legal, os jornais se ocupavam mais ou menos abertamente e, na Câmara, em agosto de 1839, por ela se declarou o deputado Barreto Pedrosa. Mas o grande recurso já era a maioria, embora muita gente a quisesse como mero pretexto para assalto mesquinho e egoístico do poder, porfiando os partidos políticos em abrir crédito na gratidão do menino que subiria ao trono."

(Otávio Tarquínio de Souza,
Padre Diogo Antônio Feijó)

2. O GOLPE DA MAIORIDADE

Embora a trama de antecipar a maioria de D. Pedro fosse programada pelo grupo liberal, não se pressupõe uma oposição a tal empreendimento por parte dos conservadores. Estes, logicamente, pressentiam que se tal plano tivesse êxito seriam apeados do poder e, portanto, prote-lavam de forma contraditória. Eram monarquistas convictos, mas não apreciavam a forma liberal pela qual se processava a restauração.

O golpe palaciano foi resultado de uma campanha efetuada no Senado e na opinião pública dirigida pelo Clube da Maioridade. Embora o ministério vetasse constantemente a ideia dessa sociedade presidida por Antônio Carlos de Andrada, o imperador, ao receber a formulação por

parte do próprio regente Araújo Lima, respondeu incisivamente que desejava governar. Assim, os liberais chegaram aos postos de mando com a instauração do império. Em torno do menino Imperador se operava o ato final do "regresso", estirpando o autonomismo dos senhores de terra com suas perigosas investidas localizantes.

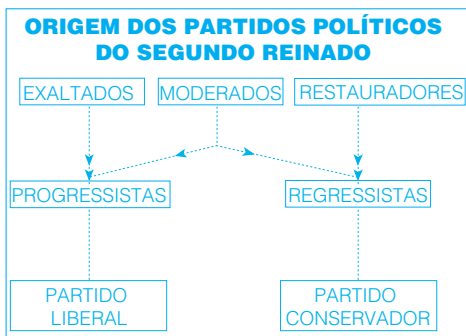
3. A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Os partidos políticos (Liberal e Conservador) que atuaram no 2.º Reinado surgiram durante a menoridade de D. Pedro II. Na realidade, foram produtos da crise regencial; efetivamente não eram partidos ideológicos, mas de patronagem, uma vez que ambos expressavam os interesses da classe dominante (aristocracia rural). Seu revezamento no poder era orientado pelo imperador, através do Poder Moderador. Em tese, poder-se-ia dizer que o Partido Liberal pugnava pela descentralização e o Partido Conservador, pela centralização.

Até 1848, além das duas agremiações oficiais, havia uma corrente extrapartidária (palaciana) denominada facção áulica. A partir de 1853, começou uma fase de conciliação efetivada por Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná). Entretanto, em 1864, surgiu o Partido Liberal Progressista e, mais tarde, o Partido Radical, como consequência da queda do gabinete liberal de Zacarias de Goes. Finalmente, o Partido Radical daria origem ao Partido Republicano, fundado em 1870.

4. A ATUAÇÃO PARTIDÁRIA

Em julho de 1840, após o Golpe da Maioridade, D. Pedro II nomeou o Ministério dos Irmãos (liberal), responsável pelas "eleições do cacete". Graças à reação dos conservadores e ao escândalo que marcou aquelas



No início da Menoridade, as elites estavam organizadas em três facções: Moderados, Exaltados e Restauradores. Em 1835, a cisão dos moderados deu origem a duas novas agremiações: os progressistas (envolvendo também membros da facção exaltada) e os regressistas (aos quais se juntaram vários restauradores). Nas eleições que fizeram de Araújo Lima o último regente uno, esses dois grupamentos transformaram-se, respectivamente, no Partido Liberal e no Partido Conservador.

eleições, D. Pedro demitiu o ministério, o que provocou as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais, ocorridas em 1842. Com a volta dos conservadores ao poder, completou-se o regressismo, pois foi restabelecido o Conselho de Estado e foram reformados o Código de Processo Criminal e a Guarda Nacional.

5. REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Em 1844, o choque dos conservadores (ministério de Carneiro Leão) com o **Clube da Joana** (facção áulica) contribuiu para a ascensão dos liberais, que permaneceram no poder até 1848. Nesse ano, eclodiu em Pernambuco uma revolução de caráter social, refletindo a situação conflituosa da região: miséria dos trabalhadores, monopólio do comércio pelos portugueses, controle do poder político pela família Cavalcanti, lutas entre liberais e conservadores, influência de ideias republicanas e até mesmo socialistas utópicas. O grande líder do movimento foi Borges da Fonseca, que, em janeiro de 1849, lançou um “Manifesto ao Mundo”. Reprimida a **Revolução Praieira**, encerrou-se o longo ciclo de revoltas iniciado em 1835, durante o Período Regencial.

6. “PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS”

Em relação ao modelo britânico, o regime parlamentarista implantado no Brasil em 1847 era exatamente “às avessas”. Com efeito, cabia ao Poder Moderador escolher e demitir os ministros, dissolvendo a Assembleia e convocando novas eleições quando aquele órgão não ratificava a mudança do gabinete. Como o sistema eleitoral previsto pela Constituição de 1824 estabelecia o voto aberto, indireto e censitário, as eleições eram fraudadas pela compressão eleitoral. Por isso mesmo, a minoria ministerial determinava a maioria parlamentar, em contraposição ao modelo britânico. Quem melhor caracterizou o parlamentarismo brasileiro foi Oliveira Vianna, ao afirmar: “No governo de gabinete, o Poder Executivo reside não no príncipe, mas num órgão coletivo, o ministério, a cujos membros são atribuídas as diversas funções da administração e do governo. Segundo as boas praxes desse sistema, o ministério deve ser formado de elementos procurados entre os próprios membros do Parlamento e não deve ser uma reunião heterogênea de titulares, mas um conjunto harmônico e unificado, representando um pensamento comum, um

programa de governo. Há, para isso, a responsabilidade de cada gabinete perante o Parlamento. Entre esses dois centros de influência, encontra-se o príncipe, armado de grande força, representando o Poder Moderador. O conjunto desses três poderes cooperantes é que constitui o sistema parlamentar de governo. O papel do príncipe nesse sistema constitucional é de uma força reguladora, ou antes, de um agente de conciliação e reajustamento das duas peças do sistema: o Parlamento e o gabinete, o Poder Executivo e o Legislativo. Reajustar o Parlamento ao povo (dissolvendo e convocando novas eleições) e reajustar o gabinete a esse Parlamento reajustado ao povo, eis a missão do Poder Moderador.”

7. ERA DA CONCILIAÇÃO

O sistema parlamentarista oficializado em 1847 manteve as atribuições do Poder Moderador e, por isso mesmo, a nomeação e a demissão do presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de novas eleições eram competências exclusivas do imperador. Assim, D. Pedro II foi transformado no “fiel da balança” do parlamentarismo brasileiro, promovendo a al-



Assim era o trapiche de Recife na primeira metade do século XIX, quando a província de Pernambuco foi assolada pela Revolução Praieira.

ternância no poder de liberais e conservadores. Com isso, ficou evidenciada a profunda semelhança entre os políticos desses dois partidos.

Em 1853, D. Pedro II nomeou o Marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) para compor um novo ministério. Honório Hermeto Carneiro Leão resolveu reunir no mesmo governo ministros liberais e conservadores. É o Ministério da Conciliação. Na realidade, a diplomacia foi a prática mais acentuada da Conciliação, que se estendeu de 1853 até a formação da chamada Liga Progressista, uma dissidência do Partido Liberal.

A Era da Conciliação foi marcada por profundas transformações socioeconômicas provocadas pela expansão cafeeira e pela substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre dos imigrantes europeus.

Problemas de natureza financeira, com repercussões nos preços dos produtos alimentícios, bem como os desdobramentos gerados pela extinção do tráfico negreiro, contribuíram para as dissidências entre liberais e conservadores e, mais tarde, para a criação do Partido Republicano, pondo fim à Conciliação.



Coroa de Pedro II, Museu Imperial,

8. CRONOLOGIA

- 1837** – Criação do Partido Liberal e do Partido Conservador.
- 1840** – Golpe da Maioridade, liderado pelos liberais.
 - Eleições do cacete.
- 1841** – D. Pedro II é coroado imperador do Brasil.
 - Queda dos liberais e ascensão dos conservadores.
 - Reforma do Código de Processo Criminal.
- 1842** – Revolta Liberal em São Paulo e Minas Gerais.
- 1844** – É publicado o romance *A Moreninha*.
 - É promulgada a Tarifa Alves Branco.
 - Volta dos liberais.
- 1845** – Fim da Guerra dos Farrapos.
- 1847** – Início da colonização de parceria.
 - Criação do parlamentarismo.
- 1848** – Revolução Praieira.
 - Gabinete conservador.
- 1850** – Reforma da Guarda Nacional.
 - Lei Eusébio de Queirós.
- 1853** – Ministério da Conciliação.
- 1862** – Fundação da Liga Progressista.



Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, foi uma das mais destacadas figuras dos primeiros anos do governo de D. Pedro II, sendo um dos responsáveis pela instauração do sistema de governo parlamentarista praticado no Império.

MÓDULO 31

Expansão Cafeeira e Imigração Europeia

1. INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil não trouxe mudanças fundamentais à organização colonial de produção. A grande lavoura para exportação, as técnicas rudimentares, a impermeabilidade da sociedade brasileira, o escravismo e o patriarcalismo persis-

tiram. A emancipação política significou na realidade uma mudança formal, estabelecendo o livre comércio e uma política econômica liberal.

A primeira metade do século XIX é considerada um período de crise. As revoluções que caracterizaram essa fase de instabilidade política e institucional espelham as mazelas da

crise na lavoura tradicional. A crise espalhava-se por todos os setores exportadores e, como consequência, as finanças se abalavam: a dívida externa e o custo de vida aumentaram incessantemente.

Foi justamente em meio aos perigos que ameaçavam o País, estagnado economicamente, em que a pró-

pria estrutura de produção colonial se via ameaçada de desarticulação, que nasceu uma nova economia: a **economia cafeeira**. Sua organização mantinha as características coloniais de produção e consolidava o Império, garantindo sua unidade.

2. ECONOMIA CAFEIEIRA

❑ O desenvolvimento da lavoura cafeeira

O consumo de café pelos europeus começou a crescer durante o século XVIII, sendo a Arábia sua grande fornecedora. Entretanto, com a vulgarização do produto e a ampliação do consumo, a América também passou a exportar café. Assim, a implantação efetiva da lavoura cafeeira no Brasil deu-se no século XIX, atendendo às solicitações do mercado europeu.

Partindo dos arredores da Corte (Rio de Janeiro), o café, já na primeira década do século XIX, começou a ganhar o interior fluminense para, a partir de 1830, expandir-se pelo Vale do Paraíba. Se até então os cafezais possuíam uma importância reduzida, foi com a cafeicultura do Vale do Paraíba que surgiu a grande lavoura cafeeira para exportação. Simultaneamente, o **ouro verde** dos cafezais ganhava também a Zona da Mata mineira.

❑ Condições para a expansão cafeeira

Além das condições naturais (clima/solo), a prosperidade e rentabilidade atingidas pela lavoura cafeeira estiveram intimamente ligadas à abundância de recursos subutilizados, fundamentais para a organização da economia do café. Os capitais necessários provinham das antigas lavouras tradicionais das próprias regiões, enquanto a mão de obra escrava procedia dessas mesmas lavouras tradicionais e das antigas áreas de mineração. Mas a ampliação dos cafezais exigia um número maior de braços; as pressões inglesas sobre o tráfico negreiro aumentavam; a reserva interna tornava-se insuficiente; assim, colocou-se o problema da mão de obra para o desenvolvimento da economia cafeeira. A solução encontrada foi a introdução do braço livre europeu.

❑ A expansão no Oeste Paulista

A tendência da lavoura cafeeira era expandir-se em direção ao chamado Oeste Paulista, o que ocorreu por volta de 1850. Essa expansão decorreu da fixação dos cafezais na região de Campinas; efetivamente, foi no planalto interior de São Paulo que a lavoura cafeeira se adaptou com mais facilidade. Na segunda metade

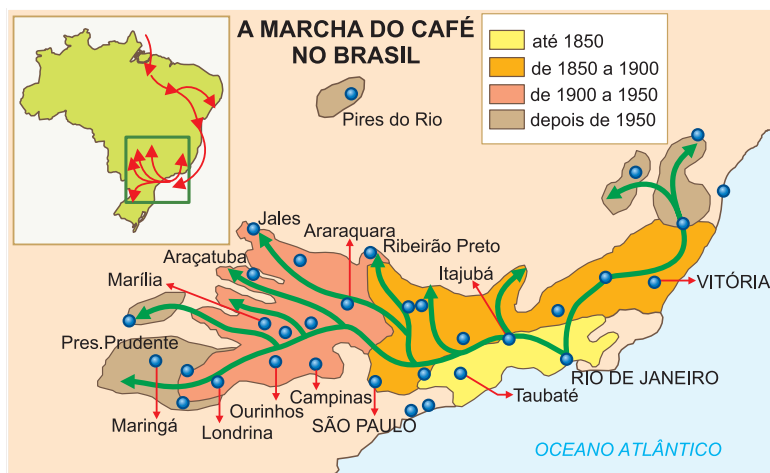
do século XIX, a onda verde do café se espalharia por praticamente todo o território paulista.

3. IMIGRAÇÃO EUROPEIA

❑ O sistema de parceria

Os progressos da lavoura cafeeira e os obstáculos à utilização da mão de obra escrava levaram alguns fazendeiros a incrementar a vinda de colonos europeus, na condição de trabalhadores livres. A primeira experiência foi feita pelo senador Nicolau de Campo Vergueiro, que trouxe para sua Fazenda Ibicaba, em Limeira, 80 famílias suíças e alemãs para trabalhar em regime de parceria. Nesse sistema, os imigrantes entravam com o trabalho e o fazendeiro, com os recursos. Entretanto, o predomínio do trabalho escravo e a própria mentalidade dos fazendeiros transformaram os imigrantes de parceria em escravos brancos. O tratamento de-

O TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS



sumano dado ao negro estendeu-se ao trabalho livre. Os ganhos obtidos pelos imigrantes eram insuficientes para pagar suas dívidas; os problemas de adaptação ao meio tropical e, principalmente, a violência levaram os colonos a rebelarem-se contra o sistema. Em 1857, na Fazenda Ibicaba do senador Vergueiro, os imigrantes revoltaram-se. As notícias dessa revolta e dos maus-tratos em imigrantes das lavouras de parcerias fizeram que o governo da Prússia proibisse a emigração para o Brasil. Com isso, os problemas da mão de obra para a cafeicultura agravaram-se, principalmente nas regiões pioneiras do café.

❑ O trabalho assalariado

O fracasso do sistema de parceria e a necessidade de braços para a lavoura cafeeira do Oeste Paulista fizeram que o governo da província de São Paulo adotasse uma política de estímulo à imigração. “Uma lei provincial de março de 1871 autorizou o governo paulista a tomar dinheiro junto ao público, por meio de apólices, para emprestá-lo aos fazendeiros, com o fim de introduzir trabalhadores agrícolas nas fazendas. Para

atrair imigrantes, previu-se um auxílio para despesas de viagem. Começava assim a imigração subvencionada para São Paulo” (Boris Fausto). A grande imigração, principalmente italiana, também foi possível graças à liberação de mão de obra provocada pela Segunda Revolução Industrial. No sistema de trabalho assalariado, a remuneração dependia do tipo de trabalho contratado. Além de encontrar trabalho, os imigrantes vinham com perspectiva de se tornar proprietários de terras no Brasil.

❑ A Lei de Terras

O sonho do imigrante europeu de tornar-se proprietário de terras foi eliminado antes mesmo de sua chegada ao Brasil. Em 1850, o Parlamento Imperial aprovou a Lei de Terras, que só permitia o acesso às terras devolutas pela compra. Dessa maneira, os colonos europeus foram obrigados a sujeitar-se ao sistema de trabalho, com baixos salários e sem perspectiva de ascensão social. Por isso, muitos italianos, inconformados com as condições de vida nas fazendas de café do Oeste Paulista, retornaram à Europa. O próprio governo italiano, no ano de 1885, por meio de circular, descreveu a província de

São Paulo como inóspita e insalubre, desaconselhando a vinda dos italianos para o Brasil.

4. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

As mudanças econômicas provocadas pela expansão cafeeira produziram alterações na estrutura da sociedade imperial. Surgiram novos segmentos sociais no campo e na cidade. A principal inovação foi o nascimento do mercado de trabalho assalariado. Mesmo na composição da classe dos grandes proprietários rurais, houve alterações: uma nova aristocracia, a do Oeste Paulista, dotada de certa mentalidade empresarial, contrapunha-se à aristocracia tradicional de mentalidade escravista, localizada tanto na área do café — Vale do Paraíba — como no Nordeste açucareiro.

No novo quadro socioeconômico, divergiam e conflitavam novas aspirações. O Império já mostrava sinais de superação, pois suas estruturas políticas não se adequavam às mudanças ocorridas, tornando inevitável — a médio prazo — a queda da Monarquia.

MÓDULO 32

Crise do Escravismo, Surto Industrial e Urbanização

1. CRISE DO ESCRAVISMO

O escravismo colonial, base de sustentação da economia do Império, voltada para a produção de gêneros agrícolas tropicais, principalmente o café, entrou em crise a partir das pressões inglesas sobre o tráfico negreiro. A escravidão, incompatível com o capitalismo liberal e com os interesses britânicos no Caribe e na África, começou a ser condenada quando a Inglaterra aboliu o tráfico negreiro e o trabalho escravo em

suas colônias. No Brasil, as pressões britânicas foram iniciadas em 1810, com o Tratado de Aliança e Amizade, e só terminaram quando o Parlamento Imperial aprovou a Lei Eusébio de Queirós, de 1850.

2. ORIGENS DA INDÚSTRIA E ERA MAUÁ

Na divisão internacional do trabalho do século XIX, coube ao Brasil o papel de fornecedor de produtos tropicais e consumidor de produtos in-

dustrializados. Entretanto, a própria dinâmica da economia cafeeira, promovendo o processo de acumulação de capitais e de substituição do trabalho escravo pelo do imigrante assalariado, abriu perspectiva para a incipiente indústria do Império. Nessa luta pela industrialização, a figura de maior destaque foi a de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. Seus empreendimentos na esfera da construção naval, produção de máquinas e ferramentas agrícolas, transportes e melhoramentos urbanos

demonstraram a possibilidade de desenvolvimento do setor secundário. O sucesso inicial de Mauá está associado aos investimentos ingleses, à liberação de capitais provenientes da extinção do tráfico negreiro e aos efeitos da Tarifa Alves Branco, de caráter protecionista. A revogação dessa tarifa, permitindo a entrada maciça de produtos estrangeiros, a concorrência britânica e o endividamento de algumas empresas contribuíram para a falência do Visconde de Mauá, em 1875.



Barão de Mauá, O Empresário Brasileiro.

3. URBANIZAÇÃO

O desenvolvimento urbano na segunda metade do século XIX está diretamente relacionado à modernização socioeconômica do País, provocada pela expansão cafeeira, pela imigração europeia e pelos empreendimentos do Visconde de Mauá. A ferrovia foi importante fator de urbanização nesse período, e as cidades foram conhecendo novos meios de transporte, como os bondes puxados por burros. “Contrastando com o crescimento desordenado das cidades no período colonial, as reformas urbanas do Segundo Reinado visavam à criação de um espaço organizado e racional. Surgiram, então, grandiosos edifícios públicos nos moldes da arquitetura neoclássica, introduzida no Brasil pela Missão Artística Francesa.” Teatros, restaurantes e cafés começaram a surgir em todas as cidades, aproximando as pessoas, até então



isoladas. Entretanto, esse novo espaço urbano, com seus melhoramentos públicos, beneficiou apenas as famílias ricas. Os pobres foram afastados para a periferia.

4. UMA NOVA VIDA NAS CIDADES

A modernização e o crescimento urbano significavam, também, maior circulação das ideias. É importante observar que, em 1835, apenas 5% da população paulista era alfabetizada; em 1872, esse índice subia para 35%, alcançando os 45% em 1887.

Impulsionados pela publicidade, que crescia em decorrência da expansão comercial, multiplicavam-se os jornais em circulação. Intensifica-se a vida política, principalmente nos centros mais importantes. As discussões saíam dos recintos fechados para ganhar as praças públicas, em grandes comícios patrocinados por abolicionistas e republicanos.

Até 1864, São Paulo tinha só um pequeno teatro no Pátio do Colégio; nesse ano inaugurou-se o moderno teatro São José, no Largo do Gonçalo, concebido para grandes espetáculos. Ao mesmo tempo, com a implantação das ferrovias, as companhias teatrais, que chegavam ao Rio de Janeiro, passaram a estender

suas excursões à capital paulista e, não raro, à cidade de Campinas.

Todo esse progresso, no entanto, foi acompanhado por um intenso processo de diferenciação do espaço urbano. As ricas residências e o comércio ocupavam as áreas mais bem servidas pelos melhoramentos públicos, enquanto as camadas mais pobres eram afastadas para a periferia. Em alguns locais começavam a surgir os primeiros bairros operários.

5. CRONOLOGIA

- 1844** – Tarifa Alves Branco.
- 1850** – Expansão cafeeira no Oeste Paulista e extinção do tráfico negreiro.
- 1852** – Mauá organiza a Companhia a Vapor do Rio Amazonas.
- 1854** – Inauguração das estradas de ferro no Brasil.
- 1856** – Construção da Estrada de Rodagem União e Indústria.
- 1858** – Inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II (mais tarde Central do Brasil).
- 1867** – Inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.
- 1875** – Falência do Visconde de Mauá.

1. HEGEMONIA BRITÂNICA

Introdução

A supremacia britânica no Brasil concretiza-se a partir da vinda da Família Real. Como se sabe, a Carta Régia de 1808 abriu os portos da colônia ao comércio com as “nações amigas de Portugal”, o que equivale dizer ao comércio britânico. Dois anos depois, a Inglaterra negociou um tratado de comércio e navegação que concedia tarifas alfandegárias preferenciais para seus produtos. O domínio econômico teve reflexos políticos no processo de reconhecimento da Independência do Brasil e na própria organização do Estado Nacional e na economia brasileira durante o Império.



Questão Christie, de Vitor Meireles. A apreensão dos navios brasileiros pela Marinha inglesa, que resultou no rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra, em 1863, provocou manifestações públicas no Rio de Janeiro.

Investimentos ingleses

Durante o Segundo Reinado, a preeminência britânica consolidou-se. Além do aumento das importações de manufaturados e do monopólio do comércio externo, capitais ingleses foram investidos no trans-



A firme recusa de Dom Pedro II em ceder às pressões inglesas por ocasião do apresamento de barcos mercantes brasileiros conduziu ao rompimento das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e gerou um clima de união nacional, com o apoio dos “liberais” ao gabinete Araújo Lima e a aclamação do imperador.

porte ferroviário e no processo de produção e comercialização internas do Brasil. Os demais investimentos eram destinados principalmente ao setor terciário (serviços urbanos), como o abastecimento de água e a rede de esgotos do Rio de Janeiro ou o serviço de iluminação a gás de cidades como São Paulo, Santos, Salvador, Fortaleza, Belém e a capital do Império. Paralelamente, o Estado endividava-se por causa de empréstimos intermediados pela Casa Bancária Rothschild.

2. A QUESTÃO CHRISTIE

Este episódio insere-se no quadro das relações entre Brasil e Inglaterra e deve ser entendido como uma reação do Império Brasileiro ao imperialismo britânico. O rompimento das relações diplomáticas entre os dois

países encontra seus motivos reais em pontos de atrito anteriores aos incidentes que serviram de pretexto.

O não cumprimento da lei de 1831, que declarava livres os escravos africanos que aqui desembarcassem; a recusa do governo imperial em prorrogar o tratado comercial de 1827; a Tarifa Alves Branco de 1844, que majorou as taxas sobre a importação de produtos estrangeiros; o **Bill Aberdeen**, de 1845, e as arbitrariedades inglesas na repressão ao tráfico negreiro fizeram que se tornassem tensas as relações entre os dois países.

As tensas relações entre Brasil e Inglaterra complicaram-se ainda mais com a chegada ao Brasil do enviado britânico Sir William Christie.

Dois episódios sem importância, manipulados por Christie de forma arbitrária e grosseira, originaram o

rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. Em primeiro lugar, o desaparecimento da carga do navio inglês “*Prince of Wales*”, naufragado em 1861 nas costas do Rio Grande do Sul: as autoridades brasileiras tomaram providências para apurar a responsabilidade do furto, não encontrando porém os autores do delito. Christie reclamou 3.200 libras de indenização, além de exigir a presença de um capitão inglês nas investigações procedidas pelo governo brasileiro.

Em segundo lugar, o aprisionamento de dois oficiais de fragata “forte”, no Rio de Janeiro, onde, à paisana e embriagados, promoviam desordens (1862). Identificados, foram imediatamente postos em liberdade. Christie entendeu ter sido gravemente ofendida a marinha de Sua Majestade Britânica, exigindo punição para os policiais brasileiros.

Sendo incompatível com a soberania nacional a aceitação, sob coação (Christie ameaçou recorrer a “medidas extremas”), das exigências formuladas, D. Pedro II recusou-se a atendê-las. Em dezembro de 1862, cumprindo ordens de Christie, o almirante Warren apreendeu cinco navios e levou-os para a ilha das Palmas. A indignação brasileira expunha os comerciantes ingleses radicados no Brasil a sofrer graves represálias. Christie então propôs que a questão fosse solucionada por arbitramento.

A questão foi submetida ao arbitramento de Leopoldo I, rei da Bélgica. A decisão foi favorável ao Brasil, tendo antes o imperador brasileiro efetuado o pagamento das 3.200 libras exigidas como indenização pela Inglaterra, a fim de obter a libertação dos navios brasileiros capturados.

O não cumprimento das determinações do laudo arbitral pelo governo britânico fez que o Brasil rompesse suas relações diplomáticas com esse país, em 1863. O reatamento somente ocorreria em setembro de 1865, quando a Inglaterra apresentou oficialmente a D. Pedro II escusas pelas violências de seu ministro.



Solano López, admirador de Napoleão III, pretendia com sua política expansionista estender o território paraguaio, ocupando o Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Uruguai e parte da Argentina.

3. SIGNIFICADO DO CONFLITO

A Guerra do Paraguai, sem dúvida o maior conflito em que se envolveu o Império Brasileiro, constitui um marco importante em nossa evolução histórica, tendo em conta as alterações por ela provocadas.

O ditador Francisco Solano López, grande admirador do imperador francês Napoleão III, vinha militarizando seu país com vistas à formação do **Paraguai Maior**, que abrangeria províncias argentinas, o Uruguai, o Rio Grande do Sul e parte do Mato Grosso. O potencial militar paraguaio representava uma séria ameaça à hegemonia brasileira na região platina. Por outro lado, a Grã-Bretanha impelia o Império Brasileiro contra o Paraguai, pois o modelo

econômico deste país (autárquico e economicamente independente) constituía um exemplo que aos britânicos interessava destruir.



Duque de Caxias, que deteve o comando das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Museu Imperial, RJ.

4. INTERESSES BRASILEIROS NO PRATA — AS CAMPANHAS DO PRATA (ORIBE, ROSAS, AGUIRRE)

Além de seu interesse em manter o equilíbrio sul-americano, o Império Brasileiro zelava pela liberdade de navegação na Bacia do Prata, a fim de garantir o acesso fluvial a Mato Grosso. Deve-se considerar ainda que a identidade econômica e social do Rio Grande do Sul com a América Platina criava condições para sucessivas lutas fronteiriças, ameaçando a segurança na região sulina.

O Uruguai (antiga Província Cisplatina, independente desde 1828) não encontrara sua estabilidade. Sua vida política era marcada pelas lutas caudilhescas, nas quais se defrontavam dois partidos: **Blanco** e **Colorado**. As guerras do Prata, que acarretariam o envolvimento do Império Brasileiro, sempre tiveram como ponto de partida a instabilidade política reinante na República do Uruguai.

A primeira intervenção do Brasil no Prata (1851–52) deu-se contra Oribe, caudilho *blanco* do Uruguai, e Rosas, ditador da Argentina. O primeiro rebelara-se contra a preponderância dos *colorados* no governo uruguaio, no que era auxiliado por Juan Manuel de Rosas, que planejava restaurar a unidade territorial do antigo Vice-Reino do Prata. As violações da fronteira gaúcha pelos partidários de Oribe serviram de pretexto para a intervenção de tropas brasileiras no Uruguai; estas, aliadas ao caudilho argentino Urquiza, governador de Entre-Rios, invadiram em seguida a Argentina pelo Passo de Taneleros, derrotando Rosas na Batalha de Monte Caseros.

A segunda intervenção no Uruguai está estreitamente ligada à Guerra do Paraguai (1864–70). Venâncio Flores, do Partido *Colorado*, tentava derrubar o governo *blanco* de Atanásio Aguirre. Para tanto, contava com o apoio da Argentina e do Brasil, enquanto Aguirre era apoiado por Solano López, ditador do Paraguai.

Os saques a fazendas gaúchas levaram o governo brasileiro a exigir, por intermédio da Missão Saraiva, que o governo uruguaio indenizasse os prejuízos causados. Diante da recusa uruguaia, Saraiva retirou-se para Buenos Aires, de onde enviou a Aguirre um ultimato, que foi devolvido. Seguiu-se a invasão do território uruguaio pela tropa do general Mena Barreto e pela esquadra do vice-almirante Tamandaré, que tomou os portos de Salto e Paissandu. O governo *blanco* acabou capitulando, e Venâncio Flores assumiu o poder.

5. A OFENSIVA DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ

Diante da intervenção do Brasil no Uruguai, realizada apesar de uma nota de advertência paraguaia, López ordenou o apresamento do navio brasileiro “Marquês de Olinda”, em novembro de 1864. Em seguida, determinou a invasão do território matogrossense.

Contando com um grande e bem treinado exército, o Paraguai invadiu também a Argentina. Foi firmado então, entre Brasil, Argentina e Uruguai, o **Tratado da Tríplice Aliança**.

6. A CONTRAOFENSIVA DA TRÍPLICE ALIANÇA

A vitória do almirante Barroso na Batalha do Riachuelo isolou as tropas paraguaias que haviam atacado o Rio Grande do Sul, tendo sido forçadas à rendição em Uruguaiana.

Em seguida, as tropas aliadas invadiram o Paraguai, travando-se em Tuiuti a maior batalha da América do Sul.

Depois que a esquadra imperial transpôs a passagem defendida pela Fortaleza de Humaitá, as tropas brasileiras rumaram para Assunção, derrotando o inimigo em Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, numa série de vitórias comandadas por Caxias e conhecidas como **Dezembrada**.

Ocupada a capital inimiga, prosseguiu a luta na Campanha da Cordilheira, sob o comando do Conde d’Eu, até a vitória final em Cerro Corá, onde pereceu Solano López.

A Guerra do Paraguai valeu ao Brasil um maior endividamento externo; em contrapartida, o país passou a contar com um exército regular, cuja influência política iria crescer com o tempo. Além disso, iriam desenvolver-se no Brasil as ideias abolicionistas e republicanas.

Quanto ao Paraguai, a guerra destruiu-o economicamente. O Brasil impôs-lhe o pagamento de uma dívida de guerra, que acabou sendo perdoadada no governo de Getúlio Vargas.



CESSÃO DE TERRITÓRIOS PARAGUAIOS PARA O BRASIL E A ARGENTINA



7. CRONOLOGIA

1808 – Abertura dos Portos.

1810 – Tratados de Comércio, Aliança e Amizade e dos Paquetes.

1827 – Renovação dos tratados de 1810.

1831 – Lei extinguindo o tráfico negreiro.

1844 – Tarifa Alves Branco.

1845 – *Bill Aberdeen*.

1850 – Lei Eusébio de Queirós, eliminando o tráfico negreiro.

1859 – Chegada do embaixador inglês William D. Christie.

1860 – Saque ao navio inglês “Príncipe de Gales”, naufragado na costa do Rio Grande do Sul.

1861 – Início da Questão Christie.

1862 – Prisão de oficiais ingleses no Rio de Janeiro.

– Apreensão de cinco navios brasileiros pelo almirante inglês Warren.

1863 – Arbitramento da Questão Christie pelo rei Leopoldo I da Bélgica e rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Grã-Bretanha.

1864 – Intervenção contra Aguirre no Uruguai.

– Início da Guerra do Paraguai.

1865 – Formação da Tríplice Aliança.

– Reatamento das relações diplomáticas entre os dois países.

1866 – Batalha de Tuiuti.

1868 – Tomada da Fortaleza de Humaitá.

1869 – A Dezembrada.

1870 – Fim da Guerra do Paraguai.

MÓDULO 34

A Crise do Império

1. INTRODUÇÃO

As transformações que se operaram na sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX foram responsáveis pela queda da Monarquia e implantação da República. Naturalmente, a mola-mestra dessas mudanças foi a expansão da cafeicultura, que trouxe consigo elementos modernizadores, tais como o crescimento do mercado interno, a imigração, a urbanização e o surgimento de uma nova aristocracia rural com espírito empresarial-capitalista, no Oeste Paulista.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ DO BRASIL	
Anos	Sacas de 60 quilos (milhares)
1821 - 1830	3.187
1831 - 1840	10.430
1841 - 1850	18.367
1851 - 1860	27.339
1861 - 1870	29.103
1871 - 1880	32.509
1881 - 1890	51.631

(in PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 164.)

2. FATORES ECONÔMICOS

A partir da década de 1840, as solicitações do mercado internacional de café contribuíram para a sistemática expansão desse produto, que encontrou no Brasil um excelente *habitat*. Com isso, a lavoura cafeeira expandiu-se, primeiramente na Baixada Fluminense, depois no Vale do Paraíba e finalmente no Oeste Paulista. Por causa da lavoura cafeeira, passamos de um *deficit* crônico para um saldo positivo na balança comercial. Além disso, houve um substancial aumento da arrecadação, ampliação da rede interna de serviços (principalmente no setor de transportes, com a introdução das ferrovias), expansão da rede comercial e surgimento da bancária, com suas múltiplas ramificações. Nesse contexto, fundaram-se numerosos empreendimentos urbanos: somente na década de 1850, surgiram 62 estabelecimentos industriais, 14 bancos, 20 empresas de navegação a vapor e 23 companhias de seguro; enfim, uma verdadeira febre empresarial. Esse processo de “modernização” econômica, aliado às mudanças sociais em curso, exigia uma adequação no plano político; assim, aos poucos as instituições imperiais mostravam-se anacrônicas em relação ao novo quadro socioeconômico.

3. FATORES SOCIAIS

Nas duas primeiras regiões cafeeiras (Baixada Fluminense e Vale do Paraíba), o trabalho nas fazendas era realizado por escravos. Contudo, diante das pressões inglesas relativas ao tráfico negreiro e da própria extinção do tráfico pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850, os fazendeiros mais esclarecidos, como o senador Vergueiro, procuraram utilizar o imigrante europeu para substituir o escravo. Aliás, foi o senador Vergueiro que, em 1847, inaugurou o sistema de parceria, contratando imigrantes para sua fazenda de café em Limeira (SP).

Mais tarde, a escassez do braço negro, vinculada à campanha abolicionista, condicionou a total suplantação do escravo pelo imigrante. Ao mesmo tempo em que o trabalho escravo era substituído pelo trabalho assalariado, a sociedade modificava-se e novos grupos sociais emergiam, exigindo modificações no plano político. A nova aristocracia cafeeira constituía uma classe progressista e interessada em exercer o poder, sem as peias criadas pelo regime instituído em 1822 e consolidado após 1840. Por outro lado, as camadas médias urbanas, ligadas ao setor terciário e ao funcionalismo público, também aspiravam a mudanças políticas.



"Alegoria à Lei do Ventre Livre"
Aprovada em 1871, considerava livres os filhos de mães escravas nascidos a partir de sua promulgação, Museu Histórico Nacional – RJ.

4. FATORES POLÍTICOS

Já na década de 1850, o imobilismo político do país era notado pelo próprio imperador, que chegou a perguntar ao Marquês do Paraná pelos "partidos políticos brasileiros". É claro que tal situação era reflexo direto da excessiva centralização do poder nas mãos do monarca. Era necessário adequar a nova realidade econômica e social à esfera política. Essa necessidade se tornou mais patente após o desmascaramento do "parlamentarismo às avessas" (queda do Gabinete Zacarias) e com o término da Guerra do Paraguai (1870).

Nesse último ano, foi publicado no Rio de Janeiro um **Manifesto Republicano**; três anos depois, na **Convenção de Itu**, fundou-se oficialmente o **Partido Republicano Paulista (PRP)**. A ideia central dos republicanos era o federalismo. Os signatários do manifesto e os republicanos em geral eram elementos ligados aos cafeicultores progressistas e aos setores intelectuais urbanos (jornalistas, juristas, escritores).

5. FATORES RELIGIOSOS

A Constituição de 1824 estabeleceu o **regalismo**, de acordo com o qual a Igreja estava subordinada ao Estado, ou seja, o poder espiritual ficava sujeito ao poder político. As contradições provocadas por essa aliança político-religiosa vieram à luz na década de 1860. Nessa época, o papa Pio IX publicou a **Bula Syllabus**, proibindo que membros da Igreja Católica pertencessem à Maçonaria. D. Pedro II não deu seu *placet* (consentimento para o cumprimento da bula), mas os bispos D. Vital (de Olinda) e D. Macedo (de Belém) suspenderam irmandades que não cumpriram os ditames da bula. Os maçons reclamaram para o imperador e por isso os bispos foram presos, processados e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Os condenados receberam indulto em 1875, quando o Duque de Caxias ocupava a presidência do Conselho de Ministros. De qualquer modo, a chamada **Questão Religiosa** foi mais um fator a contribuir para o "ocaso do Império", pois tornou clara a necessidade de separar a Igreja do Estado.



Espadim, faixa e malhete, objetos usados nos ritos maçônicos.

6. FATORES MILITARES

Desde o Período Regencial, o exército brasileiro ocupava uma posição secundária em relação à Guar-

da Nacional. Porém, a Guerra do Paraguai exigiu um exército moderno, profissional, capaz de fazer frente ao exército paraguaio. Após o conflito, os oficiais passaram a defender um ideal de "salvação nacional", caracterizado por um verdadeiro "espírito de corporação".

Além disso, as ideias positivistas e republicanas infiltravam-se nas fileiras do exército. A chamada **Questão Militar**, iniciada em 1883, insere-se nesse clima de incompatibilidade entre o exército e o Estado.

7. CRONOLOGIA

- 1870** – Fim da Guerra do Paraguai.
 - "Manifesto Republicano" no Rio de Janeiro.
- 1871** – Lei do Ventre Livre.
 - Início da Questão Religiosa.
- 1873** – Convenção do Partido Republicano Paulista, em Itu.
- 1874** – Os bispos de Olinda e Belém são julgados e condenados a quatro anos de prisão.
- 1875** – Anistia aos bispos de Olinda e Belém e fim da Questão Religiosa.
- 1877** – Secas no Nordeste matam 110 mil pessoas.
- 1880** – Joaquim Nabuco e André Rebouças inauguram a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.
- 1882** – A borracha da Amazônia assume lugar de destaque nas exportações brasileiras.
- 1883** – Início da Questão Militar.
- 1884** – É proclamada a libertação dos escravos no Ceará.
- 1885** – Lei Saraiva-Cotegipe (Lei dos Sexagenários).
- 1886** – Marechal Deodoro envolve-se na Questão Militar.
- 1888** – Lei Áurea.
- 1889** – Proclamação da República.

1. A CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA DA ÉPOCA

Durante a segunda metade do século XIX, o Império Brasileiro conheceu mudanças na economia e na sociedade. Desenvolvia-se a lavoura do café, principalmente no Oeste Paulista. A exportação de borracha crescia. Esboçava-se um mercado interno, graças à maior utilização do trabalho assalariado, condicionando um “surto” industrial, a partir de 1874. Multiplicavam-se os organismos de crédito, enquanto os transportes se desenvolviam, principalmente por meio das ferrovias.

A população atingia 14 milhões de habitantes após 1880, ocorrendo na região centro-meridional, entre outras, um fenômeno de urbanização.

O centralismo político-administrativo do regime imperial era incompatível com a nova realidade socioeconômica. A solução seria a implantação de um sistema federativo, capaz de superar as discrepâncias regionais, impondo maior autonomia local.

Entre os fatores que levaram à República, assume um papel de destaque o predomínio das novas regiões cafeeiras na economia do país, projetando um novo e forte setor social — os modernos empresários do café —, que reivindicavam o atendimento de seus interesses. O ideal de federação, que se adequava aos anseios dos vários grupos políticos do Brasil, só seria atingido com uma República Federativa. O receio do Terceiro Reinado, aliado à queda de Napoleão III na França, e o desprestígio da Monarquia em face das Questões Religiosa, Militar e Social completam o quadro dos fatores explicativos do remanejamento institucional ocorrido em 1889.

2. O MOVIMENTO REPUBLICANO

As raízes do ideal republicano existiam no Brasil desde a época colonial



Nesta sala, hoje Museu Republicano de Itu, teve lugar a Convenção Republicana de 1873.

(1710), mas foi a partir de 1870 – **Manifesto Republicano** – que esse ideal se apresentou como sistematização partidária e, em alguns casos, como planejamento revolucionário.

A formação do *Partido Republicano* no Brasil está intimamente relacionada com a queda do *Gabinete de Zacarias de Goes*, motivada por questão pessoal com Caxias, e a cisão dos liberais em radicais e moderados. A facção radical adotou, em sua maioria, ideais republicanos.

O Manifesto Republicano publicado no Rio de Janeiro a 3 de dezembro de 1870, no jornal A República, redigido por Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, e assinado por cinquenta e oito cidadãos, entre políticos, fazendeiros, advogados, jornalistas, médicos e engenheiros, professores e funcionários públicos, tornou-se sem dúvida o sinal de revitalização do republicanismo brasileiro na segunda metade do século XIX, no momento em que o país apresenta um conjunto significativo de mudanças sociais e econômicas, e a Monarquia mostra claros indícios de estagnação e decadência.

(TEIXEIRA, M.P. Francisco e DANTAS, José. In *Império e República*. Editora Moderna, 1974, p.95.)

De 1870 a 1889, espalharam-se rapidamente as ideias republicanas no país.

O Partido Republicano Paulista, nascido da **Convenção de Itu** em 1873, marcou-se pela heterogeneidade social do seu quadro, bem como pela participação efetiva da burguesia cafeeira do Oeste.

□ Divergências entre os republicanos

Não houve coesão de ideais nos quadros do **Partido Republicano**. Evidenciou-se logo a existência de **duas tendências**: uma **Revolucionária**, favorável à implantação da República pela revolução popular, e outra **Evolucionista**, que advogava a ascensão ao poder pelas eleições.

Em contraposição a **Quintino Bocaiuva**, defensor do **Evolucionismo Político** (não violência), destaca-se a figura de **Silva Jardim**, líder da facção que rejeitava a tese da não violência e propunha, em substituição a ela, a revolução popular.

A eleição de Quintino Bocaiuva (maio de 1889) para a chefia do **Partido Republicano Nacional** expurgou dos quadros republicanos as ideias revolucionárias; logo depois, a Monarquia foi derrubada por um golpe militar.

□ O exército e a República

Mesmo que não possamos atribuir à **Questão Militar** a queda da Monarquia, não podemos desprezar a participação do exército nos acontecimentos que geraram a Proclamação da República.

Com efeito, o final da Guerra do Paraguai (1870) provocou o recrudescer dos antagonismos entre o Exército e a Monarquia; entre o grupo militar e o **Civilismo** do governo; entre o “homem-de-farda” e o “homem-de-casaca”. O exército institucionalizava-se. Os militares sentiam-se mal recompensados e desprezados pelo Império.

Imbuídos de ideias positivistas e republicanas, difundidas na Escola Militar, principalmente em virtude da ação de **Benjamin Constant**, alguns jovens oficiais sentiam-se encarregados de uma “missão salvadora” e estavam ansiosos por corrigir os vícios da organização política e social do país. A “mística da salvação nacional” não era aliás privativa deste pequeno grupo de jovens. Muitos oficiais mais graduados compartilhavam das mesmas ideias. Generalizava-se entre os militares a ideia de que só os homens de farda eram “puros” e “patriotas”, ao passo que os civis, os “casacas” como diziam, eram corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico.

(Costa e Viotti)

3. O GOLPE POLÍTICO-MILITAR

Por outro lado, eram também republicanos jovens oficiais do Exército, influenciados pela doutrina de Augusto Comte (positivismo) e liderados por Benjamin Constant.

O Visconde de Ouro Preto, membro do Partido Liberal, foi nomeado presidente do Conselho em junho de 1889. O novo governo precisava remover os obstáculos representados pelo republicanismo e pelos militares descontentes. Para vencer o primeiro, apresentou um programa de amplas reformas: liberdade de culto, autonomia para as províncias, temporariedade dos mandatos dos senadores, ampliação do direito de voto e Conselho de Estado com funções meramente administrativas.

Acusado tanto de radical como de moderado, o programa foi rejeitado pela Câmara dos Deputados. Diante disso, ela foi dissolvida, provocando protestos gerais.

Contra o exército, Ouro Preto agiu tentando reorganizar a Guarda Nacional e removendo batalhões suspeitos.

A situação tornou-se tensa. Os republicanos instigavam os militares contra o governo.

O golpe de 15 de novembro resultou da conspiração, na qual se uniram republicanos e militares, colocando-

se como seu chefe ostensivo o marechal Deodoro da Fonseca, não republicano, mas de enorme prestígio no exército.

A Proclamação resultou da conjugação de duas forças: o exército, descontente, e o setor cafeeiro da economia, pretendendo este eliminar a centralização vigente por meio de uma República Federativa que imporia ao país um sistema favorável a seus interesses. Portanto, a Proclamação não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro: a economia continuou dependente, baseada no setor agroexportador. Afora o trabalho assalariado, o sistema de produção continuou o mesmo e os grupos dominantes continuaram a sair da camada social dos grandes proprietários. Houve apenas uma modernização institucional.



A Proclamação da República (detalhe), de Benedito Calixto. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi o resultado de uma conspiração militar tramada com as elites de cafeicultores.

4. CRONOLOGIA

1870 – Fim da Guerra do Paraguai.

– Fundação do Clube Republicano e publicação do *Manifesto Republicano*.

1871 – Lei do Ventre Livre.

1872 – Fundação do Partido Republicano Paulista (PRP).

– Início da Questão Religiosa.

1873 – Convenção do Partido Republicano Paulista, em Itu.

1874 – Os bispos de Olinda e Belém são julgados e condenados a quatro anos de prisão.

1875 – Anistia aos bispos de Olinda e Belém e fim da Questão Religiosa.

1877 – Secas no Nordeste matam 110 mil pessoas.

1880 – Joaquim Nabuco e André Rebouças inauguram a Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

1882 – A borracha da Amazônia assume lugar de destaque nas exportações brasileiras.

1883-1887 – Questão Militar.

1884 – É proclamada a libertação dos escravos no Ceará.

1885 – Lei Saraiva-Cotegipe (Lei dos Sexagenários).

1886 – Marechal Deodoro envolve-se na Questão Militar.

1888 – Lei Áurea.

1889 – Proclamação da República.

1. O INDUSTRIALISMO NOS EUA

O processo de industrialização nos EUA, embora tenha suas origens na própria colonização de povoamento, só se acelerou efetivamente após a Guerra de Secessão. Essa proeza deveu-se às condições excepcionais existentes nos Estados Unidos, que se conjugaram de maneira favorável. Em primeiro lugar, está o fato de os EUA serem dotados de recursos naturais dos mais abundantes do mundo e dos mais variados. Em segundo lugar, na última metade do século XIX, os Estados Unidos foram dotados de uma extensa rede de transportes fluviais e principalmente ferroviários, que cortaram o país de um lado a outro, ligando os velhos Estados do leste com o Pacífico. Em terceiro lugar, o crescimento populacional foi excepcional: de 31 milhões em 1860, passou para 92 milhões em 1910, sendo grande parte desse aumento devido à imigração.

Num primeiro momento, o capitalismo norte-americano foi do tipo liberal, concorrencial, no qual várias empresas de pequeno e médio porte concorriam entre si no mercado. No

final do século XIX, surgiram grandes conglomerados industriais, que passaram a dominar o mercado. Em 1890, corporações gigantescas controlavam as principais indústrias e continuaram a crescer. A *General Motors*, a *Chrysler* e a *Ford*, juntas, produziam nove entre dez carros fabricados nos EUA. A *Goodyear*, *Firestone*, *U.S. Rubber* e *Goodrich* recolhiam cerca de 93% do total líquido de vendas da indústria da borracha. Esse processo de concentração industrial, denominado truste, não se limitou ao setor de aço e petróleo, e generalizou-se.

O monopólio do mercado pelo truste provocou reações por parte da sociedade, levando o Estado a aprovar em 1890 uma lei antitruste que, efetivamente, foi burlada pelas grandes empresas norte-americanas.

2. O EXPANSIONISMO DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

Transformados numa potência industrial, os Estados Unidos expandiram-se nos séculos XIX e XX, assumindo postura imperialista no mundo.

Na América Latina, os interesses

norte-americanos ficaram evidenciados à época da independência das colônias ibero-americanas, quando da formulação da Doutrina Monroe: “A América para os americanos”. A própria expansão territorial do país, resultando na anexação de regiões pertencentes ao México, traduz em ação o que os norte-americanos chamaram de “destino manifesto”.

Na América Central, o expansionismo dos EUA se fez sentir pela ligação, por via marítima, da costa leste dos EUA com a costa do Pacífico, por meio de um canal a ser construído no Panamá ou na Nicarágua. Em Cuba, possessão espanhola até fins do século XIX, os capitais norte-americanos e o interesse do governo de Washington promoveram a guerra de independência do país a ponto de ter sido incluída a Emenda Platt, dando aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba para garantir seu patrimônio. Por outro lado, a ilha de Porto Rico tornou-se uma colônia dos EUA e a construção do Canal do Panamá concretizou a política do *Big Stick*, adotada pelo presidente Theodore Roosevelt, que afirmou com todas as letras: “Fale macio, carregue um grande porrete e irá longe”.

3. CRONOLOGIA

1861-1865 – Guerra Civil Norte-Americana (Guerra de Secessão).

1890 – Lei Sherman ou Antitruste.

1898 – Guerra Hispano-Americana: Intervenção em Cuba e Porto Rico.

1901 – Posse de Theodore Roosevelt.

1902 – Emenda Platt.

1903 – Intervenção norte-americana no Panamá.

1905 – Intervenção na República Dominicana.

1909 – Intervenção na Nicarágua.

1914 – Intervenção no México.

1915 – Intervenção no Haiti.

1916 – Compra das Ilhas Virgens Ocidentais à Dinamarca.

1. INTRODUÇÃO

No final do século XVII, com o desenvolvimento do capitalismo comercial e das práticas mercantilistas, a burguesia afirmava-se como a classe economicamente dominante em quase todos os países da Europa Ocidental. A ascensão econômica da burguesia deveu-se, em grande parte, à acumulação de riquezas provenientes dos empreendimentos marítimos e dos monopólios comerciais concedidos pelos monarcas, no processo de formação do Estado Absolutista.

O grande fluxo de metais preciosos e o crescimento da população europeia dilataram sobremaneira o mercado consumidor. O desequilíbrio entre as necessidades de consumo e a produção provocou a decadência do sistema artesanal independente e o surgimento da produção manufatureira doméstica.

A fundação de impérios coloniais na Época Moderna inundou a Europa com novas matérias-primas, utilizadas amplamente na produção de manufaturas. As práticas mercantilistas estimulavam a produção para exportação, com a finalidade de garantir uma balança comercial favorável. Ao mesmo tempo, os produtos que até então eram considerados artigos de luxo tornaram-se de consumo mais popular.

As transformações ocorridas na passagem do século XVII para o século XVIII, caracterizadas pela mudança da sociedade rural para a sociedade urbana, do trabalho artesanal e manufatureiro para o trabalho assalariado na organização fabril, envolvendo um rápido progresso tecnológico, culminaram com a Revolução Industrial.

2. CONCEITO E ETAPAS

O conceito de Revolução Industrial é bastante amplo. Designa um conjunto de transformações ocorridas na Inglaterra, praticamente. Nesse período, surgiram as primeiras máquinas movidas a vapor. A partir de 1830 até 1900, a revolução difundiu-se pela Europa e América: Bélgica, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos. Surgiram novas formas de energia, como a hidroelétrica, e novos combustíveis, como a gasolina. A técnica foi aprimorada e cresceu a produção.

De 1900 em diante, várias inovações surgiram, como a energia atômica, meios de comunicação mais rápidos, produção industrial em massa e o desenvolvimento da informática e da engenharia genética.

3. DO ARTESANATO À MAQUINOFATURA

A indústria pode ser considerada simplesmente como a transformação das matérias-primas para serem consumidas pelo homem. Antes de as transformações serem efetuadas pelas máquinas, o que chamamos maquinofatura, existiam o artesanato e a manufatura.

O artesanato é uma forma de produção industrial muito simples. Não há divisão de trabalho, isto é, todas as fases da produção são feitas pela mesma pessoa. Por exemplo, na indústria de tecidos, a mesma pessoa fazia os fios e tecia.

A manufatura representou um estágio mais avançado. Constituíam uma concentração de numerosos trabalhadores sob a direção de um chefe, num mesmo local, com o objetivo de completar a fase derradeira de pre-

paração de um produto, como, por exemplo, o tingimento do tecido. Aqui já existe uma especialização do trabalho. Cada trabalhador era encarregado de uma tarefa específica, o que aumentava a capacidade produtiva.

A passagem da indústria doméstica para a manufatureira é marcada pela transformação do artesão em trabalhador assalariado. Isso ocorre quando os artesãos deixam de comprar a matéria-prima e possuir suas máquinas próprias, passando a recebê-las de um grande comerciante. O produto era produzido a preço fixo, contratado entre o comerciante e o artesão, que, nesse caso, recebia apenas um pagamento pelo trabalho e transformação da matéria-prima recebida.

A diferença entre a manufatura e a maquinofatura, que caracteriza a Revolução Industrial, é exatamente o uso das máquinas em substituição às ferramentas utilizadas pelos homens, afastando de uma forma definitiva os trabalhadores dos meios de produção, ou seja, a definitiva separação entre o capital e o trabalho.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO SURGE NA INGLATERRA

Desde a segunda metade do século XVI, a Inglaterra da rainha Elizabeth já começava a despontar como uma forte candidata à hegemonia europeia. A pirataria e a derrota da Invencível Armada da Espanha pareciam confirmar esse favoritismo, porém foi com os Atos de Navegação decretados por Oliver Cromwell e a fragorosa derrota da marinha holandesa, na segunda metade do século XVII, que a Inglaterra assumiu definitivamente a liderança do comércio europeu.

No início do século XVIII, os ingleses expandiram o seu comércio em escala mundial, favorecidos por acordos comerciais, como o Tratado de Methuen ("Panos e Vinhos"), em 1703, que assegurou ao reino britânico grande parte do ouro brasileiro. O ouro do Brasil foi para a Inglaterra via Portugal.

Esse assustador desenvolvimento econômico permitiu que a burguesia inglesa rompesse precocemente as amarras do Absolutismo e as restrições impostas pela política mercantilista, ascendendo ao poder com a Revolução Gloriosa, que implantou definitivamente na ilha o liberalismo político e econômico.

A natureza foi extremamente generosa com os ingleses no processo de industrialização, pois lhes deu enormes jazidas de ferro e carvão, matérias-primas indispensáveis para a construção e funcionamento das máquinas nas grandes indústrias. A posição insular permitiu-lhes também se manterem à margem das convulsões que assolaram a Europa nos séculos XVII e XVIII e que acabaram prejudicando as economias europeias. Convém ressaltar ainda que o clima bastante úmido era um forte aliado da indústria têxtil, uma vez que dava maior flexibilidade às fibras dos tecidos, que podiam resistir aos primitivos teares mecânicos.

O interesse da burguesia capitalista e a abundância de capital permitiram a fundação do Banco da Inglaterra, em 1694, que facilitava os empréstimos para os industriais, pois a taxa de juros cobrada era relativamente baixa. Dessa forma, tornava-se possível o investimento na construção de máquinas que exigiam muito tempo para recompensar os gastos.

A substituição das antigas técnicas feudais provocou o desaparecimento da agricultura comunal e do sistema de campo aberto, o que permitiu maior aproveitamento do cultivo do solo e o aumento da produtividade.

Essa Revolução Agrícola possibilitou a melhoria nas condições de vida, permitindo um grande crescimento populacional. A burguesia, vitoriosa contra a realeza, empreendeu os cercamentos das terras (*enclosures*), provocando o desaparecimento dos *yeomen*, que abandonaram os campos, configurando um forte êxodo rural, e concentraram-se nas cidades à disposição das manufaturas urbanas, constituindo a mão de obra barata e abundante utilizada nos primórdios da Revolução Industrial.

No plano mental, o puritanismo e o calvinismo inglês fizeram progressos nos anos precedentes. Essas crenças estimulavam a acumulação, a poupança e o enriquecimento, apontados como sinais de salvação.

5. A INDÚSTRIA TÊXTIL DO ALGODÃO E AS INVENÇÕES

O desenvolvimento industrial da Inglaterra está ligado à indústria de lã. O poder político procurou protegê-la, regulando o comércio e a indústria. Por isso, a legislação que pesava sobre essa indústria era enorme. A produção do tecido de lã exigia várias etapas especializadas. Começava pela escolha, limpeza e tingimento. Em seguida, vinha o processo de pentear, fiar, tecer e dar os retoques finais no tecido pronto.

O comércio inglês no Oriente colocou os comerciantes em contato com o algodão e com o tecido de algodão. Essa indústria superou rapidamente a produção lanífera, devido à abundância de matéria-prima, tanto no Oriente quanto nos Estados Unidos, então colônia da Inglaterra, bem como pela inexistência de legislação que impedisse a expansão dessa indústria, como aconteceu com a fabricação de tecidos de lã. É, portanto, na maquinofatura do algodão que se concentrarão os esforços dos empresários industriais.

As invenções que tornaram possível a maquinofatura não foram obras do acaso. Um novo invento condicionava o aumento da produ-

ção, gerando capitais que poderiam ser aplicados em outras experiências, que resultavam em novas invenções, e assim por diante.

Devemos considerar ainda um desequilíbrio no processo produtivo, resultante da criação de novas máquinas. Quando uma invenção acelerava uma fase do processo produtivo, provocava-se um desequilíbrio em relação às fases posteriores, que não conseguiam acompanhar o ritmo. Desse modo, eram necessárias modificações nas demais fases de produção.

Há, portanto, uma espécie de ciclo: invenção, aumento da produção, criação de capitais, desequilíbrios nas fases produtivas, investimentos em novas invenções, progresso tecnológico, aumento da produção etc.

O processo de mecanização da indústria têxtil demonstrou muito bem essa dinâmica. O surgimento da lançadeira volante, por John Kay, em 1733, aumentou a capacidade de tecelagem. Os fios começaram a escassear. James Hargreaves criou o *spinning jenny*, em 1764, aumentando a produção de fios. Essa máquina era uma roca de fiar que fazia vários fios ao mesmo tempo, com o problema de se tornarem quebradiços, o que dificultava a tecelagem. A *water frame*, de Richard Arkwright, em 1769, produzia fios grossos e, pelo fato de ser movida a água, era bastante econômica.

A *spinning jenny* e a *water frame* foram combinadas em uma única máquina por Samuel Crompton, em 1779, surgindo a *mule*. O problema foi resolvido: fabricava fios finos e resistentes. Porém, novo desequilíbrio foi gerado, pois sobravam fios que as tecedoras não conseguiam fiar.

Então houve tentativas de aumentar a capacidade de tecer. Em 1785, Edmund Cartwright inventou o tear mecânico. O mais importante invento nessa fase da industrialização surgiu no ano de 1768, quando James Watt inventou a máquina a vapor, a partir das experiências desenvolvidas anteriormente por Newcomen.

6. CRONOLOGIA

1694 – Fundação do Banco da Inglaterra.

1733 – Invenção da lançadeira volante, por John Kay.

1760-1850 – Primeira Revolução Industrial.

1764 – Invenção da *spinning jenny*, por James Hargreaves.

1768 – James Watt inventa a máquina a vapor.

1769 – Invenção da *water frame*, por Richard Arkwright.

1779 – Invenção da *mule*, por Samuel Crompton.

1785 – Edmund Cartwright inventa o tear mecânico.

MÓDULO 12

Revolução Francesa: das Origens à Revolução Burguesa



1. INTRODUÇÃO

A sociedade da Época Moderna era estamental, mas dentro dela estava-se formando uma sociedade de classes. A ascensão da burguesia era resultado do desenvolvimento do capitalismo comercial. Essa classe social apresentava duas tendências marcantes: ou procurava ingressar na nobreza por meio da compra de títulos, ou tentava afirmar os seus valores, impondo critérios econômicos de hierarquização social em substituição ao critério do nascimento e da tradição, típico da sociedade estamental. Assim sendo, a ascensão da burguesia rompeu os quadros da sociedade do Antigo Regime.

Por outro lado, o desenvolvimento manufatureiro (transformado mais tarde em desenvolvimento industrial) criara uma nova classe de trabalhadores urbanos, que teria enorme importância nos movimentos revolucionários dirigidos pela burguesia. No campo, a revolução agrária acabou por formar uma classe de pequenos produtores independentes, que queriam ver-se livres das obrigações feudais que pesavam sobre os trabalhadores.

2. FATORES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

O desenvolvimento econômico, a ascensão da burguesia e a miséria das classes populares no campo e na cidade entraram em choque com o regime absolutista do governo. A Monarquia Absoluta já

cumprira seu papel, promovendo a expansão marítima, a exploração colonial, a acumulação primitiva de capitais e a modernização do Estado pela unificação de pesos, medidas, moedas, leis e alfândegas, além de ter abatido o poder universal do Papado. Mas também sustentava a nobreza parasitária da Corte, transformara a Justiça em instrumento de defesa do Estado e fizera da intolerância religiosa uma forma de defesa ideológica do poder político; além disso, fora incapaz de racionalizar a administração por meio da cobrança de impostos pelo Estado, e ainda mantinha o arcaico sistema de venda dos cargos públicos. Foi exatamente essa inadequação entre as necessidades da sociedade e a estrutura do Estado Absolutista que fez explodir a Revolução Francesa.

As revoluções inglesas do século XVII anteciparam em cerca de um século a onda revolucionária europeia. Mas foi na França que a revolução atingiu seu clímax: o Absolutismo foi derrubado e o feudalismo desapareceu, criando-se condições para que a França ingressasse no capitalismo industrial (ou, segundo a terminologia marxista, para que ocorresse o advento do capitalismo na França).

3. A MARCHA DA REVOLUÇÃO

Os Estados Gerais reuniram-se em Versalhes, em 5 de maio de 1789. O Terceiro Estado queria votações individuais. Os notáveis insistiam em

voto por Estado, tendo o apoio do rei. O Terceiro Estado, revoltado com a situação, reuniu-se separadamente na sala de jogo da péla, em 20 de junho, tendo jurado não se dispersar enquanto o rei não aceitasse uma Constituição que limitasse seus poderes.

Luís XVI cedeu, mandando o clero e a nobreza juntarem-se ao Terceiro Estado, surgindo assim a Assembleia Nacional Constituinte. O rei queria ganhar tempo, pois pretendia juntar tropas para dispersar a Assembleia. Os produtos alimentícios começavam a faltar, surgindo revoltas nas cidades e nos campos. Os rumores de composição aristocrática da realeza cresciam. O medo do Terceiro Estado era muito grande em julho de 1789. A reunião de tropas, próximo a Paris, e a demissão de Necker provocaram a insurreição. Em 14 de julho, foi tomada a Bastilha, símbolo da tirania, onde eram mantidos os presos políticos.

Não era uma revolta. Era a própria Revolução!

Luís XVI visitou Paris, tentando acalmar a situação. Nas províncias, entretanto, o movimento alastrava-se. Os camponeses rebelavam-se contra os senhores. Tanto a nobreza e o clero quanto o Terceiro Estado temiam pelo que pudesse acontecer.

Por isso, premidos pela situação criada com a revolta camponesa (4 de agosto de 1789), aboliram-se os direitos feudais. Em 26 de agosto, fez-se a Declaração dos Direitos do Homem. Os pontos básicos eram: liberdade, igualdade, inviolabilidade da propriedade e direito de resistir à opressão.

Tendo Luís XVI se recusado a sancionar estes últimos decretos, o povo de Paris, a comuna, marchou em direção ao Palácio de Versalhes, trazendo o rei para a cidade.

Em 1790, os bens do clero foram confiscados, servindo de lastro para a emissão dos *assignats*, por intermédio da Constituição Civil do Clero.

A Constituição ficou pronta em setembro de 1791, modificando completamente a organização social e administrativa da França.

4. AS PRIMEIRAS MUDANÇAS

A França passava a ser uma Monarquia Constitucional. O Poder Executivo caberia ao rei e o Legislativo, à Assembleia, que passaria a funcionar regularmente. O poder era dividido entre esses dois órgãos. A Monarquia continuaria hereditária e a Assembleia seria composta por deputados cujo mandato era de dois anos. Os eleitores precisavam ter uma riqueza mínima para exercer o direito de voto, o que dava um caráter burguês a essa primeira fase revolucionária.

Luís XVI negou-se a aceitar essa Constituição, porém foi obrigado a assinar o documento em julho de 1791. No dia 20 de junho tentou fugir da França para dar início a uma contrarrevolução de fora do país. Foi preso em Varennes e reconduzido a Paris.

A obra da Constituição foi valiosa. Completou a abolição do feudalismo, suprimindo as antigas ordens sociais, e estabeleceu a igualdade civil. A escravidão só foi mantida nas colônias. Os direitos eram iguais no

que dizia respeito ao exercício de cargos públicos.

Os bens da Igreja foram nacionalizados com vistas a pagar os débitos públicos que se tinham agravado durante a Revolução. As terras foram vendidas à burguesia e aos proprietários camponeses. Alguns trabalhadores rurais estavam também em condições de adquirir terra.

Pela Constituição Civil do Clero, a Igreja foi reorganizada. Não tendo mais rendas derivadas das propriedades, o sustento teria de ser garantido pelo Estado. O clero foi transformado numa instituição civil, mantida por salários pagos pelo Estado. Tanto o papa quanto parte da Igreja da França rejeitaram a medida.

A administração foi modificada. A França passou a ser dividida em departamentos, distritos, cantões e comunas. Cada um seria administrado por assembleias eletivas locais. Os juízes eram igualmente eleitos no local.

5. REAÇÕES EXTERNAS

O êxito da Revolução na França deu novo estímulo aos revolucionários de outros países, onde, porém, não surtiu efeito, como nos Países Baixos, Bélgica, Suíça, Inglaterra, Irlanda, Alemanha, Áustria e Itália. Ainda assim, simpatizantes com a Revolução na França organizaram demonstrações de apoio.

Os déspotas esclarecidos, alarmados, abandonaram seus programas de reformas e se aproximaram da aristocracia contra as classes baixas.

Alguns escritores na Europa defenderam a contrarrevolução, ou seja, a retomada do poder na França pela força das armas e restauração da Monarquia Absoluta.

Muitos franceses abandonaram o país. Nobres, clérigos e mesmo burgueses esperavam o auxílio das potências europeias. Estas se mantiveram indiferentes, a princípio, mas, quando as ideias que resultaram da Revolução ameaçavam abalar os soberanos absolutos da Europa, modificaram sua atitude.

Em 20 de abril de 1792, a perseguição dos emigrados pelos franceses provocou a guerra com a Áustria, que continuaria com poucas interrupções até 1815.

Os insucessos repetiram-se de abril a setembro. O avanço do exército prussiano rumo a Paris fez crescer o temor da contrarrevolução, arquetizada pelo rei e pela aristocracia.

Em 10 de agosto as tulherias foram ocupadas e o rei aprisionado no templo. No início de setembro, a massa parisiense atacou as prisões e massacrou os nobres feitos prisioneiros. O Exército passou a convocar voluntários para defender a Revolução.

Em Valmy, as forças francesas venceram os invasores (20 de setembro). No mesmo dia, uma nova Assembleia tomava posse: a Convenção. A República foi proclamada.

A segunda fase da guerra, de setembro de 1792 a abril de 1793, é marcada pelas vitórias da França, que avançou em direção à Bélgica, região do Reno, Savoia e Nice.

6. CRONOLOGIA

1787 – Revolta dos Notáveis.

1789 – Revolta do Terceiro Estado

– Tomada da Bastilha.

1790 – Confisco dos bens do clero.

1791 – Constituição que estabeleceu a Monarquia Constitucional.

– Tentativa de fuga e prisão do rei Luís XVI.

1792 – Invasão da França pela Áustria e Prússia.



1. A CONVENÇÃO NACIONAL

Os franceses avançaram em direção à Bélgica, região do Reno, Savoia e Nice.

Internamente, a Convenção estava dividida entre Girondinos e Montanheses. Os Girondinos, partido representante da alta burguesia, pretendiam uma República burguesa na França e a difusão da Revolução pela Europa. Os Montanheses, pequena burguesia apoiada pela Comuna de Paris, liderados por Robespierre, queriam maior participação política e poder econômico para as baixas camadas da população e restrição do movimento revolucionário à França, para sua consolidação.

O rei foi julgado pela Convenção em 21 de janeiro de 1793 e, a despeito do esforço dos Girondinos, foi condenado à morte como traidor.

A guerra externa entrava em sua terceira fase, quando ocorreram várias derrotas. A Inglaterra uniu-se à Áustria e à Prússia. A França perdeu a Bélgica e o Reno. Paris estava ameaçada.

Isso acentuou o poder dos extremistas, os Montanheses. Os Jacobinos, núcleo mais radical da Montanha, eram apoiados pela Comuna de Paris, composta por trabalhadores, artífices, pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

2. O GOVERNO DOS MONTANHESES

O governo da Montanha impôs o Edito do Máximo, tabelando os preços dos produtos. Taxou os ricos, obrigando-os a pagar mais impostos, protegendo os pobres e desamparados. A educação tornou-se gratuita e obrigatória. As propriedades dos emigrados foram confiscadas e postas à venda para cobrir despesas do Estado. Chegou a propor o confisco de propriedades de indivíduos suspeitos para serem distribuídas aos pobres.

Ocorreram revoltas contra essas medidas. Surgiu uma guerra na Vendéia e levantes separatistas na Normandia e Provença. O governo da Montanha tomou medidas drásticas, implantando o Terror. Mais de 30 mil suspeitos morreram nas prisões, esperando julgamento.

Ao mesmo tempo, o exército revolucionário ascendia a 1 milhão de homens. A guerra entrava em sua quarta fase, após 1794. A vitória sobre os austríacos, em junho, permitiu a ocupação da Bélgica.

As vitórias deram mais segurança, pois acabaram com o extremismo, abalando o governo da Montanha. Robespierre, líder da Montanha, foi deposto da Convenção em 26 de

julho de 1794. Em março e abril do mesmo ano, tinha executado os líderes das camadas inferiores que lhe davam apoio por se negarem a participar do Terror. Sem a Comuna de Paris para sustentá-lo, ficou à mercê dos Girondinos, que começaram a retomar o poder.

Tinha início a reação termidoriana. As medidas montanhesas foram abolidas: o Edito do Máximo, as leis sociais e os esforços para a igualdade econômica.

Robespierre e Saint-Just foram presos e levados à guilhotina. Era o fim da fase popular da Revolução.

3. A REPÚBLICA BURGUESA E A EXPANSÃO DA REVOLUÇÃO

Com os Girondinos no poder, mais conservadores, uma nova Constituição foi organizada. O Poder Executivo passou a ser exercido por um Diretório formado por cinco membros eleitos por cinco anos, sendo substituído um dos diretores a cada ano. O Poder Legislativo era exercido por duas câmaras, eleitas por três anos e com renovação de 1/3 de seus componentes a cada ano. A organização administrativa estabelecida pela Constituição de 1791 foi mantida, sendo apenas abolidos os distritos.



Georges Jacques Danton (esquerda), líder da fase radical da Revolução e que disputou com Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (centro) o destino do governo montanhês. Tudo isso depois do assassinio de Marat por uma girondina.

Muito provavelmente, este regime republicano dirigido pela burguesia se consolidaria, caso não continuassem as guerras externas. Estas deturpam as relações entre o Diretório e o Conselho Legislativo. Os golpes políticos se sucederam.

O Diretório discutia nova Constituição, enquanto explodia o terror branco no sul e oeste do país: era a contrarrevolução dos realistas (partidários da realeza). Estes tentaram tomar o poder em Paris, mas foram batidos por um jovem oficial, Napoleão, em 5 de outubro de 1795. Em 4 de setembro de 1797, os realistas foram retirados do Diretório e do Conselho.

O exército francês ocupou o Reino e a Holanda, impondo a paz aos seus adversários: Prússia e Espanha. Depois penetrou na Itália, em 1796, forçou a paz de Campo Fórmió com a Áustria em 1797.

As ideias revolucionárias continuaram a ser disseminadas. Os diretores haviam herdado a ideia girondi-

na de espalhar a revolução pela Europa. Por esse motivo, as tropas francesas dominaram os Estados da Igreja e a Suíça, fundando Repúblicas.

Dentre os adversários, o mais inatingível era a Inglaterra. A sua insularidade, aliada à força naval que possuía, tornavam-na quase inexpugnável. Napoleão tentou enfraquecê-la tomando posse do Egito, cortando assim o comércio inglês com o Oriente. A vitória do Almirante Nelson, em Abukir, em 16 de agosto de 1798, sobre a esquadra francesa, pôs os planos a perder.

Nova coligação foi retomada contra a França: Áustria, Rússia, Turquia e Inglaterra constituíram poderoso adversário. Napoleão voltou à França em 1798 para explorar politicamente seu prestígio militar. A incapacidade do Diretório em conter as revoltas, tanto das baixas camadas quanto da aristocracia, criou condições para que o jovem corso

assumisse o poder com o apoio do exército e da burguesia.

Em 9 de novembro de 1799, Napoleão desfechou o Golpe de 18 Brumário, destituindo o Diretório.

4. CRONOLOGIA

1793 – Início da Convenção, dominada pelos Jacobinos.

– Oficialização da República, morte do rei Luís XVI e segunda Constituição.

– Terror contra os inimigos da revolução.

1794 – Deposição de Robespierre.

1795 – Regime do Diretório – terceira Constituição.

– Conspiração dos Iguais.

1797 – Paz de Campo Fórmió.

1799 – Golpe de 18 Brumário, de Napoleão.

MÓDULO 14

A Era Napoleônica e o Congresso de Viena

1. INTRODUÇÃO

Napoleão Bonaparte instituiu o regime do Consulado, centralizando os poderes em suas mãos. Exercendo uma verdadeira ditadura militar, enfraqueceu o Poder Legislativo. Em 1802, por um plebiscito, tornou-se cônsul vitalício, podendo designar o seu sucessor. Daí em diante, uma nova Constituição legalizou o Império, sendo coroado em dezembro de 1804 na Catedral de Notre-Dame.

2. AS REALIZAÇÕES DE NAPOLEÃO

Em 1799, a França apresentava um aspecto desolador: a indústria e o comércio estavam arruinados, os caminhos e os portos, destruídos, o serviço público, desorganizado; todos os dias mais e mais pessoas deixavam o país, fugindo da desordem e da ameaça de ver os seus bens confiscados; os clérigos que se

tinham negado a jurar fidelidade à nova Constituição eram perseguidos; a guerra civil ameaçava estourar em numerosas províncias.

Napoleão procurou fazer uma política de reconciliação, tomando várias medidas para estabelecer a paz interior e garantir a segurança dos habitantes do país.

A Constituição de 1799, que foi submetida a um plebiscito e aprovada por mais de 3 milhões de votos, deu a Napoleão poderes ilimitados, sob a aparência de um regime republicano, o Consulado. O voto universal, instituído pela Constituição de 1793, foi restabelecido. Fazia-se uma lista dos candidatos mais votados, entre os quais o governo escolhia os encarregados das funções públicas.

O Poder Legislativo, tão fraco que sua existência era quase só formal, era composto de quatro assembleias: o Conselho de Estado, que preparava as leis; o Tribunal, que as

discutia; o Corpo Legislativo, que as votava; o Senado, que velava pela sua execução. O Poder Executivo, confiado a três cônsules nomeados pelo Senado por dez anos, era o mais forte de todos. Quem detinha efetivamente o poder era o primeiro-cônsul, que propunha, mandava publicar as leis e nomeava os ministros, os oficiais, os funcionários e os juizes.

As guerras continuaram até 1802, quando Napoleão assinou a Paz de Amiens, pondo fim ao conflito europeu iniciado em 1792.

A administração do Estado foi reorganizada e centralizada. Importantes medidas financeiras, como a criação de um corpo de funcionários para arrecadar os impostos e a fundação do Banco da França (que recebe o direito de emitir papel-moeda), foram tomadas, melhorando sensivelmente a situação econômica do país. O ensino secundário foi organizado com o fito de instruir fun-

cionários para o Estado. A maior obra de Napoleão foi a criação do Código Civil, inspirado no Direito Romano, nas Ordenações Reais e no Direito Revolucionário; completado em 1804, continua, na essência, em vigor até hoje na França.

A paz com a Igreja Católica foi restabelecida em 1801 pela Concordata com o papa. O sumo-pontífice aceitou o confisco dos bens eclesiásticos e o Estado ficou proibido de interferir no culto; os bispos, indicados pelo governo e investidos de funções religiosas pelo papa, prestariam juramento de fidelidade ao governo; as bulas só entrariam em vigor depois de aprovadas por Napoleão.

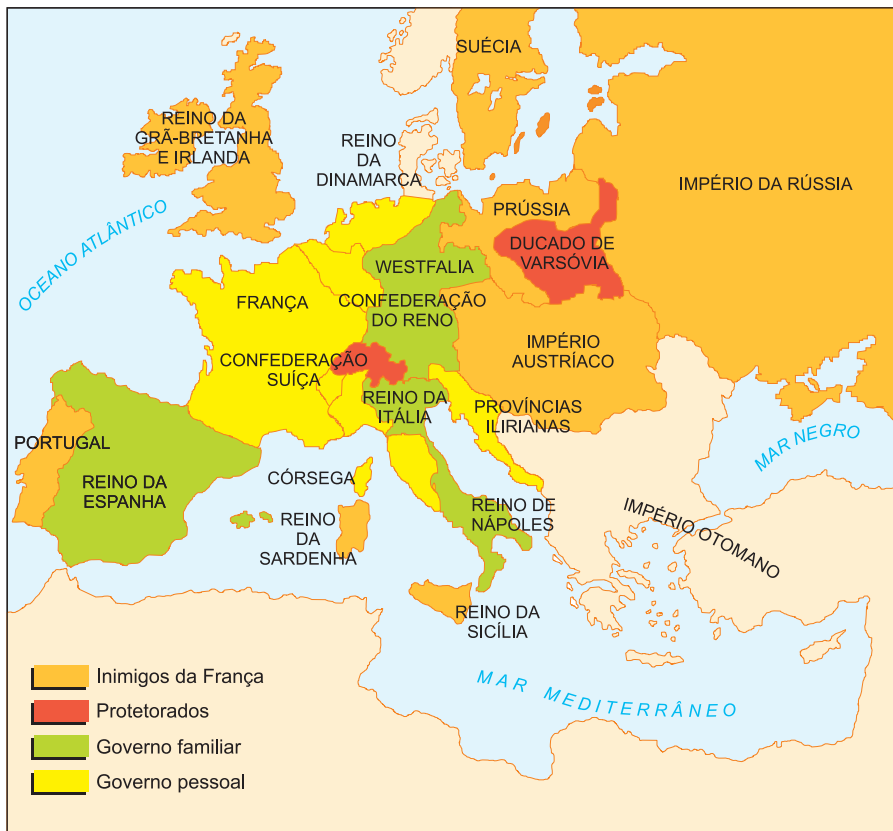
O êxito da política interna e externa de Napoleão permitiu que fosse estabelecida a hereditariedade do Consulado, em 1802: o primeiro-cônsul recebeu do Senado o direito de indicar o seu sucessor. Tratava-se, na realidade, da implantação da Monarquia hereditária.

Aproveitando-se da situação de perigo nacional trazida pelo reinício das guerras, em 1803 Napoleão fez-se proclamar imperador. Em 1804 uma nova Constituição legalizava a instituição do Império e convocava um plebiscito para confirmá-la.

Napoleão foi sagrado pelo papa em Paris. O poder imperial era absoluto. Uma nova Corte foi formada e a antiga nobreza, reconstituída: quanto mais elevados os títulos dos nobres, mais importantes as funções a eles confiadas.

Ao Código Civil seguiram-se o Código Comercial e o Código Penal. A economia da França foi impulsionada. Os camponeses proprietários passaram a produzir mais e, por isso, a apoiar o regime. A indústria, por sua vez, foi estimulada. Numerosos trabalhos iniciados sob o Consulado — aberturas de canais, reconstrução dos portos, construção de estradas, embelezamento das cidades — foram completados.

Napoleão tornou-se ainda mais despótico que os antigos reis: as assembleias foram suprimidas, o Tri-



bunal e os Corpos Legislativos perderam suas funções, as liberdades individuais e políticas deixaram de ser respeitadas, a imprensa começou a ser censurada. A intervenção do imperador estendeu-se à educação: a Universidade imperial monopolizou o ensino superior e as disciplinas consideradas perigosas para o regime (História e Filosofia) tiveram seus programas alterados. O governo procurou servir-se até da religião: o catecismo ensinava, ao mesmo tempo, os deveres para com Deus e para com o imperador; quando o papa se recusou a integrar-se na política internacional de Napoleão, este tomou os seus Estados e confinou-o em Savoia (1809); os bispos que tomaram o partido do papa foram perseguidos. Tudo isso aumentou o descontentamento geral: a burguesia opunha-se à perda de liberdade e às perseguições policiais; as guerras arruinavam a economia e os portos; o restabelecimento de antigos impostos irritava os contribuintes; os jovens procuravam fugir ao serviço militar obrigatório.

3. O EXPANSIONISMO MILITAR DO IMPÉRIO

Apesar de Napoleão ter assinado com a Inglaterra a Paz de Amiens, em 1805, as ameaças francesas promoveram a formação da primeira coligação antifrancesa, reunindo a Inglaterra, Rússia e Áustria. Napoleão venceu em Ulm e Austerlitz, mas a esquadra franco-espanhola foi derrotada em Trafalgar pelo almirante inglês lorde Nelson. Após a vitória contra a nova coligação, em 1806, Napoleão dissolveu o Sacro Império Romano-Germânico, fundando a Confederação do Reno.

No mesmo ano, formou-se ainda outra aliança contra Napoleão: a Prússia, vencida em Iena (Confederação do Reno), e a Rússia, em Friedland (Prússia). Pela Paz de Tilsit, a Prússia foi desmembrada e a Rússia aliou-se à França.

Após derrotar a Prússia, decretou o Bloqueio Continental contra a Inglaterra. Tratava-se de asfixiar o poderio econômico inglês na Europa, proibindo o comércio e a escala de navios britânicos nos portos aliados.

Foi visando à manutenção do bloqueio que se fez a invasão de Portugal e Espanha. A família real portuguesa, fugindo à invasão francesa, refugiou-se no Brasil, enquanto José Bonaparte, irmão de Napoleão, era colocado como rei do trono espanhol, provocando forte reação popular na Espanha.

Aproveitando-se da luta de Napoleão na Espanha, a Áustria formou, em 1809, uma coligação, sendo, porém, derrotada em Wagram, perdendo vastos territórios e transformando-se em potência secundária.

Nesse momento, o Império napoleônico encontrava-se em seu auge, com mais de 70 milhões de habitantes, dos quais somente 27 milhões eram franceses. O exército francês parecia imbatível.

Em 1812, porém, a Rússia rompeu o bloqueio ao comércio inglês, sendo invadida por um poderoso exército. Apesar da vitória na Batalha de Moscou, Napoleão foi obrigado a fazer uma retirada desastrosa, na qual morreram milhares de homens.

Entusiasmados por este fracasso de Napoleão, Inglaterra, Áustria, Prússia, Rússia e Suécia formaram uma coligação, derrotando os franceses na Batalha de Leipzig, em 1813. Napoleão foi então aprisionado na ilha de Elba, de onde fugiu um ano depois, retornando à França e retomando o poder. Inicia-se o governo dos Cem Dias. Durante esse governo, enfrentou a última coligação contra a França, sendo derrotado pelos ingleses em Waterloo, na Bélgica, e novamente aprisionado e exilado na ilha de Santa Helena, onde morreu em 1821.

4. O CONGRESSO DE VIENA

Depois da primeira abdicação de Napoleão (1814), representantes de todos os governos europeus reuniram-se no Congresso de Viena, com o objetivo de reorganizar a Europa após a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Presidido pelo chanceler austríaco Metternich e dominado pelas potências vence-

doras de Napoleão (Áustria, Rússia, Prússia e Grã-Bretanha), o Congresso encerrou seus trabalhos em 1815, depois da derrota definitiva do imperador francês em Waterloo, tendo adotado as seguintes decisões:

- Restauração das dinastias destronadas nos conflitos anteriores, acatando-se assim o Princípio da Legitimidade formulado por Talleyrand, representante da França no Congresso.
- Remanejamento do mapa político europeu em benefício da Prússia, Rússia e Áustria.
- Ampliação do império colonial inglês, em detrimento da Holanda, França, Espanha e Turquia.

O Congresso de Viena significou uma vitória temporária do conservadorismo sobre as ideias liberais, pois restaurou parte do Antigo Regime (sobretudo no que diz respeito ao absolutismo monárquico) na maior parte do continente europeu.

5. A SANTA ALIANÇA

Para manter a ordem europeia estabelecida pelo Congresso de Viena, Áustria, Prússia e Rússia criaram a Santa Aliança. Seu objetivo era combater os movimentos liberais e/ou nacionalistas, onde quer que

ocorressem, aplicando o Princípio de Intervenção formulado por Metternich.

A França, embora fosse uma monarquia constitucional, também aderiu à Santa Aliança.

6. CRONOLOGIA

- 1799** – Regime do Consulado.
- 1801** – Concordata com a Igreja.
- 1802** – Regime do Consulado Vitalício.
- 1804** – Proclamação do Império.
- 1806** – Bloqueio Continental.
- 1812** – Campanha da Rússia.
- 1813** – Derrota de Napoleão em Leipzig.
- 1814** – Abdicação de Napoleão e retiro em Elba.
- Reunião do Congresso de Viena.
- 1815** – Governo dos Cem Dias, derrota em Waterloo e prisão em Santa Helena.
- Derrota definitiva de Napoleão Bonaparte.
- Formação da Santa Aliança.
- 1818** – Primeira reunião da Santa Aliança.





Texto Complementar

A burguesia quase não possuía terras, mas tinha o capital. Emprestara dinheiro ao Estado. Queria-o, agora, de volta. Conhecia o bastante das questões do governo para ver que a estúpida e perdulária administração do dinheiro público poderia levar a bancarrota. Alarmava-se com a perspectiva de perder suas economias.

A burguesia desejava que seu poder político correspondesse ao poder econômico que já tinha. Era dona de propriedades – agora queria os privilégios. Queria ter certeza de que sua propriedade estaria livre das restrições aborrecidas a que estivera sujeita na decadente sociedade feudal. Queria ter certeza de que os empréstimos feitos ao governo seriam pagos. Para isso, tinha de conquistar não somente uma voz, mas a voz do governo.

A oportunidade chegou porque a França estava em tamanho caos que já não era possível as coisas continuarem como antes.

Com isso concordava até um membro da nobreza, o Conde de Callone. Sua posição no importante cargo de Ministro das Finanças permitia-lhe ver claramente a situação. A França é um reino composto de Estados e países separados com administrações mistas, cujas províncias nada sabem umas das outras, onde certos distritos estão completamente livres de fardos cujo peso total recai sobre outros, onde a classe mais rica é que menos imposto paga, onde o privilégio perturbou todo o equilíbrio, onde é impossível ter um governo constante ou uma vontade unânime: necessariamente é um reino muito imperfeito, cheio de abusos, e, na sua condição presente, impossível de governar.

Observem-se particularmente as três últimas palavras. Um membro da classe dominante admite ser impossível continuar governando; acrescenta-se a isso as massas descontentes, e ainda uma classe inteligente e em ascensão, ansiosa em tomar o poder e teremos dessa mistura uma revolução, que rebentou em 1789. Seu nome: Revolução Francesa.

Uma descrição simples dos objetivos dos revolucionários foi feita por um de seus líderes, o Abbé Seyès, num folheto popular intitulado **O que é o Terceiro Estado?**: Devemos formular três perguntas:

Primeira: O que é o Terceiro Estado? Tudo.

Segunda: O que ele tem sido em nosso sistema político? Nada.

Terceira: O que pede ele? Ser alguma coisa.

Embora seja verdade que todos os membros do Terceiro Estado, artesãos, camponeses e burguesia, estivessem tentando “ser alguma coisa”, foi principalmente o último grupo que conseguiu o que queria. A burguesia forneceu a liderança, enquanto os outros grupos realmente lutaram. E foi a burguesia quem mais lucrou. Durante o curso da Revolução, teve várias oportunidades para enriquecer e fortalecer-se. Especulou nas terras tomadas da Igreja e da nobreza, e amontou fortunas imensas através de contratos fraudulentos com o exército.

Marat, o porta-voz da classe trabalhadora mais pobre, descreveu o que ocorria durante a Revolução, com as seguintes palavras: “No momento da insurreição o povo abriu caminho por sobre todos os obstáculos pela força do número; mas, por muito poder que tenha conseguido inicialmente, foi por fim derrotado pelos conspiradores da classe superior, cheios de astúcia, artimanhas e habilidade. Os integrantes educados e sutis da classe superior a princípio se opuseram aos déspotas; mas isso apenas para voltar-se contra o povo, depois de se ter insinuado na confiança e usado seu poder, para se colocarem na posição privilegiada da qual os déspotas haviam sido expulsos. A revolução é feita e realizada por intermédio das camadas mais baixas da sociedade, pelos trabalhadores, artesãos, pequenos comerciantes, camponeses, pela plebe, pelos infelizes, a que os ricos desavergonhados chamam de canalha e a que os romanos desavergonhadamente chamavam de proletariado. Mas o que as classes superiores ocultam constantemente é o fato de que a Revolução acabou beneficiando somente os donos de terras, os advogados e os chicaneiros”.

É uma descrição exata do que ocorreu. Depois que a Revolução acabou, foi a burguesia quem ficou com o poder político na França. O privilégio de nascimento foi realmente derrubado, mas o privilégio do dinheiro tomou seu lugar. “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi uma frase popular gritada por todos os revolucionários, mas que coube principalmente à burguesia desfrutar.

O exame do Código Napoleônico deixa isso bem claro. Destinava-se evidentemente a proteger a propriedade – não a feudal, mas a burguesa. O Código tem cerca de 2.000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada. Os sindicatos e as greves são proibidos, mas as associações de empregadores permitidas. Numa disputa judicial sobre salários, o Código determina que o depoimento do patrão, e não do empregado, é que deve ser levado em conta. O Código foi feito pela burguesia e para a burguesia: foi feito pelos donos da propriedade para a proteção da propriedade.

Quando o fumo da batalha se dissipou, viu-se que a burguesia conquistara o direito de comprar e vender o que lhe agradasse, como, quando, e onde quisesse. O feudalismo estava morto.

E morto não só na França mas em todos os países conquistados pelo exército de Napoleão. Este levou consigo o mercado livre (e os princípios do Código Napoleônico) em suas marchas vitoriosas. Não é de surpreender que fosse bem recebido pela burguesia das nações conquistadas! Nesses países, a servidão foi abolida, as obrigações e pagamentos feudais foram eliminados, e o direito dos camponeses proprietários, dos comerciantes e industriais, de comprar e vender sem restrições, regulamentos ou contenções, se estabeleceu definitivamente.

Um excelente sumário dessa fase da Revolução Francesa foi escrito por Karl Marx em 1852, no Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte: “Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis e os partidos e massas da grande Revolução Francesa terminaram a tarefa da época – que foi a libertação da burguesia e o estabelecimento da moderna sociedade burguesa. Os jacobinos revolteram o terreno no qual o feudalismo tinha raízes, e abalaram a estabilidade dos magnatas feudais que nelas se apoiavam. Napoleão estabeleceu por toda a França as condições que tornaram possível o desenvolvimento da livre concorrência, a exploração das terras depois da divisão das grandes propriedades, e a plena utilização da capacidade de produção industrial do país. Através das fronteiras, por toda parte, fez uma derrubada das instituições feudais”.

(HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Zahar Editores, RJ, p. 160 a 163.)

1. INTRODUÇÃO

O século XIX é o século da burguesia. Esta assumiu a liderança política e moldou o mundo à sua feição, procurando impor os padrões da civilização europeia às demais nações. A posição social era determinada pela renda de cada um e os assalariados não atingiam o mínimo necessário para votar e ser eleitos nos regimes políticos censitários, criados pela burguesia. A nova camada social surgida com a industrialização – o proletariado –, mal-organizada e ainda sem uma consciência de classe, não tinha condições de realizar uma ação política eficiente. Um importante aspecto social do século XIX foi a emigração em larga escala dos europeus para as terras do Novo Mundo, principalmente em direção aos Estados Unidos.

2. O SÉCULO DAS IDEOLOGIAS

Três foram as principais tendências políticas do século XIX: liberalismo, nacionalismo e socialismo.

O liberalismo era, no fundo, o resultado das aspirações burguesas, relativas a um Estado em que houvesse liberdade, igualdade de oportunidades e defesa da propriedade privada; o critério censitário de participação política assegurava os privilégios da burguesia, sob a forma de monarquias parlamentares (Grã-Bretanha) ou de repúblicas liberais (França). Em nome do liberalismo, a burguesia havia conduzido a Revolução Francesa. A onda revolucionária foi retomada em 1830 (deposição do rei Carlos X, irmão de Luís XVIII) e em

1848 (deposição do rei Luís Felipe).

O nacionalismo manifestou-se no século XIX sob três aspectos: exaltação do próprio país, nos Estados nacionais já constituídos; desejo de unificação, entre os povos ainda sem unidade política, como Itália e Alemanha; e tentativas de emancipação, como no caso da Polônia e da Hungria. Na Alemanha, a industrialização contribuiu para unificar economicamente o país, faltando apenas a unificação política, conseguida por Bismarck, chanceler da Prússia. Na Itália, o desenvolvimento industrial do Norte criou condições para o reino de Piemonte-Sardenha liderar a unificação, sob a orientação de Cavour, que contou inicialmente com o auxílio da França e mais tarde com a ação de Garibaldi.

3. O SOCIALISMO

O socialismo era a expressão ideológica do proletariado, consistindo na busca da igualdade social por meio da igualdade econômica. Os primeiros pensadores socialistas foram chamados de utópicos porque sonhavam com uma sociedade diferente da existente, porém não determinavam os meios para alcançá-la.

O socialismo científico, criado por Marx e Engels, foi proposto no *Manifesto Comunista*, de 1848, e insistia no materialismo histórico (as condições materiais são o motor da História), no materialismo dialético (o processo histórico é dialético e realiza-se pelas contradições) e na luta de classes (a ideia de que sempre existiu a exploração de uma classe por outra). Buscava o ideal de sociedade sem classes, com a destruição

da propriedade privada e da coletivização dos bens de produção. Tais objetivos somente poderiam ser atingidos com a eliminação do capitalismo e a criação de uma sociedade socialista, como etapas para a construção final de uma sociedade comunista, na qual haveria absoluta igualdade e liberdade.

O socialismo era o resultado da ampliação da massa trabalhadora, com as consequentes ideias de igualdade social. Sua primeira manifestação política efetiva deu-se na França, durante a Revolução de 1848, quando os trabalhadores tiveram uma participação eficiente ao lado da burguesia. Ao ser formado o governo provisório, porém, acabaram sendo marginalizados e, quando se revoltaram, foram derrotados. Mas foi durante o período que se seguiu à derrota da França diante da Alemanha, em 1871, que se instaurou em Paris, por um breve momento, uma república radical: a Comuna de Paris.

Na Inglaterra, onde o liberalismo burguês se consolidou primeiro, o proletariado organizou um movimento de caráter reivindicatório, sem chegar ao extremismo revolucionário. Tratava-se do movimento “cartista”, assim denominado por se basear em um documento denominado *Carta do Povo*. Suas principais exigências eram o sufrágio universal masculino e a remuneração dos deputados na Câmara dos Comuns. As exigências cartistas foram rejeitadas pelo Parlamento e o movimento esvaziou-se. A partir de então, o operariado inglês procurou concentrar-se em reivindicações de caráter social e trabalhista, apresentadas pelos primeiros sindicatos (*Trade Unions*).

4. ANARQUISMO

O anarquismo constitui a expressão mais radical da luta contra o capitalismo, ultrapassando o socialismo científico de Marx, que pretendia substituir o Estado capitalista burguês pelo Estado socialista como etapa necessária para se chegar à sociedade comunista (igualitária). O anarquismo pregava a destruição pura e simples do Estado capitalista e sua imediata substituição por uma sociedade constituída de pequenas comunidades autosuficientes, as quais manteriam entre si um sistema de trocas independente de qualquer autoridade.

Pierre-Joseph Proudhon é considerado o “Pai do Anarquismo”, principalmente por suas críticas ao Estado opressor da sociedade e pela célebre afirmação de que “a propriedade é um roubo”. Todavia, foi o russo Mikhail Bakunin, ex-companheiro de Marx, que deu ao movimento anarquista maior consistência teórica e diretrizes de atuação. Para ele, o Estado burguês deveria ser destruído, caso uma revolução armada fosse inviável, com a ação direta contra os governantes, realizada por meio de atentados.

Em fins do século XIX e início do século XX, o anarquismo contou com um significativo número de militantes, tanto em sua versão terrorista como na variante anarcossindicalista, que incorporava ao movimento operário os ideais anarquistas de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores.

5. A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Uma nova forma de consciência religiosa surgiu no século XIX: a ideia

de que Deus é uma forma racional. De acordo com essa teoria, a lógica do Universo e da Natureza prova a existência de um princípio ordenador, racional, lógico, que só pode ser atingido pelo uso da razão; este é o chamado deísmo. Sentindo sua desatualização em face do mundo industrializado e procurando sair de seu isolamento, a Igreja Católica formulou uma doutrina social teorizada nas encíclicas papais, principalmente a *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Essa tradição foi continuada por Pio XI (*Quadragesimo Anno*), João XXIII (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*) e, mais recentemente, por Paulo VI (*Populorum Progressio* e *Humanae Vitae*). O papa João Paulo II também publicou inúmeras encíclicas.

6. POSITIVISMO E CIENTIFICISMO

Essa tendência levou muitos especialistas a tentar adaptar o método das Ciências Exatas às Ciências Humanas, com a finalidade de lhes acentuar o caráter científico. O positivismo, formulado por Auguste Comte, insistia no uso da razão como guia fundamental para se chegar ao conhecimento e à compreensão dos fatos verificados e experimentados, afastando as especulações teóricas.

O enorme desenvolvimento das Ciências Físicas, Químicas, Biológicas e Matemáticas levou os pensadores europeus ao cientificismo, isto é, um processo mental baseado em pressupostos (causas e consequências) formulados a partir de conhecimentos.

7. AS REVOLUÇÕES DE 1830 E 1848

A reação europeia, conduzida pelo Congresso de Viena e pela San-

ta Aliança, não conseguiu estancar o movimento revolucionário iniciado na segunda metade do século XVIII. As revoluções da América luso-espanhola foram bem-sucedidas, e a Grécia libertou-se do jugo turco.

Por volta de 1830, nova onda revolucionária abalou a Europa: na França, Carlos X, sucessor de Luís XVIII, foi obrigado a abdicar do poder; a Bélgica, dominada pela Holanda, rebelou-se, proclamando sua independência; na Itália, as associações revolucionárias impuseram uma Constituição; na Alemanha eclodiram movimentos liberais constitucionais; a Polônia tentou obter sua independência.

Essas revoluções provocaram um golpe violento na reação representada pela Santa Aliança, aniquilando-a. Além disso, são caracterizadas por marcar o aparecimento de ideias republicanas e o surgimento dos primeiros agrupamentos políticos socialistas.

Em 1848, a bandeira da revolução voltou a agitar a Europa. Atingiu a França, Alemanha, Áustria e Itália, sendo esse período marcado pela intensificação do socialismo e pela vitória final da reação em toda a Europa, por volta de 1850.

8. A PRIMAVERA DOS POVOS

De um modo geral, são três as forças das Revoluções de 1848: o liberalismo, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta; o nacionalismo, que buscava unir politicamente os povos de mesma origem e cultura; e o socialismo, força nova, surgida nos movimentos de 1830, que pregava a igualdade social mediante reformas radicais.

Além disso, outros fatores podem ser arrolados para explicar o problema. Entre 1846 e 1848, as colheitas na Europa Ocidental e Oriental foram péssimas. Os preços dos produtos

agrícolas subiram violentamente e a situação das classes inferiores piorou.

Ao mesmo tempo, verificava-se uma crise na indústria, particularmente no setor têxtil. O aumento da produção ocasionou a superprodução. A crise na agricultura diminuiu ainda mais o consumo dos produtos manufaturados devido ao empobrecimento dos camponeses. A paralisação das atividades fabris resultou em dispensa dos trabalhadores e redução nos salários, exatamente quando os preços dos gêneros de primeira necessidade subiam vertiginosamente.

Os recursos financeiros dos países europeus foram carreados para a aquisição de trigo da Rússia e dos Estados Unidos. Isto afetou os grandes empreendimentos industriais e a construção das estradas de ferro, em franco progresso na ocasião. A paralisação das atividades nesses setores arrastou outros, provocando uma estagnação econômica geral.

A crise variou de país para país. Na Itália e Irlanda foi mais agrária; na Inglaterra e França, industrial, bem como na Alemanha. A miséria gerou o descontentamento político. A massa dos camponeses e proletários passou a reclamar melhores condições de vida e maior igualdade de recursos.

No fundo, constituíam ideias socialistas, mas como não existia um partido socialista organizado que pudesse orientar essas classes, coube aos liberais e nacionalistas, compostos pela burguesia esclarecida, exercer a oposição ao governo, contando com o apoio da massa, sem orientação própria.

❑ França

Luís Felipe fora colocado no trono da França pela Revolução de 1830, representando os ideais da burguesia

e tendo por objetivo conciliar a Revolução com o Antigo Regime.

A oposição popular ao regime era manifesta. Em 1834, deu-se a insurreição dos operários de Lyon. As tendências republicanas ganhavam adeptos por intermédio das várias sociedades políticas fundadas com este propósito.

A oposição não era somente popular. Havia muitos partidários da volta de Carlos X, exilado desde 1830. Os antigos correligionários de Napoleão Bonaparte acercavam-se de Luís Napoleão, seu sobrinho.

O partido socialista opunha-se ao governo, propondo reformas. Seus líderes, Louis Blanc, Flocon e Ledru-Rollin, iniciaram, em 1847, uma campanha em todo o país visando à reforma eleitoral. A forma encontrada para a difusão da campanha foram os banquetes, nos quais os oradores debatiam a questão.

Em 22 de fevereiro, o ministro Guizot proibiu a realização de um banquete, o que provocou a eclosão da revolta. Surgiram as barricadas nas ruas com o apoio de elementos da Guarda Nacional. A revolta ganhou vulto. Guizot foi demitido em favor de Thiers, que nada resolveu. A Câmara foi invadida, e os deputados fugiram. Luís Felipe abdicou. O governo provisório foi organizado e proclamou a Segunda República da França, com a participação de burgueses liberais e socialistas. No dia 23 de abril, realizou-se a primeira eleição na Europa com voto universal masculino, direto e secreto.

A crise econômica, entretanto, não foi debelada; pelo contrário, agravou-se. O governo provisório, a fim de ofertar trabalho aos desempregados, criou as “oficinas nacionais”, empresas dirigidas e susten-

tadas pelo Estado. O pagamento dos salários era coberto com a elevação dos impostos, o que redundou em crise maior.

O fechamento dessas oficinas fez voltar à rua o proletariado. Tentou-se fazer uma revolução dentro da própria revolução. A Assembleia delegou poderes excepcionais ao general republicano Cavaignac, que abafou violentamente a revolta. Dezesesseis mil pessoas foram mortas e quatro mil deportadas. A questão operária foi resolvida segundo os interesses da burguesia.

Em 12 de novembro de 1848 foi promulgada uma nova Constituição. O presidente da República seria eleito por quatro anos, sendo Luís Napoleão o primeiro presidente eleito. Em 1852 deu um golpe político, implantando o Segundo Império da França, assumindo o governo com o título de Napoleão III.

❑ Itália

A Itália, em 1848, estava dividida em vários Estados, todos eles com governo tipicamente despótico. A crítica a este regime era conduzida pelas sociedades secretas, principalmente a Carbonária. Ao mesmo tempo, reformas liberais visavam à unificação dos Estados italianos. Para tanto, seria preciso expulsar os austríacos que, desde o Congresso de Viena, adquiriram supremacia sobre a Itália.

Em janeiro, deu-se uma revolta no Reino das Duas Sicílias. O rei Fernando II foi obrigado a conceder uma Constituição, o mesmo ocorrendo na Toscana e no Estado papal.

No reino da Lombardia foi iniciada uma séria oposição aos austríacos. O rei de Piemonte, Carlos Alberto, tomou a liderança da revolta, declarando guerra aos austríacos. Os

exércitos austríacos obtiveram duas vitórias (Custoza e Novara), forçando Carlos Alberto a abdicar em favor de seu filho Vítor Emanuel II. A repressão implantada pelos austríacos foi violenta em toda a península. A tentativa liberal e nacionalista dos italianos tinha sido frustrada.

☐ Alemanha

A Alemanha, depois do Congresso de Viena, passara a constituir uma Confederação composta por numerosos Estados, cuja política exterior era coordenada por uma Assembleia que se reunia em Frankfurt. A Prússia e a Áustria lideravam esta Confederação.

Visando à maior integração entre os Estados germânicos, foi criada em 1834 a *Zollverein*, espécie de liga aduaneira que liberava a circulação de mercadorias nos territórios dos membros componentes, sem a participação da Áustria.

Esta política econômica estimulou o desenvolvimento industrial, que, por sua vez, acentuou o nacionalismo germânico, o desejo de independência e de união política. O mesmo aspecto liberal e nacionalista

que vimos aparecer na Itália também se manifestava lá.

Na Prússia, em 18 de março de 1848, verificou-se extraordinária manifestação popular diante do palácio real, provocando a reação das tropas. O movimento alastrou-se, e Frederico Guilherme, rei da Prússia, teve de se humilhar prometendo uma Constituição ao povo insurgido.

Vários Estados juntaram-se ao movimento, aproveitando a oportunidade para tentar a unificação política. Em março, reuniu-se em Frankfurt uma assembleia preparatória para um Parlamento representativo, que deveria iniciar seus trabalhos legislativos em maio.

Os príncipes alemães aproveitaram-se da divisão entre os revolucionários para retomar o poder abalado. Em novembro de 1848, Berlim foi tomada e a Constituinte dissolvida pelo exército. O movimento liberal foi abafado. A Assembleia de Frankfurt decidiu eleger como imperador o rei da Prússia, que recusou por se considerar rei por vontade de Deus. Propôs, entretanto, aos príncipes alemães, a criação de um império. A Áustria, em 1850, impôs à Prússia o recuo nesses

projetos e em qualquer mudança da ordem existente.

☐ Áustria

O Império Austríaco dos Habsburgos era muito heterogêneo. Estava composto por alemães, húngaros, tchecoslovacos, poloneses, rutenos, romenos, sérvios, croatas, eslovenos e italianos. Destes povos, somente os húngaros tinham certa autonomia. Os mais numerosos, húngaros e tchecos, conscientes de sua individualidade, buscavam reconhecimento imperial.

Os alemães da Áustria reclamavam contra o governo de Metternich. Insurgiram-se estudantes, burgueses e trabalhadores, forçando a queda do chanceler e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Os eslavos seguiram o exemplo. Orientados por Palacky, convocaram uma reunião dos povos eslavos em Praga para 2 de junho. O congresso pan-eslavista foi dissolvido militarmente. Viena foi tomada, formando-se um governo absoluto após ter sido bombardeada, e implantando-se um regime de perseguição policial.

9. CRONOLOGIA

1815 – Derrota de Napoleão em Waterloo e restauração dos Bourbons no trono francês.

1824 – Morte de Luís XVIII e ascensão de Carlos X.

1830 – Queda de Carlos X e ascensão de Luís Felipe de Orléans; revoluções liberais burguesas na Europa.

1848 – Queda de Luís Felipe e proclamação da República Francesa; nova onda revolucionária liberal e nacionalista na Europa (“Primavera dos Povos”).

– Publicação do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels.

– Tentativas frustradas da burguesia de realizar as unificações da Itália e da Alemanha.

1850 – Tentativa de unificação por iniciativa da Prússia.

1852 – Instauração do Segundo Império Francês.

– Cavour torna-se primeiro-ministro de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha.

1859 – Cavour, aliado a Napoleão III, combate a Áustria.

1860 – Garibaldi conquista o Reino

das Duas Sicílias.

1864 – Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores.

– Guerra dos Ducados da Prússia contra a Dinamarca.

1866 – Guerra da Prússia contra a Áustria.

1867 – Formação da Confederação da Alemanha do Norte.

1870 – Guerra Franco-Prussiana.

– Os italianos tomam Roma.

– Início da Questão Romana.

1871 – Comuna de Paris.

– Proclamação do Império

1891 – Encíclica *Rerum Novarum*.



1. O DESPERTAR DAS NACIONALIDADES

O século XIX representou a fase final dos conflitos entre a burguesia e a aristocracia defensora do Antigo Regime. A partir de 1830 e, principalmente, com uma sucessão de ondas revolucionárias de 1848, a burguesia assumiu definitivamente o controle do Estado. Apesar de o liberalismo ter sido o fenômeno que conduziu os ideais burgueses, firmou-se como uma filosofia individualista que colocava o indivíduo à frente da razão do Estado e dos interesses da coletividade. É nesse espírito que a burguesia consolidou a liderança política e econômica do século, que se iniciou em 1815 com o Congresso de Viena e se prolongou até o verão de 1914, quando se deflagrou a Primeira Guerra Mundial.

O liberalismo tornou-se uma ideologia paradoxal. O disfarce nitidamente subversivo, utilizado pela burguesia capitalista para se opor ao Antigo Regime e assenhorar-se do poder, entrou em choque com sua tendência conservadora de impedir o avanço da ideologia socialista e das camadas populares. Dessa forma, o poder foi reservado para a elite econômica em nome da soberania nacional e não da soberania popular, pois o liberalismo, em sua origem, não era democrático, deixando clara a ideia da separação entre capital e trabalho.

As inovações no campo das técnicas e das ideologias políticas e econômicas criavam um contraste na vida social do século XIX: nos campos, milhares de pessoas viviam em um quase completo

regime de servidão, e, nos centros urbanos, as camadas miseráveis eram marginalizadas com o advento e propagação da industrialização na Europa.

Na origem dos movimentos liberais que assolaram a Europa no século XIX, despertou os sentimentos a questão das nacionalidades, que se transformou numa força irresistível, buscando reencontrar o passado esquecido do ideal de Nação. Esse movimento surgiu em vários povos que comungavam a mesma origem, língua e cultura, cujas fronteiras ainda estavam fragilmente demarcadas e a geografia política ainda não havia assumido uma forma definitiva.

O nacionalismo surgiu então como uma busca autêntica de expressão política, principalmente entre os povos italianos e alemães, que viam na ideologia uma forma de conciliar os interesses econômicos e políticos. A ideia de nacionalidade promoveu a completa integração do homem no século XIX, em que suas energias se associaram às forças dos espíritos revolucionários, advindos dos movimentos de 1848 que sacudiram toda Europa.

2. A UNIDADE ALEMÃ

Ao contrário da unificação italiana, a unidade política da Alemanha teve como pré-requisito a unificação econômica. A origem desta última remonta a 1834, quando 38 dos 39 Estados alemães criados pelo Congresso de Viena decidiram eliminar as barreiras alfandegárias da Confederação Germânica, por meio da *Zollverein*

(liga aduaneira). De 1860 a 1870, os reflexos dessa política econômica fizeram-se sentir: distritos industriais e numerosos centros urbanos surgiram em várias regiões, as estradas de ferro passaram de 2.000 para 11.000 km, e as minas de carvão e de ferro criaram condições para o crescimento das indústrias siderúrgica, metalúrgica e mecânica. O complexo industrial alemão começou a formar-se. A Áustria, que não fora admitida na *Zollverein*, permaneceu à margem desse processo.

A unificação política viria como consequência da unificação econômica. Para consegui-la, a burguesia da Alemanha, até então liberal e contrária ao intervencionismo estatal, foi obrigada a confiar em Otto von Bismarck, um nobre prussiano que se tornara chanceler do rei Guilherme I.

Bismarck concretizou a unificação por meio de três conflitos militares. O primeiro foi a Guerra dos Ducados, travada contra a Dinamarca em 1864, quando a Prússia anexou os ducados de Schleswig e Holstein, de população predominantemente alemã. Em 1866, foi desencadeada a Guerra das Sete Semanas contra a Áustria, principal opositora da unificação conduzida pela Prússia. Derrotada a Áustria e dissolvida a Confederação Germânica, foi formada a Confederação da Alemanha do Norte, presidida pelo rei da Prússia. Finalmente, em 1870, Bismarck provocou a Guerra Franco-Prussiana, que resultou na derrota da França e na proclamação do Império Alemão (Segundo Reich) em 1871.

3. CRONOLOGIA

1834 – Criação da *Zollverein*.

1850 – Tentativa de unificação por parte da Prússia.

1863 – Guerra dos Ducados contra a Dinamarca.

1866 – Guerra contra a Áustria.

1867 – Confederação Germânica do Norte.

1870 – Guerra Franco-Prussiana.

1871 – Proclamação do Império Alemão.

MÓDULO 17

A Unificação Italiana

1. A UNIDADE ITALIANA

O processo de centralização política que caracterizou a Europa na passagem do feudalismo para o capitalismo, na Itália e na Alemanha, teve caráter local e não nacional. As disputas políticas entre as forças universalistas do Papado e do Império fizeram emergir nessas regiões da Europa pequenas unidades políticas, seja sob a forma de cidades-estados, como Veneza, Gênova, Florença ou Hamburgo, seja de reinos, como a Prússia, a Áustria ou o Piemonte-Sardenha, seja ainda como minúsculos principados alemães.

Entretanto, a consolidação do modo de produção capitalista exigia a unidade nacional, tendo em vista a dura competição pela conquista de mercados. Por isso, tanto a burguesia italiana como a alemã tinham interesse na unificação política de seus respectivos países.

Porém, enquanto a pequena burguesia da Itália propunha a unificação por meio de uma aliança com o proletariado urbano – o que resultaria na criação de um Estado Nacional democrático –, a alta burguesia pretendia consolidar-se como classe hegemônica, defendendo a unificação em torno do Reino de Piemonte-Sardenha –

único Estado efetivamente italiano, proveniente da divisão da Itália efetuada pelo Congresso de Viena.

Além das facções monarquista e republicana, havia um terceiro grupo, que pretendia unificar a Itália em torno do Papado.

Os monarquistas, com o apoio da alta burguesia e do primeiro-ministro sardo-piemontês, conde Cavour, aliam-se ao imperador da França, Napoleão III, contra a Áustria. Antes que a França deixasse de apoiá-lo, o rei sardo-piemontês conseguiu anexar parte dos domínios austríacos no norte da Itália. Simultaneamente, Giuseppe Garibaldi (“o Herói dos Dois Mundos”) conquistou o Reino das Duas Sicílias e a maior parte dos Estados Pontifícios. Tentou também tomar Roma, mas foi impedido por tropas francesas enviadas por Napoleão III.

Em 1870, quando a invasão da França pelos prussianos obrigou o imperador francês a chamar suas forças de volta, Roma foi ocupada pelos monarquistas e transformada em nova capital da Itália. O papa Pio IX não aceitou a perda de seus Estados e passou a considerar-se “prisioneiro do rei da Itália”, o que deu origem à Questão Romana. Esta só seria resolvida pelo Tratado de Latrão, firmado

em 1929 entre o papa Pio XI e o ditador Benito Mussolini, quando foi criado o Estado do Vaticano.

2. UM DISCURSO DA CAMPANHA PELA UNIFICAÇÃO ITALIANA

“Somos um povo de 21 a 22 milhões de homens, designado há muito tempo pelo nome **italiano**, encerrado entre os limites naturais mais precisos que Deus já traçou — o mar e as montanhas mais altas da Europa; e um povo que fala a mesma língua (...); que se orgulha do mais glorioso passado político, científico e artístico da história europeia (...).

Não temos mais bandeira, nem nome político, nem posição entre as nações europeias (...). Estamos desmembrados em oito Estados (...) independentes, sem aliança, sem unidade, sem ligação organizada (...).

Não existe liberdade de imprensa, nem de associação, nem de expressão, nem de petição coletiva, nem de importação de livros estrangeiros, nem de educação — nem de nada. Um desses Estados, cujo território compreende uma quarta parte da península, pertence à Áustria; os outros submetem-se cegamente à sua influência.”

(Mazzini, *L'Italie, L'Autriche et le Pape*, 1845, pág.404, citado por J. Monnier.)

3. CRONOLOGIA

1852 – Cavour torna-se primeiro-ministro de Vítor Emanuel II, rei de Piemonte-Sardenha.

1859 – Cavour, aliado a Napoleão III, combate a Áustria.

1860 – Garibaldi conquista o Reino das Duas Sicílias.

1866 – Guerra da Prússia contra a Áustria.

1870 – Guerra Franco-Prussiana.

– Os italianos tomam Roma.

– Início da Questão Romana.

1929 – Tratado de Latrão.

MÓDULO 18

Segunda Revolução Industrial

1. CONCEITO

Dá-se o nome de 2.^a Revolução Industrial às transformações que provocaram o nascimento do capitalismo monopolista.

2. FATORES

De 1760 a 1830, a Revolução Industrial ficou praticamente confinada à Grã-Bretanha. A princípio, houve proibições de exportação de máquinas e técnicas de produção industrial, mas não foi possível conter os interesses dos fabricantes, que queriam exportar produtos a fim de expandir suas atividades.

Em 1807, Willian e John Cockrill criaram fábricas de tecer em Liège, na Bélgica. O desenvolvimento industrial belga, favorecido pela existência de ferro e carvão, acelerou-se a partir de 1830, quando o país se tornou independente da Holanda.

As perturbações sofridas pela França em 1789, com a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, retardaram seu desenvolvimento industrial. Ademais, havia na França a tradição da pequena indústria e da produção de artigos de luxo, o que dificultava a concentração de capitais. Napoleão III inaugurou uma política protecionista, dificultando a im-

portação de produtos industriais e estimulando a exportação de artigos franceses. Todavia, a dificuldade básica da França residia no fato de não possuir carvão suficiente para transformar todo o minério de ferro que extraía.

O crescimento industrial da Alemanha acelerou-se extraordinariamente após a unificação, alcançada em 1871. A abundância de ferro e carvão facilitou bastante. Nos fins do século XIX, a Alemanha já superava a Inglaterra na produção de aço e produtos químicos.

A Itália conheceu um razoável desenvolvimento industrial depois de 1870, quando se deu sua unificação política. A indústria italiana, basicamente têxtil, concentrava-se no norte do país.

Fora da Europa, ainda durante o século XIX, somente os Estados Unidos e o Japão entraram na Revolução Industrial. Em fins do século XIX, os primeiros se constituíam já um grande produtor de artigos manufaturados.

A expansão do industrialismo e a necessidade de concentrar capitais deram origem aos grandes conglomerados empresariais (trustes, muitas vezes controlados por uma *holding*) e aos acordos entre empresas para controle do mercado (car-

téis). Essas mudanças caracterizam a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

3. A REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES

A Revolução Industrial acarretou uma revolução nos transportes, que, por sua vez, intensificou ainda mais o processo de industrialização.

A invenção da locomotiva a vapor fez aparecer também os caminhos de ferro. As primeiras ferrovias foram construídas na Inglaterra e logo a seguir nos Estados Unidos, Alemanha e Bélgica. Na França, a primeira estrada de ferro foi construída em 1831, mas somente após 1870 elas se multiplicaram. Em 1871, a Península Balcânica era a única região da Europa que ainda não possuía estrada de ferro.

A distribuição das mercadorias foi tremendamente facilitada, pois os trens transportavam cargas pesadas rapidamente e a longas distâncias, por preços reduzidos.

A navegação a vapor veio completar esse quadro de aceleração dos transportes. Por volta de 1850, os barcos oceânicos construídos nos Estados Unidos, chamados *clippers*,



dominavam a navegação. O surgimento da hélice, por volta de 1870, melhorou o rendimento dos navios, aumentando sua velocidade. Foram criadas grandes companhias de navegação que puseram em contato todo o mundo conhecido. Em 1869, a abertura do Canal de Suez favoreceu ainda mais as comunicações marítimas.

❑ A era vitoriana

A rainha Vitória, que sucedeu ao seu tio Guilherme IV, reinou na Inglaterra de 1837 a 1901. Casou-se em 1840 com o príncipe alemão Alberto da Saxônia, que exercia grande influência sobre ela. A era vitoriana foi um período de progresso econômico

para a Inglaterra, de conquistas sociais e políticas, assim como de grandes realizações culturais. É um período áureo da história inglesa, marcado pela presença de uma rainha que soube adaptar-se ao sistema parlamentarista, deixando aos seus ministros a tarefa de governar.

Diversos fatores contribuíram para o progresso econômico inglês na segunda metade do séc. XIX: a abolição das leis dos cereais, permitindo a importação do trigo e abaindo assim o preço do pão e dos salários. A assinatura de diversos tratados comerciais. A excelente organização financeira com o Banco de Inglaterra e inúmeros bancos de negócio. Grande riqueza mineral, pois em

1860 a Inglaterra extraía a metade do minério de ferro e 2/3 do carvão mundial. A mais avançada organização comercial, contando com a maior rede ferroviária do mundo, excelentes portos, a mais importante frota naval. Um império colonial que lhe fornecia matérias-primas como lã da Austrália, algodão da Índia e do Egito e ao mesmo tempo era seu melhor comprador.

A prosperidade econômica inglesa traduzia-se pelo notável desenvolvimento industrial, com a produção de carvão passando de 3 milhões de toneladas. Os preços industriais ingleses não encontravam concorrência. A Inglaterra transformou-se na oficina do mundo.

Houve grande expansão comercial, em que o comércio exterior triplicou de 1850 a 1875, grande desenvolvimento de Londres, que se tornou a primeira praça financeira do mundo (a "City"), aumento da população em 5 milhões de habitantes, adaptação da agricultura às condições de uma economia industrial, com o emprego de máquinas agrícolas, especialização e concentração da produção, além do êxodo rural liberando mão de obra para a indústria.

4. A PRIMEIRA CRISE DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

A industrialização em escala mundial trouxe consigo o problema da superprodução e, conseqüentemente, das crises econômicas típicas do capitalismo. Segundo uma teoria, a falta de controle da produção explica as crises de superprodução, quando os preços começam a cair vertiginosamente e provocam a

paralisa da vida econômica, com sua natural repercussão social: o desemprego.

Outra explicação atribui a crise ao excesso de lucros dos empresários, resultante dos baixos salários pagos aos trabalhadores, que eram impedidos de comprar as mercadorias produzidas pela indústria; encaçada sob este ângulo, a crise não seria propriamente de superprodução, mas de subconsumo.

5. CRONOLOGIA

1830 – Expansão da industrialização na Europa e no mundo.

1850 – Navegação a vapor.

1861-65 – Guerra Civil Americana.

1868 – Início da Era Meiji.

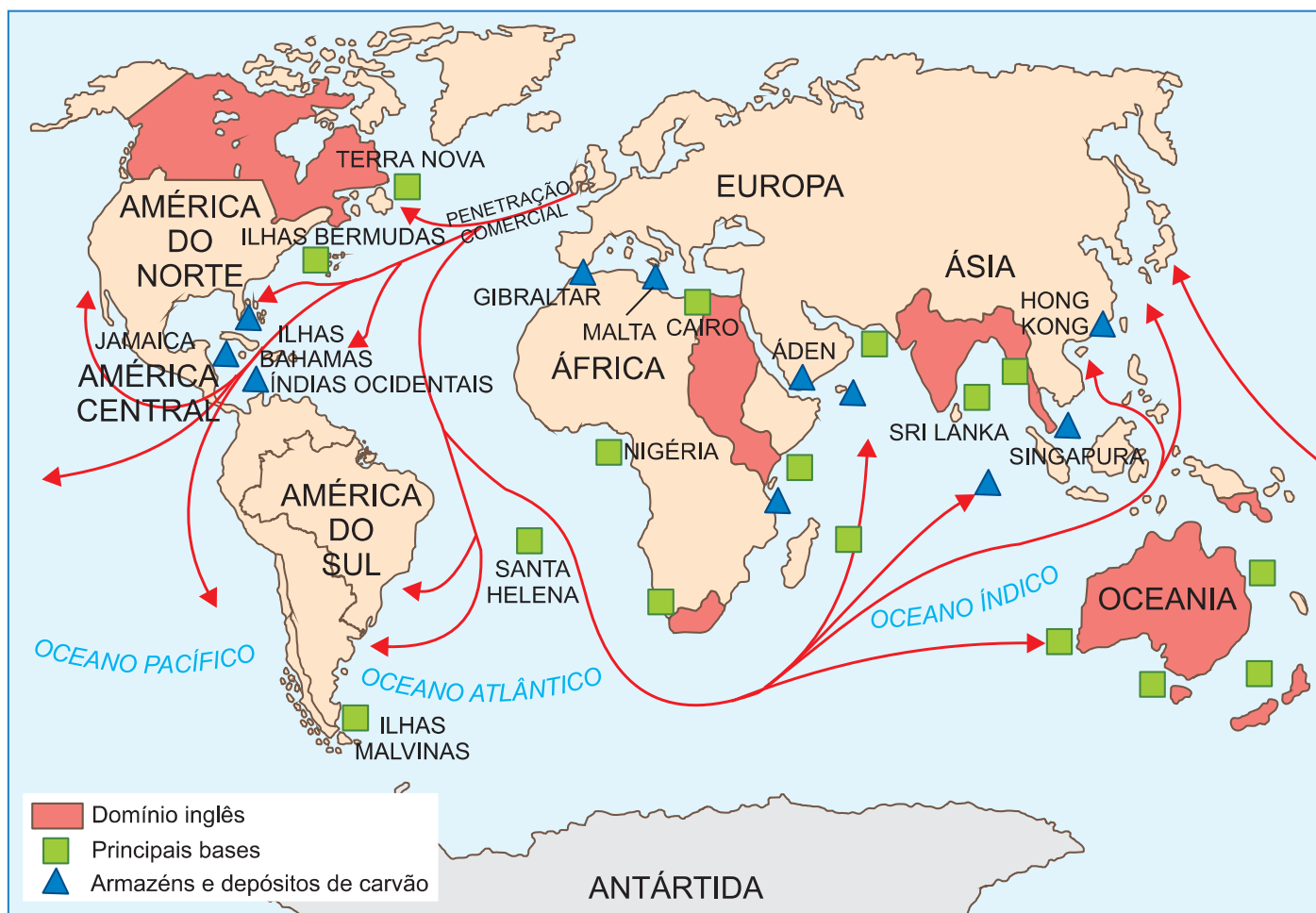
1870 – Descoberta do hélio.

– Industrialização da Alemanha e da Itália.

1873 – Início da 1.ª Grande Depressão.

1886 – Daimler inventou o 1.º veículo movido a gasolina.

1889 – Invenção de máquinas para a agricultura.



Império Colonial Britânico nos fins do século XIX.